

MISÉRIA & MAGIA

REVOLTA EM CAFUNFO

RAFAEL MARQUES DE MORAIS



Miséria & Magia: Revolta em Cafunfo

RAFAEL MARQUES DE MORAIS

“Nós somos da tradição. Quando há confrontos,
trabalhamos com os espíritos invisíveis.”

— *Mwana ngana* Txinjanga

Ficha Técnica

Autor:

Rafael Marques de Morais

Título:

Miséria & Magia: Revolta em Cafunfo

Capa:

Carlos Benigno

Paginação, Impressão e Acabamentos:

EAL - Edições de Angola, Limitada

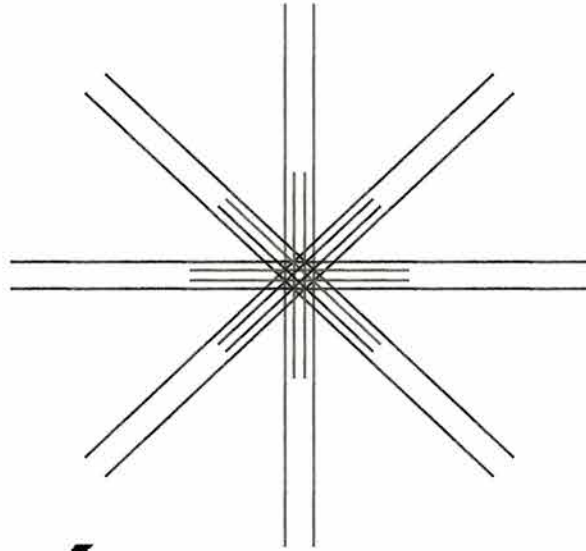
Rua Vereador Prazeres n.º 41-43, Luanda-Angola

Email: direccaogeral@edicoesdeangola.com

www.edicoesdeangola.com

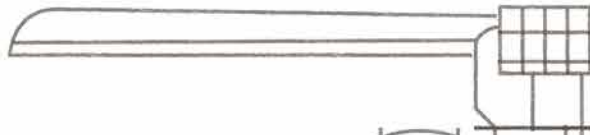
Tiragem: 2.000 exemplares

Depósito Legal:

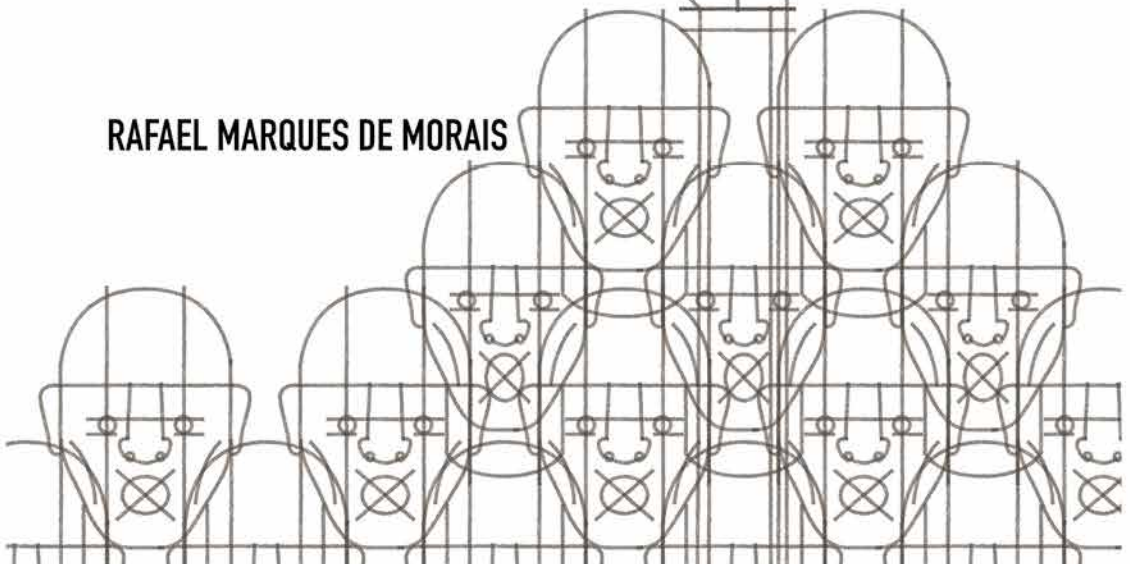


MISÉRIA & MAGIA

REVOLTA EM CAFUNFO



RAFAEL MARQUES DE MORAIS



Índice

| | |
|---|-----------|
| I. Sumário executivo..... | 13 |
| II. Considerações iniciais e metodologia..... | 18 |
| III. Contexto | 26 |
| IV. O Movimento do Protectorado Português | |
| Lunda-Tchokwe..... | 30 |
| A. Realidade jurídica | 30 |
| B. Sumário histórico..... | 33 |
| 1. Inexistência de unidade Lunda-Tchokwe. Invasão Tchokwe | 33 |
| 2. Henrique de Carvalho: afirmação do domínio português .. | 35 |
| 3. O antigo Reino Lunda: fluidez | 40 |
| 4. Lunda e Tchokwe: conquista, ligação e processo colonial .. | 41 |
| 5. Quando os Tchokwe querem o antigo poder dos Lunda.... | 42 |
| 6. Resumo | 45 |
| V. A correspondência para a manifestação | 48 |
| A. Detenções antecipadas | 51 |
| 1. O castigo de ajoelhar sobre pedras | 52 |
| 2. O vizinho do kimbandeiro Agulha..... | 53 |
| VI. Medidas de prevenção das forças de defesa e segurança..... | 56 |
| VII. Os preparativos para a manifestação..... | 58 |

| | |
|--|-----|
| VIII. O confronto com a PIR e o ataque ao chefe de missão..... | 62 |
| IX. A Morte de Borges Mauanda | 66 |
| A contradição do Pai | 68 |
| | |
| X. Confronto na barreira do Boss Kim..... | 71 |
| XI. A captura do tenente-coronel Vanda Mafo..... | 74 |
| | |
| XII. A última barreira e o matadouro | 77 |
| A. Magia contra magia | 78 |
| B. Mortos e feridos no hospital | 81 |
| C. Mortos confirmados | 83 |
| D. Feridos confirmados..... | 88 |
| E. A vítima infantil..... | 96 |
| F. Desaparecidos | 97 |
| | |
| XIII. Depoimentos contextuais..... | 99 |
| XIV. Arbitrariedades pós-manifestação..... | 120 |
| XV. O poder da magia..... | 124 |
| XVI. As responsabilidades estruturais do governo e do MPLA..... | 134 |
| XVII. Conclusões e recomendações..... | 138 |
| Bibliografia | 144 |
| Agradecimentos | 150 |

I

Sumário executivo

A província da Lunda-Norte, com mais de 900 mil habitantes, é a maior zona de exploração aluvial de diamantes do país, mas tem uma incidência de pobreza multidimensional média de 95 por cento em 8 dos seus 10 municípios, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística.¹ Ou seja, 9 em cada 10 pessoas nessas localidades são pobres.

El dorado para algumas famílias e grupos de interesses, aliados a negociantes estrangeiros, com acesso e protecção no comércio de diamantes, a Lunda-Norte é o melhor exemplo do paradoxo entre a abundância de recursos naturais e a extrema pobreza das populações locais. Esse paradoxo tem produzido um tipo de violência consequente, sobretudo na localidade de Cafunfo, o foco desta investigação, que deve merecer particular atenção de toda a sociedade.

Neste resumo sobre o trabalho ora apresentado, destacamos, nas Considerações Iniciais e Metodologia, a manifestação dos geradores, de 2004, em Cafunfo, por ter sido tão sangrenta quanto a do dia 30 de Janeiro de 2021. A história repete-se. Este II Capítulo explica, também, o processo de elaboração deste trabalho, com recurso ao vasto conhecimento da região, num ambiente de grande tensão político-social.

¹ Instituto Nacional de Estatística (2019:31).

No III Capítulo, a mais alta autoridade tradicional da localidade, Mwana Cafunfo, descreve de forma concisa o sentimento geral das comunidades ali radicadas: “somos uma população abandonada pelo governo.”

O IV Capítulo aborda a realidade jurídica sobre a reivindicação de autonomia ou independência da região que engloba as províncias do Kuando-Kubango, da Lunda-Norte, da Lunda-Sul e do Moxico. Essas províncias representam praticamente metade do território de Angola, com um total de 603,4 mil km² dos 1,2 milhões de km² que constituem o território nacional. O capítulo IV apresenta também um sumário histórico sobre a inexistência de um reino Lunda-Tchokwe. Descreve a guerra desencadeada pelos Tchokwe contra o Reino Lunda, que levou praticamente à sua destruição, antes dos acordos com os portugueses. Prossegue com uma resenha sobre a forma ficcional como Henrique de Carvalho elaborou vários tratados de protectorado com o Reino Lunda, que nunca foram ratificados pelo legítimo soberano Xá Madiamba, assim como com outros potentados tributários ou não deste reino, mas localizados na actual região nordeste de Angola.

O V Capítulo trata da correspondência entre o Movimento do Protectorado Lunda-Tchokwe e as autoridades locais sobre a manifestação de 30 de Janeiro de 2021, bem como os argumentos esgrimidos por cada parte. Retrata as detenções antecipadas de um total de 27 membros do MPPLT, nos municípios do Cuango e de Capenda-Camulemba. Ilustra as detenções com dois casos de abusos a que cinco cidadãos foram submetidos pela polícia.

As medidas de prevenção e segurança adoptadas pelas forças de defesa e segurança, em Cafunfo, são retratadas no VI Capítulo, incluindo o diálogo com os líderes locais do MPPLT, demonstração de força e sensibilização, através de megafones, para que a população permanecesse em casa no fatídico dia.

O VII Capítulo destaca os preparativos para a manifestação por parte dos membros do MPPLT. Retrata a imersão de mais de duas centenas dos chamados membros da linha da frente em rituais de magia, que durante dias, na margem do Rio Kandanje, pretenderam “blindar” os manifestantes, tornando-os supostamente imunes às balas no confronto com as forças de defesa e segurança. Descreve também como a maioria dos manifestantes pernitoiu, sem ser detectada, próximo da Unidade da Polícia Fiscal, onde destacaram um pelotão da 8.^a Unidade de Polícia de Intervenção Rápida (PIR), como força de reserva e de dispersão, e outro das Forças Armadas Angolanas (FAA).

De forma sequencial, o VIII Capítulo narra o primeiro confronto entre os manifestantes e os efectivos da 8.^a Unidade da PIR. Descreve-se o cenário que conduziu à captura e agressão brutal do chefe da missão da PIR, com cinco golpes de catana e foice na cabeça, quatro facadas nas costas e duas nas nádegas. Segue-se o recuo das referidas forças de reserva e dispersão, bem como o término da sua missão.

No IX Capítulo, a morte do primeiro manifestante, Borges Mauanda, a poucos passos da Unidade da Polícia Fiscal, é pormenorizada. Os manifestantes testemunham que o mesmo foi morto a tiro por um agente da PIR. Outras testemunhas referem que o jovem foi vítima de um golpe de *poku ya muela* (espada), que lhe abriu a cabeça como um tampo, “como se fosse uma tigela”. Uma fotografia do malogrado foi partilhada com médicos especialistas, nacionais e estrangeiros, para uma leitura breve do sucedido. Esse caso foi particularmente esmiuçado, porque serviu de pretexto para os manifestantes justificarem os seus actos de violência, incluindo a tentativa de invasão da Esquadra da Polícia Fiscal, conforme assumem, sem rodeios, vários manifestantes.

O confronto com a barreira da Polícia de Guarda Fronteira (PGF), na conhecida Rua do Boss Kim, demonstra, no X Capítulo, como a crença na blindagem e nos rituais de magia ganhou ímpeto perante o

recuo das forças de defesa e segurança. Muitos acreditaram que os tiros efectuados contra os manifestantes não tinham qualquer efeito e obtivemos depoimentos de pessoas que afirmam terem “voador” de forma mágica. A marcha prosseguiu, com os manifestantes empolgados em cânticos, baixando-se e atirando areia para o ar, entre outras encenações rituais de protecção.

A captura, pelos manifestantes, do comandante do 1.º Batalhão da 52.ª Brigada de Infantaria das FAA, então estacionada em Cafunfo, cobre o XI Capítulo, obedecendo à sequência cronológica dos eventos. Aqui se reúnem depoimentos de vários manifestantes que confirmam a tentativa do tenente-coronel Vanda Mafo de os acalmar, com as mãos no ar. O oficial é atingido com uma pedra na cabeça (há quem fale de uma fisga) e cai. Assestam-lhe então golpes da canjavite na cabeça e cortam-lhe vários dedos das mãos. Segue-se a missão de socorro por parte da polícia.

Sempre reconstituindo os factos, procede-se à narração da última barreira das forças de defesa e segurança, na área que se tornaria o matadouro dos manifestantes. Trata-se da chamada Rua dos Comandantes, com dez residências de cada lado, onde vivem os principais chefes das forças de defesa e segurança. Frente a essa rua há um bar, conhecido como Jango, onde alguns também caíram mortos e feridos.

O XII Capítulo dá voz ao atirador que, individualmente, fez o seu ritual de magia, testemunhado e confirmado por vários manifestantes, e alvejou sem “complicação” muitos deles, incluindo Mutunda Catxambi. Este liderava os manifestantes de arma em punho, a *Galil* que um agente da PIR deixara cair no confronto junto à Polícia Fiscal.

Este capítulo faz um levantamento dos mortos e feridos através do cruzamento de dados hospitalares, oficiais e fornecidos por vários manifestantes. Descreve, pela voz de manifestantes, como alguns foram mortos e outros feridos. Há também uma secção dedicada a Garcia Benvido, de 9 anos, que foi alvejado por um soldado das FAA enquanto

tomava o pequeno-almoço. Passou quatro semanas no hospital, sem que se desse nota pública do seu caso, e foi mandado para casa sem tratamento adequado e sem a remoção da bala alojada no seu corpo. Apresenta-se também o caso de três familiares e amigos desaparecidos até à data.

O XIII Capítulo reúne um total de 16 depoimentos contextuais, de manifestantes, que ajudam a compreender os acontecimentos do dia 30 de Janeiro, com detalhes extraordinários, inclusive de “voadores”. Esses depoimentos ajudam também a perceber a realidade do MPPLT no terreno: a inextricabilidade entre a agenda política e pessoal dos seus líderes, num contexto de ausência da autoridade do Estado, e a simples reivindicação de direitos elementares.

Por sua vez, o XIV Capítulo lida com as arbitrariedades cometidas pelas forças de defesa e segurança após a manifestação, que inclui uma vítima mortal e dois feridos a tiro, bem como actos de detenção e tortura.

Dada a centralidade dos rituais de magia na preparação da manifestação, e a crença da sua operacionalidade e insucesso durante a marcha, o XV Capítulo apresenta uma breve abordagem académica, com recurso à antropologia, para enquadramento de tais práticas.

As responsabilidades políticas do governo e do MPLA são assacadas no XVI Capítulo. Aqui se trata brevemente das omissões acerca da história e da atenção que o serviço público deve prestar às comunidades locais e ao seu nível de instrução. Aborda-se ainda a conjugação de factores que têm levado à radicalização de importantes segmentos das sociedades locais contra a autoridade do Estado.

Finalmente, o XVI Capítulo apresenta as conclusões e as recomendações.

II

Considerações iniciais e metodologia

A notícia da breve e sangrenta manifestação de 30 de Janeiro de 2021, em Cafunfo, chegou-nos logo a seguir, quando nos encontrávamos a umas dezenas de quilómetros do local, durante uma viagem por estrada. Regressávamos de um longo périplo de trabalho para a implementação de um projecto de educação nas províncias do Kwanza-Norte, de Malanje, da Lunda-Norte e da Lunda-Sul. Trata-se do projecto tripartido “Unidos pela Educação” entre o Ministério da Educação, a Fundação Ulwazi e o Centro Ufolo.

Na memória pós-independência, destaca-se um outro protesto na mesma localidade, tão sangrento quanto o de 30 de Janeiro.² No relatório “Lundas: As Pedras da Morte”, detalhámos a repressão policial da chamada manifestação dos geradores, no ano de 2004, que resultou em 12 mortos confirmados, vários feridos e mais de 170 detenções.³ Aí reportámos a violência dos populares que, na altura, invadiram a Esquadra Aduaneira e Fiscal, conhecida como Esquadra da Polícia Fiscal (EPF); no entanto, os agentes da EPF tentaram salvar vidas de manifestantes feridos, nada tendo a ver com a repressão.⁴ Quando a esquadra foi cercada, o comandante René teve sangue-frio e proibiu os

² Marques e Campos (2004).

³ Ibid.

⁴ Ibid.

seus agentes de disparar, evitando um banho de sangue. Preferiu ser brutalmente atacado pela multidão, bem como os seus homens.⁵ Os populares tomaram de assalto a esquadra e incendiaram a bandeira da República.⁶ Reconhecemos a bravura desse comandante, que escolheu proteger vidas humanas, dos agressores, arriscando a sua.

Passados tantos anos, este exemplo é importante para situar o confronto que ocorreu agora diante da mesma esquadra, no passado dia 30 de Janeiro, como adiante se descreverá.

Após a sangrenta manifestação de 30 de Janeiro de 2021, em Cafunfo, a onda de repúdio por parte da sociedade foi imediata. Do lado do governo, os comunicados e pronunciamentos oficiais geraram maior indignação popular. A informação publicamente disponível sobre o verdadeiro contexto e a dimensão real da tragédia era bastante confusa, contraditória, e logo assumiu um carácter ideológico. Com o passar dos meses, a indignação pública deu lugar à indiferença e ao esquecimento gradual da tragédia, como é recorrente na memória colectiva nacional.

Recorrendo a um vasto conhecimento da região, acumulado em perto de 30 anos de trabalho, acolhemos os pedidos locais para uma investigação aturada do incidente. Sobre esta região, já produzimos vários relatórios, nomeadamente: “Lundas: As Pedras da Morte” (2005); “Operação Kissonde: Os Diamantes da Miséria e da Humilhação” (2006); “A Colheita da Fome nas Áreas Diamantíferas” (2008); e o livro *Diamantes de Sangue: Tortura e Corrupção em Angola* (2011). Além disso, publicámos também um manancial de textos relacionados com os direitos humanos e a exclusão socioeconómica das comunidades radicadas nesta região.

⁵ Ibid.

⁶ Ibid.

Desta vez, ao longo de quatro meses, entre Março e Junho, passámos cerca de 40 dias em Cafunfo, para estudarmos e reconstituirmos os trágicos acontecimentos.

Uma primeira leitura da situação levou-nos a constatar um elevado nível de tensão na localidade. Verificámos que muitos cidadãos se tinham refugiado nas matas, lavras e outras localidades, alguns dos quais feridos e sem assistência médico-medicamentosa para além da intervenção de curandeiros. Por exemplo, no dia 5 de Junho, conversámos com cinco participantes da marcha que ainda se encontram refugiados nas suas lavras. Um activista local convenceu-os a deslocarem-se a uma aldeia com rede telefónica, e foi assim que pudemos comunicar. Uma das principais razões que levaram alguns cidadãos a refugiarem-se nas matas/lavras tem a ver com a informação que dá como mortos o inspector-chefe 23, da 8.^a Unidade da PIR, e o tenente-coronel Vanda Mafo, comandante do 1.^o Batalhão da 75.^a Brigada de Infantaria, então estacionada em Cafunfo; ambos teriam sido mortos nos ataques realizados pelos manifestantes com armas brancas. A 15 de Junho, falámos com outros participantes que também se mantinham refugiados, pelas mesmas razões.

A violência, a gravidade e a repercussão da manifestação concitou-nos a realizar, em paralelo, a 9 e 10 de Março, um encontro sobre “Cidadania e Segurança Pública em Cafunfo”, que reuniu mais de 500 cidadãos no primeiro dia e mais de 600 no segundo. Esse encontro, uma parceria do Centro de Estudos Ufolo para a Boa Governação e do Comando-Geral da Polícia Nacional, realizou-se no âmbito das “Jornadas sobre Cidadania e Segurança Pública: Conflitos de Direitos Fundamentais no Estado de Direito Contemporâneo”. As jornadas são uma plataforma de diálogo entre a sociedade civil e as forças de defesa e segurança, e tiveram início em Novembro de 2020, na Huíla e em Benguela. Com efeito, muitos cidadãos regressaram a Cafunfo por causa desse encontro e alguns participaram nele.

Com o mesmo propósito e a mesma parceria, procedeu-se, a 12 e 13 de Abril, a acções de capacitação dos agentes da Polícia Nacional, com a participação de representantes da sociedade civil local. Os agentes foram instruídos sobre cinco temas principais: o uso de meios coercivos – teoria e prática; protecção do direito à vida, cidadania e direitos humanos; segurança pública, reuniões e manifestações; policiamento de proximidade; atendimento ao público e modelos de expediente.

Neste encontro, apelou-se ao regresso à localidade de todos os cidadãos ainda refugiados nas matas. O ambiente de confiança gerado no encontro favoreceu o regresso de outros tantos refugiados e a normalização do clima social.

O ambiente de relativa acalmia propiciou-nos condições para recolhemos, de forma aberta, mais de cem depoimentos de protagonistas dos acontecimentos.

Com o objectivo de reconstituir os factos, recorreremos a vários depoimentos sobre cada momento específico. Para validar (ou invalidar) esses depoimentos, usámos o método comparativo e a localização geográfica precisa, que nos permitiram também identificar as narrativas previamente concertadas em grupo.

A reconstituição dos factos no terreno, com o auxílio de voluntários, permitiu eliminar os depoimentos que não estabeleciam correspondência entre a acção relatada e o lugar. Um exemplo: passámos dois meses a apurar as circunstâncias e a causa da morte do primeiro manifestante, Borges Mauanda, e a eventual ligação dessa morte ao ataque ao chefe da missão da 8.^a Unidade da PIR. Vários manifestantes corroboravam a narrativa segundo a qual atacaram brutalmente o inspector-chefe 23 em retaliação pela morte de Borges Mauanda, alegadamente consequência de um disparo por parte de um agente da PIR. Carlos Mauanda, pai do malogrado, no seu depoimento inicial, omitiu o facto de ter estado presente quando o seu filho foi morto, a quatro passos da guarita da

Esquadra da Polícia Fiscal, conforme os elementos factíveis da reconstituição. Inicialmente, afirmou que se encontrava em casa a dormir. No entanto, foi um dos principais animadores da marcha, e ao redor da sua residência e nos quintais vizinhos pernoitaram mais de 200 manifestantes. Também se apurou que o inspector-chefe foi a primeira vítima do evento, a pouco mais de 11 metros da esquadra, no primeiro choque entre os manifestantes e as forças de defesa e segurança.

Como parte do trabalho, visitámos vários feridos e famílias que perderam entes queridos. Além das muitas diligências de reconstituição no terreno, procedemos à verificação exaustiva e ao cruzamento de dados, individualmente, junto das fontes e em pequenos grupos de participantes.

A disponibilidade de alguns participantes para exporem os factos tal como aconteceram, as discrepâncias na narrativa construída pelas chefias do Movimento do Protectorado Lunda-Tchokwe e o aturado trabalho de visita às comunidades causaram grande desconforto. Fomos percebendo que os manifestantes tinham recorrido a rituais de magia na preparação da marcha.

Passados alguns dias de trabalho investigativo, os membros do Movimento que nos acompanhavam começaram a receber várias ameaças, incluindo ameaça de morte por via do oculto ou pela violência. Com extraordinária rapidez e amplo apoio, essas chefias bem identificadas, com destaque para Fernando Muaco, com quem conversámos muitas vezes, uniram esforços com políticos de um partido da oposição e activistas associados, em Luanda. Essa articulação permitiu difundir campanhas de desinformação e calúnia nas redes sociais, as quais visavam impedir a livre recolha de depoimentos e desencorajar a continuidade do nosso trabalho. Surpreendeu-nos a visita de alguns membros da oposição local, que, em nome pessoal, nos prestaram solidariedade e se dissociaram das estratégias da sua direcção.

Nos piores momentos das nossas anteriores investigações nas Lundas, mesmo quando fomos emboscados e corremos sério risco de vida, nunca lidámos com ameaças desta natureza contra as nossas fontes. Há um historial de violência sistémica que, independentemente das justificações, merece sempre, da nossa parte, uma abordagem imparcial.

Também abordámos, no relatório sobre as Lundas de 2006, as condições de vida e de trabalho dos agentes policiais nesse mesmo relatório, incluindo “a iminência de a Esquadra Policial de Cafunfo ser engolida por uma grande ravina de vários metros de profundidade”, o que colocava em risco “não só a vida dos próprios agentes, como a dos cidadãos que se encontram a contas com a justiça”.⁷

Portanto, a interacção com a Polícia Nacional não é algo novo. Tão-somente assume agora um carácter de diálogo estruturado, na busca de soluções de segurança pública para o bem comum, que é o desiderato de qualquer nação que se quer civilizada. Esse diálogo, que se pretende amplificado, entre a sociedade civil e a Polícia Nacional em momento algum condiciona a nossa independência. Aliás, reforça-a, por meio da conquista de novos espaços que se abrem ao diálogo.

Na procura da resolução dos problemas de exclusão social e económica, sempre nos preocupámos com a protecção da vida humana e o diálogo. Mesmo no auge da guerra civil, desenvolvemos iniciativas contra o conflito, incluindo a Campanha contra a Guerra, em 2001, com o Movimento Pro Pace da Igreja Católica.⁸ Por conseguinte, em momento algum aceitamos como justificável o recurso à violência, seja para protestar, seja para reprimir.

Há duas conclusões óbvias sobre o trabalho por nós desenvolvido directamente no local.

⁷ Marques (2006).

⁸ Jornal *Público* (2001).

Em primeiro lugar, é fundamental valorizar e reforçar os mecanismos de diálogo entre a sociedade e as forças de defesa e segurança. Este diálogo tem de ser estabelecido nas duas direcções. A polícia e restantes forças de defesa e segurança têm o dever de encetar iniciativas e criar meios para uma conversa profícua com as comunidades envolvidas. Por sua vez, estas têm a mesma responsabilidade simétrica de tomar a iniciativa e produzir meios de diálogo. As duas partes têm de se empenhar em falar, trocar opiniões e implementar iniciativas com vista à melhoria das condições. Não pode haver monólogos ou posições unívocas. Temos de acabar com os maniqueísmos dos “bons contra maus”. Somos todos angolanos e buscamos um país melhor para todos. Ambos, sociedade e polícia, são actores principais no objectivo comum da paz e prosperidade da região.

Em segundo lugar, é necessário sermos pragmáticos e aprendermos com a história recente do nosso país. A guerra civil e a violência não trouxeram benefícios, apenas arrastaram consigo a pobreza e a ignorância, criando atavismos ainda hoje insuperados. O conflito exacerbado não trouxe vantagens: trouxe só desgraças, morte e mutilações. Por isso, que melhorias se podem esperar de atacar esquadras, fomentar insurreições e promover o confronto físico e descontrolado? Temos de ser claros e certos na resposta. Não há benefícios na violência. Só mais tristeza e depressão.

Há sensivelmente dez anos, lançámos um alerta acerca do potencial de revolta na região.⁹ “A situação prevalecente no Cuango tem revelado um sério potencial de conflito entre as comunidades locais, a administração do Estado, as empresas mineiras e as empresas privadas de segurança. Com frequência, a região tem sido palco de motins.”¹⁰

⁹ Marques (2011:103).

¹⁰ Ibid.

Desde então, do ponto de vista político e socioeconómico, a situação tem piorado. Na realidade, a ausência de uma política de Estado em Cafunfo tem contribuído para o agravamento das condições de vida das comunidades locais, o que, por sua vez, serve de fonte de recrutamento para a perigosa radicalização violenta de segmentos consideráveis da população.¹¹

¹¹ A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) propõe um conceito de radicalização violenta operacional para a realidade que aqui se descreve, notando que ela “resulta de um processo complexo a envolver uma variedade de fatores que, quando combinados, poderão levar pessoas ou grupos a praticar atos de violência ideologicamente ou politicamente motivados.” <https://apav.pt/radicalizacao/sobre-o-projecto/>

III

Contexto

Mwana Cafunfo, a mais alta autoridade tradicional em Cafunfo, concretiza as principais reivindicações da população desta localidade: “Estamos a chorar por causa das ravinas, da falta de estradas, água e luz. Somos uma população abandonada pelo governo. Há muito que o país está em paz, mas aqui nem a paz vemos.”

Mesmo adoentada, Mwana Cafunfo senta-se com dificuldades no luando, à sombra do seu jango, para expor, em poucas palavras, o paradoxo da abundância e da miséria em Cafunfo: “Aqui o governo só tira diamantes e deixa buracos. Que benefícios a população aqui tem da riqueza dos diamantes, da acção do governo? Não temos quaisquer benefícios.”

Cafunfo é uma localidade de 290 km², com mais de 162 mil habitantes, que não tem qualquer estatuto político-administrativo. Ou seja, não é bairro, distrito, comuna nem município. Faz parte do Cuango, um dos dez municípios da Lunda-Norte, do qual dista 50 quilómetros. O percurso rodoviário entre a sede municipal do Cuango e Cafunfo, pela via principal, demora mais de quatro horas, devido ao Estado degradante – praticamente intransitável desde final de 2020 – em que se encontra a estrada de terra batida.

Não se trata de falta de dinheiro para asfaltar essa via tão importante, mas de desprezo. Citamos apenas dois dos mais escandalosos

exemplos envolvendo os diamantes das Lundas e o dinheiro gerado para bolsos alheios.

Numa intervenção no Parlamento Europeu, o antigo comprador de diamantes David Reinous demonstrou que, de 2003 a 2008, a empresa belga Omega Diamonds, associada a Isabel dos Santos, engendrou um esquema de branqueamento de capitais.¹² A Omega comprava diamantes angolanos a preços abaixo do valor do mercado nos Emirados Árabes Unidos e na Suíça, e levava-os para a Antuérpia, num esquema avaliado em US \$4,6 mil milhões de dólares.¹³

Outro exemplo: entre 2012 e 2018, só as concessões diamantíferas do Catoca, Cuango e Chitotolo reportaram perdas combinadas de 754 milhões de dólares pela venda de diamantes, 24% abaixo dos preços do mercado, aos clientes preferenciais da Sodiam.¹⁴ Estes clientes são a Iaxhon, a Odyssey e a Relactant, todos do universo de Isabel dos Santos e do seu malogrado esposo, que depois os revendem com lucros extraordinários.¹⁵

Só estes valores extraordinários dariam para construir, além da estrada, uma série de infra-estruturas básicas, nomeadamente para abastecimento de água e electricidade, não só em Cafunfo, mas noutras localidades depauperadas das Lundas. Serviria, e muito, para educar toda uma geração de habitantes locais.

Existe uma única rodovia alternativa para aceder a Cafunfo, também de terra batida, com uma extensão de 53 quilómetros, que atravessa a reserva privada da Sociedade Mineira do Cuango. De Dezembro a Março passado, foi excepcionalmente permitida a circulação

¹² *The Brussels Times* (2015). Cfr. transcrições do julgamento de Gaydamak v. Leviev, de 25 de Maio de 2012, em Londres, que detalha, a páginas 52-55, a referida associação.

¹³ *The New York Times* (2013).

¹⁴ Eisenhammer (2018).

¹⁵ Cf. mapas de vendas da Sociedade Mineira do Cuango e do Projecto Chitotolo.

pública, mas apenas de dez viaturas por dia. Entre finais de 2020 e Fevereiro passado, os camiões de mercadorias pagavam, cada um, entre 60 e 80 mil kwanzas aos guardas de serviço, para acederem à via, o que encarecia ainda mais o custo de vida naquela localidade. Nos primeiros dias de Janeiro, uma equipa de inspectores do Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás visitou o local para abordar a questão.

Actualmente, a estrada está aberta ao público, diariamente, das 8h00 às 16h00, mediante registo da viatura e dos dados de identificação do motorista. A viagem tem a duração de uma hora e meia. Trata-se de uma situação única no país: uma estrada pública, de terra batida, sob exclusivo controlo de uma empresa privada.

Por não ter estatuto político-administrativo, a localidade de Cafunfo não tem uma estrutura oficial de poder local que atenda a população e, como consequência, não dispõe de serviços sociais básicos.

Ironicamente, há um Gabinete Técnico da Administração Municipal do Cuango em Cafunfo, que trata do registo de identificação e da fiscalização dos mercados informais. Em relação à identificação, os nascidos em Cafunfo são obrigatoriamente registados como naturais da comuna do Luremo, do qual Cafunfo não faz parte. Luremo, 35 quilómetros a norte de Cafunfo, é a única comuna do Cuango e tem uma população estimada em 23 mil habitantes. Com essa política, em termos práticos, anula-se a existência de uma população nativa de Cafunfo.

O papel dos fiscais resume-se à cobrança de dinheiros nos mercados e empreendimentos comerciais. Para além desse gabinete, a administração municipal tem apenas uma residência protocolar na localidade.

A principal instituição do Estado, em Cafunfo, é a 2.^a Esquadra da Polícia Nacional, situada nesse território com um efectivo de cerca de 60 agentes e oficiais. Estes estão distribuídos por três postos policiais nos bairros Bala Bala, Bundo e Gika.

Dada a volatilidade político-social da localidade, e tendo em conta a exiguidade dos seus efectivos, a polícia tem recorrido à brigada de infantaria das FAA para reforçar a sua capacidade de manutenção da ordem pública. Desse modo, Cafunfo é o único ponto do país onde os efectivos das FAA exercem regularmente funções de ordem pública, realizam patrulhas pelos bairros e são destacados na esquadra e nos postos policiais.

Há quatro factores que alimentam a propensão da população local para afrontar radicalmente as forças de defesa e segurança e para exigir autonomia/independência: ausência do poder do Estado e de qualquer política de diálogo ou esclarecimento sobre a verdade histórica da região; exclusão arrepiante de quaisquer benefícios da exploração das enormes riquezas diamantíferas na bacia do Cuango; violência sistémica contra os membros das comunidades; grande mudança demográfica na localidade, com predomínio de cidadãos de origem congoleza.

Não havendo estatísticas fiáveis sobre a composição demográfica actual da localidade, importa notar que o Lingala é hoje a língua franca de Cafunfo, incluindo para cultos religiosos, transacções nos mercados informais e acesso às notícias pela rádio. À data de 30 de Janeiro, nem havia sequer sinal da Rádio Nacional de Angola em Cafunfo. As populações locais sujeitam-se a ouvir as emissoras radiofónicas congolezas, cujo sinal atinge esta localidade fronteiriça.

IV

O Movimento do Protectorado Português Lunda-Tchokwe

A. Realidade jurídica

A localidade de Cafunfo, com a maior densidade populacional na região nordeste de Angola, tem sido a principal praça de mobilização, organização e protesto das duas facções que reivindicam ora a independência das Lundas, ora a sua autonomia. Essas facções, lideradas por José Mateus Zecamutchima e pelo auto-exilado Jota Filipe Malquito, ancoram-se no tratado assinado a 2 de Janeiro de 1887 pelo major português Henrique Augusto Dias de Carvalho e pelo irmão do soberano do Reino Lunda, que não detinha poder formal.

Segundo o tratado, “o muataiânvua e a sua corte bem como os herdeiros dos actuais potentados, Muatas de lucano, declararam: que nunca reconhecerão outra soberania senão a de Portugal, sob o protectorado do qual há muito seus avós colocaram todos os territórios por ele governados e constituem o Estado da Lunda e que esperam sejam agora mandados ocupar definitivamente”¹⁶. Não há registo de que algum dos signatários do Reino Lunda soubesse ler ou escrever

¹⁶

Dias de Carvalho (1894:269-272).

em português ou que tivesse tido um tradutor independente para lhe explicar o conteúdo do acordo.

Na opinião do jurisconsulto Rui Verde, “a invocação deste tratado como fundamento de alguma putativa independência ou secessão local carece de validade, quer ao nível do direito internacional, quer, obviamente, na vertente do direito interno”. Porquê? “É absurdo pensar que um tratado cujo conteúdo não era apreensível por uma das partes tenha eficácia jurídica. Ademais, não parece ser possível atribuir plena vigência legal, em pleno século XXI, a tratados desiguais realizados num contexto de dominação colonial, devendo-se considerar que na sua essência esses tratados estão feridos de nulidade. Pensar de outra forma é manter os modos coloniais de poder e autoridade.¹⁷

De acordo com o professor de Direito, o referido tratado, incluindo a sua delimitação territorial, caducou face às posteriores definições de fronteira realizadas também por tratado internacional, por parte de Portugal. Rui Verde exemplifica com a variada actividade tratadística que constituiu a unidade geográfica e política conhecida hoje como Angola, que substituiu a plenitude antigas circunscrições territoriais mais específicas.

“Mencionem-se, a título de exemplo, os tratados em relação ao então Estado Independente do Congo e o Reino da Bélgica. Em Lisboa, a 25 de Maio de 1891, foi rubricado um tratado entre Portugal e o Estado Independente do Congo, representado pela potência colonizadora, para a delimitação da região da Lunda. Anos depois, assinou-se em Bruxelas, em 5 de Julho de 1913, aprovando a demarcação das fronteiras luso-belga de Cabinda e do paralelo de Nóqui ao Cuango. Finalmente, acordou-se a Convenção de Luanda, de 22 de Junho de 1927, entre Portugal e a Bélgica, que consagra a troca de territórios coloniais: a Bélgica cedeu o território do Dilolo, e Portugal o vale do rio Mpozo. Em relação à

¹⁷

Craven (2005:381).

fronteira leste, também ocorreu um processo longo e de consolidação de território. Aí o interlocutor foi o Reino Unido, e sucessivos tratados internacionais ocorreram entre 1890 e 1891.”¹⁸

O que estes tratados de delimitação de fronteiras representam é a criação de um território unificado sob jurisdição portuguesa, com limites demarcados face às outras potências. Nesse sentido, há uma nova realidade jurídico-política que nasce e se sobrepõe às do passado, fazendo caducar anteriores entendimentos localizados.

Se este é o panorama colonial, o certo é que os novos países africanos deliberaram, sob a égide da então Organização de Unidade Africana (OUA), a adopção e manutenção das fronteiras definidas pelas potências colonizadoras. É o que consta das deliberações levadas a cabo na Cimeira da OUA, que teve lugar no Cairo em 1964, a qual, através da Resolução 16 (I), proclamou a intangibilidade das fronteiras coloniais após a independência.

Especificamente em relação a Angola, este princípio foi reconhecido pelo Acordo de Alvor, subscrito pelo Estado português e pelos movimentos de libertação nacional de Angola, com vista à independência do país. Aí, no artigo 3.º, expressa-se perfeitamente que “Angola constitui uma entidade, una e indivisível, nos seus limites geográficos e políticos actuais”. Por meio deste acto, Portugal define qual é a entidade territorial a que está a conceder independência, e os movimentos aceitam. “Se alguém tivesse dúvida de que Portugal considerava o tratado de Henrique de Carvalho caducado e sem relevo jurídico, aqui tem a prova suficiente”, assevera Rui Verde.

De seguida, entram em vigor as normas constitucionais que materializam a nova soberania nacional. Com data do dia da independência, 11 de Novembro de 1975, é aprovada a Lei Constitucional da

¹⁸ Santos Silva (2019:126-151).

República Popular de Angola. O seu artigo 4.º é liminar e esclarecedor, definindo que a “República Popular de Angola é um Estado unitário e indivisível, cujo território inviolável e inalienável é definido pelos actuais limites geográficos de Angola, sendo combatida energicamente qualquer tentativa separatista ou de desmembramento do seu território” (sublinhado nosso).

Actualmente, a Constituição em vigor preserva esse mesmo tom. O artigo 5.º n.º 1 determina: “O território da República de Angola é o historicamente definido pelos limites geográficos de Angola tais como existentes a 11 de Novembro de 1975, data da Independência Nacional”. O n.º 6 do mesmo artigo especifica: “O território angolano é indivisível, inviolável e inalienável, sendo energicamente combatida qualquer acção de desmembramento ou de separação de suas parcelas, não podendo ser alienada parte alguma do território nacional ou dos direitos de soberania que sobre ele o Estado exerce” (sublinhado nosso). Por sua vez, o artigo 236.º b) retira a possibilidade de qualquer revisão constitucional sobre a matéria.

Em conclusão, do ponto de vista jurídico, é ilegal e não admissível promover a independência ou separação de qualquer parcela do território angolano.

B. Sumário histórico

1. Inexistência de unidade Lunda-Tchokwe. Invasão Tchokwe

Se os argumentos jurídicos não colhem, também não parece haver razão para invocar elementos históricos demonstrativos de uma unidade com características peculiares, susceptível de justificar a auto-determinação da Lunda-Tchokwe.

É uma ficção mencionar um reino Lunda-Tchokwe existente no século XIX como base para qualquer pretensão nacionalista ou secessionista, na actualidade, em Angola. Na verdade, nem sequer existiu qualquer realidade unívoca Lunda-Tchokwe que eventualmente tenha perdido a sua independência ao longo da história.

A historiografia sobre as origens, consolidação, expansão e fim do Reino Lunda é vasta. Também há documentação suficiente sobre os Cokwe, Quiocos ou Tchokwe. A breve introdução sobre a história do antigo reino Lunda neste trabalho sobre direitos humanos serve apenas para estimular o interesse pela pesquisa e o conhecimento científico sobre a história quer da Lunda, quer de Angola em geral.

A verdade é que a negligência e a manipulação políticas, bem como a ignorância estrutural sobre a história de Angola, representam um grave perigo para o conhecimento da(s) identidade(s) angolana(s) e das suas várias trajetórias históricas, culturais e sociopolíticas que estão na origem da sociedade actual.

No século XIX existiu um reino Lunda que foi invadido pelos Tchokwe.¹⁹ Como refere Manuela Palmeirim, “em meados do século XIX o império Lunda entra em decadência. O poder do *Mwant Yaav* (Muatiânvua), em larga medida apoiado no comércio de escravos, é grandemente afectado pela abolição deste tráfico. Por outro lado, os Cokwe iniciam a sua expansão para norte, infiltrando-se progressivamente em território Lunda”²⁰. No século XIX, aquilo que muitas vezes foi denominado como Império Lunda terminou. Escreve Maria da Conceição Neto: “Não é novidade que os Lunda e os Cokwe, embora aparentados na origem, não falam a mesma língua, não tiveram o mesmo percurso histórico, nem o mesmo tipo de organização política.

¹⁹ Miller (1969).

²⁰ Palmeirim (1998).

Foram até inimigos, quando os Cokwe se expandiram no século XIX, graças ao comércio do marfim, da cera e da borracha, para regiões outrora dominadas pelos Lunda. E nessa situação se encontravam quando a partilha europeia de África impôs a todos novas fronteiras.”²¹ Neto explicita que, por um lado, os Tchokwe tinham uma remota origem comum aos Lunda, mas, por outro, são populações que há mais de 400 anos (pelo menos) se afastaram.²² Mais tarde aproximaram-se, mas, na realidade, só o fizeram após uma conquista Tchokwe e já estando em curso o projecto unificador e colonizador português.

John Thornton sublinha que os Tchokwe se estabeleceram na fronteira Lunda com a formação de um território vagamente governado, o Kiboko.²³ Esse território dividia-se em domínios, mais ou menos independentes, governados por *mwananganas*. Durante a sua viagem em 1850, o explorador húngaro Magyar destacou Kanjik [MwaKanhi-ca] como o mais importante destes *mwananganas*, governando a noroeste, enquanto Ndumba detinha os domínios do norte, Pehu controlava o centro e Diu Kala mandava ao longo do Rio Lungue Bungo, na actual província do Moxico.²⁴

2. Henrique de Carvalho: afirmação do domínio português

Nem mesmo as narrativas das movimentações de Henrique de Carvalho consubstanciam a existência de uma unidade Lunda-Tchokwe. A exploração de Henrique de Carvalho em relação à Lunda tinha como objectivo, além do estabelecimento de relações comerciais, afirmar a soberania portuguesa e por isso procurava, acima de tudo, conhecer o Xá Madiamba, soberano escolhido após o assassinio do seu anteces-

²¹ Neto (2012:13).

²² Neto (1994).

²³ Thornton (2020:317).

²⁴ Ibid.

sor Muriba pelos Tchokwe, que o fizeram “em postas”.²⁵ Estes mesmos Tchokwe haviam inicialmente apoiado Muriba no assassinio do Muatxiânvua Cangápua, para lhe tomar o lugar.²⁶ Xá Madiamba preferiu partir para o exílio, temendo ser morto.²⁷ As actividades de Henrique de Carvalho para reforçar o Xá Madiamba e contar com ele revelaram-se infrutíferas, e o explorador português encontrou um clima confuso e tenso na Lunda.²⁸ “Enquanto se esgrimiam jogos de poder em relação à eleição do Muatiânvua, a pressão dos Quioco [Tchokwe] era cada vez mais forte. Daí à invasão da capital foi um pequeno passo. Dias depois a mítica Mussumba do Calanhi foi tomada de assalto e a corte Lunda pôs-se em fuga.”²⁹ Outro autor descreve a pilhagem, em 1885, da capital do reino e a captura de cerca de seis mil Lundas.³⁰

No ano seguinte, a 2 de Setembro de 1886, já com o reino ferido de morte, o enviado português à corte Lunda, Henrique de Carvalho, aproveitou para celebrar um dos seus tratados com “Muanangana Quissengue [Mwatxissengue], grande potentado dos Quiocos”, que dominava várias povoações entre os rios Chicapa e Luembe (actualmente de Saurimo, a capital da Lunda-Sul, ao município de Cambulo, na Lunda-Norte).³¹

Como parte do tratado, no seu Art. 2º o chefe Tchokwe Mwatxissengue reconhecia o Muatiânvua como o senhor das terras da Lunda, mas impedia-o de “intervir na administração dos povos Quiocos [Tchokwe]”.³²

²⁵ Dias de Carvalho (1892:779, 788, 790, 820) Como nota o explorador português, “os Quiocos depois de morto Muriba continuaram perseguindo os Lundas nas povoações dos quilolos mais importantes e o seu fito era dar um assalto à Mussumba do Calânhi para roubarem todas as raparigas do harém do Muatiânvua”.

²⁶ Idem (1892:857).

²⁷ Idem (1893:114).

²⁸ Idem (1890:291).

²⁹ Ibid., par. 23.

³⁰ Bustin (1975:17).

³¹ Dias de Carvalho (1890:224-225).

³² Ibid. (226).

No seu papel simultâneo de conquista e de arbitragem, Portugal afirmava que manteria a integridade dos domínios e a influência da autoridade Tchokwe em território Lunda, e que esta não os alargaria sem autorização do Muatiãnvua e o conhecimento da autoridade colonial portuguesa.³³

Passados quatro meses, em Janeiro de 1887, ocorre nova invasão Tchokwe contra a capital do Reino Lunda, Mussumba (situada na actual República Democrática do Congo), que foi incendiada. Henrique de Carvalho descreve o pânico de milhares de pessoas, entre elas muitos dos membros da corte, na tentativa de fuga para leste.³⁴ Depois destas invasões, os territórios e o domínio colonial são repartidos. Henrique de Carvalho não teve sucesso em conciliar os dois povos, nem em fazer vencer o Xá Madiamba. A incursão e exploração nesse território permitiu que mais tarde Portugal negociasse um entendimento com o Congo Belga e o Reino Unido para a divisão das terras entre as potências europeias. Em relação aos habitantes locais, o que fica das descrições de Carvalho são as divisões entre os Lunda e as guerras com os Tchokwe. Não havia uma frente unida, nem política, nem cultural, entre Lundas e Tchokwe. Havia, sim, um clima de guerra.

Há um outro exemplo — para entendimento da realidade actual — sobre o então potentado de Capenda Camulemba, um tributário do Reino Lunda, actualmente município da Lunda-Norte com o mesmo nome. Um descendente seu, Miji Fidel, regedor MwaCapenda Camulemba, lidera as autoridades tradicionais que supostamente conferem o direito de reivindicação ao Movimento do Protectorado Português Lunda-Tchokwe. A 25 de Junho de 1888, o então Capenda Camulemba rogou prestar vassalagem ao Rei de Portugal, por intermédio de

³³ Ibid.

³⁴ Palmeirim (1998:3).

um empregado do comerciante português Saturnino Machado, o seu compatriota Diogo Fernandes de Sousa e Silva³⁵ Decidiu colocar os seus territórios sob domínio deste, para se proteger das “invasões de inimigos vizinhos Bangalas e Quiocos [Tchokwe]”.³⁶

Capenda Camulemba imprimia urgência ao seu pedido, a que juntava as terras de membros da sua corte, como Malungo, Caianvo, Mona Samba, Mona Cafunfo e Mona Buiza (que incluíam parte do actual Cafunfo e do município do Cuango).³⁷ O requerente sublinhava a iminência de parte dessas terras serem roubadas ou ocupadas “pelos maus Quiocos que são uma peste, pois elle [ele] Capenda está sem pólvora para os repelir”.³⁸

Aproveitando-se das lutas internas, Henrique de Carvalho pretendia estabelecer símbolos de obediência aos portugueses ou de domínio português sobre os povos que encontrava. Criava tratados ficcionais para mostrar o domínio português face às outras potências europeias e à definição de fronteiras coloniais africanas que se seguiu.

Refira-se que a exploração de Henrique de Carvalho se fez no contexto da Conferência de Berlim, realizada entre 1884 e 1885, onde se consagrou o *uti possidetis jure* (a ocupação de facto) como condição para o domínio colonial. Essa conferência obrigou Portugal a “correr” para África e a não se acomodar nos seus supostos direitos históricos³⁹ para garantir os seus domínios⁴⁰. É esta a dinâmica que explica os tratados apressadamente assinados por Henrique de Carvalho. No

³⁵ Dias de Carvalho (1890:18-19).

³⁶ Ibid. (62).

³⁷ Ibid.

³⁸ Ibid.(63-64).

³⁹ Cruz (2016).

⁴⁰ Basta ver o título de um livro de Henriques de Carvalho que demonstra a sua intenção: *A Lunda ou Estados da Muatiãnvua. Domínios da Soberania de Portugal* (1890). Lisboa: Adolfo Modesto.

caso concreto do tratado com o Reino Lunda, de 18 de Janeiro de 1887, nem foi o então legítimo senhor da Lunda — o Muatiânvua Xá Madiamba — que os ratificou, mas sim um governante interino que não detinha sequer legitimidade formal: o seu irmão Umbala.⁴¹

Havia grande esperança no reinado de Xá Madiamba, como notou o Xá Mujimbuia, então refugiado com o seu povo nas matas, “com receio dos Quiocos”⁴². Segundo o relato de Henrique de Carvalho, Xá Mujimbuia lamentara o desinteresse do legítimo Muatiânvua pelo trono, “pois era nelle [nele] que todos os Lundas tinham esperança dum bom Muatiânvua, que os salvaria da perseguição dos Quiocos e lhes daria sossego, para poderem trabalhar as suas terras junto de suas famílias. Assim como estamos, disse ele, é melhor morrer”.⁴³

Xá Madiamba recusara tomar posse como legítimo Muatiânvua devido às intrigas palacianas que, combinadas com as guerras movidas pelos Tchokwe, levaram à destruição do Reino Lunda.⁴⁴

Jill Dias regista o ano de 1890 como sendo o auge do expansionismo dos *raids* (assaltos) e comércio dos Tchokwe contra o Estado Lunda.⁴⁵ Só em 1898 o então Muatiânvua Mushid e o seu irmão Kawel lideraram os Lundas na expulsão “dos guerreiros Cokwe do coração do ‘império’”, como descreve Dias.⁴⁶

Essa guerra prova que os Tchokwe foram os únicos a fazer letra-morta do tratado de protectorado entre o Reino Lunda e Portugal, as-

⁴¹ Dias de Carvalho (1894:811). O tratado, assinado pelo Muatiânvua interino Mucanza reconhecia, no seu Artº 10º, Xá Madiamba como o Muatiânvua eleito pela corte. O mesmo articulado exigia que o tratado, antes de ser apresentado ao governo português, teria de ser submetido à apreciação de Xá Madiamba para as alterações que entendesse convenientes e subsequente ractificação (ibid. 217).

⁴² Ibid. (160).

⁴³ Dias de Carvalho (1890:160).

⁴⁴ Ibid. (225).

⁴⁵ Dias (s/d:39).

⁴⁶ Ibid.

sinados pelo representante interino do Muatiãnvua e pelo major português Henrique Dias de Carvalho até à colonização efectiva da região.

3. O antigo Reino Lunda: fluidez

Em relação ao anterior denominado Império ou Reino Lunda, não se pode, também, estabelecer uma relação directa entre este e as actuais províncias da Lunda-Norte, da Lunda-Sul, do Moxico e do Kuando-Kubango. Desde logo, porque o Reino Lunda abrangia territórios hoje da República Democrática do Congo e da Zâmbia, mas também, e acima de tudo, pelo facto de as suas fronteiras não serem definidas, nem as relações políticas entre os seus componentes uniformes. Jan Vansina admite a hipótese de que na base desta organização estivesse uma estrutura acéfala, onde o governo se encontrava nas mãos de uma associação livre.⁴⁷ Acéfalo ou não, o certo é que, entre 1600 e 1750, bandos de aventureiros da Lunda estabeleceram numerosos estados diferenciados. O Império Lunda consistia num núcleo centralizado, um anel de províncias intimamente ligadas à capital, um anel externo de províncias que pagavam tributo, mas eram autónomas, e uma franja de reinos independentes que compartilhavam uma cultura Lunda comum.⁴⁸ As fronteiras imperiais eram, portanto, apenas vagamente definidas, não havendo um território permanente com fronteiras inteligíveis e estáveis.⁴⁹

Tal era a instabilidade, que os Tchokwe, com o declínio do comércio do marfim — do qual, sendo caçadores especializados de elefantes, dependia a sua prosperidade —, se envolveram no negócio da borracha. É a corrida ao comércio da borracha que leva os Tchokwe a

⁴⁷ Vansina (1998:1-22), cfr. Boeck (1993:95).

⁴⁸ Vansina (2004:187, 197, 193).

⁴⁹ The Editors of Encyclopaedia (s/d).

expandirem-se até ao actual Kuando-Kubango. Mesmo assim, assevera Maria da Conceição Neto, “a organização política dos Cokwe continuou a ser bastante descentralizada e a ocupação europeia fragmentou ainda mais a sua estrutura político-social”.⁵⁰

Também é importante mencionar que certos territórios pertencentes às províncias ora reclamadas para a independência nem sequer eram amigas do Reino Lunda ou dos Tchokwe. Um desses exemplos é o do Reino de Kassanje (1629/30 a 1911), descrito por Vansina como um dos mais importantes Estados africanos da época.⁵¹ Este era constituído por uma amálgama de povos que adoptaram a identidade Imbangala.⁵² Esse reino tinha a sua capital no actual município de Xá-Muteba, na Lunda-Norte. Mantinha tão-somente relações comerciais com o Reino Lunda que, a partir de 13 de Julho de 1895, se transformou, sob tutela portuguesa, em distrito, com sede em Malanje. Em 1911, os Portugueses decidiram conquistar Kassanje pela via das armas — o que veio a acontecer em 1912 —, tendo-o anexado à sua administração em Malanje.⁵³

4. Lunda e Tchokwe: conquista, ligação e processo colonial

A invasão propriamente dita dos Lundas pelos Tchokwe durou cerca de dez anos. A partir daí, os Tchokwe regressaram à vida seminómada que os tinha caracterizado.⁵⁴ Segundo Neto, “os Cokwe tinham-se imposto aos Lundas, prosseguindo a miscigenação dos dois grupos. Mas algumas linhagens da região ainda hoje se identificam

⁵⁰ A historiadora Maria da Conceição Neto cuidou de produzir um resumo, para o autor, das suas pesquisas sobre o Reino Lunda e os Tchokwe, para melhor compreensão da história.

⁵¹ Vansina (1963:373).

⁵² Ibid.

⁵³ Ibid.

⁵⁴ Bastin (1982:35).

como Lunda”.⁵⁵ Com a criação do distrito da Lunda, em 1895, sob administração portuguesa, a Mussumba do Muatiãnvua passa para o controlo do Rei Leopoldo II da Bélgica, tornando-se parte do Congo. Na verdade, a capital do Reino Lunda faz parte da República Democrática do Congo. É um facto histórico. Na década de 1990 procedeu-se à entronização do rei de todos os Lundas, Muatiãnvua, o congolês Tomás Kabuite Tshombé, irmão do famoso Moisés Tshombé. Nascido em Sandoa, no Congo, a 200 quilómetros da fronteira com Angola, Tschombé adoptaria o nome real de Kawell II. Formou-se numa universidade belga e criou o Instituto Superior de Mussumba (como referência à capital do Império Lunda), que considera como universidade de todos os Lundas, independentemente do país onde habitem – na Zâmbia, no Congo ou em Angola⁵⁶. Quando visitou Angola, em 1993, o monarca acentuou o carácter multiterritorial do Império e também o respeito pelas fronteiras políticas.

5. Quando os Tchokwe querem o antigo poder dos Lunda

Há uma grande ironia na campanha de secessão levada a cabo pela Comissão do Manifesto Jurídico Sociológico do Protectorado da Lunda-Tchokwe (CMJSPLT) e pelo Movimento do Protectorado Português Lunda-Tchokwe (MPPLT). Os líderes de ambas as facções — respectivamente, Jota Filipe Malakito e José Domingos Mateus “José Zeca Mutchima” — identificam-se como sendo descendentes de grandes linhagens Tchokwe, mas reivindicam o direito ao trono Lunda.

A CMJSPLT tem a sua formação *ad hoc* em 2006, sob a presidência de Jota Filipe Malakito, enquanto Zeca Mutchima exercia as

⁵⁵ Neto (1994).

⁵⁶ Arlindo Isabel (1993). “Entrevista com o Muatiãnvua: o Rei de todos os Lundas”. *Jornal de Angola*, Suplemento Vida e Cultura. 28 de Novembro.

funções de secretário-geral. Em Maio de 2009, os órgãos de justiça detiveram Malakito por crimes contra a segurança de Estado. A 22 de Março de 2011, por decisão do Tribunal Supremo, Malakito foi libertado, por revogação da lei que originou a sua detenção.⁵⁷

Três semanas após a sua libertação, membros da CMJSPLT destituíram Malakito do cargo da organização sem estatuto jurídico, acusando-o de estar ao serviço do governo do MPLA.⁵⁸ Por sua vez, Malakito denunciou à Voz da América os seus opositores internos, que o acusavam de traição, como “um grupo que quer a confrontação armada nas Lundas e que se opõe à sua política de procurar soluções por via pacífica”.⁵⁹ É desse conflito de liderança que emerge o Movimento do Protectorado Português Lunda-Tchokwe, sob chefia de Zeca Mutchima, o ex-secretário-geral e braço-direito de Malakito.

Passemos, então, à história.

Em 1841 o Muatiânvua Nawej convidou o chefe Tchokwe Ndumba Tembo a enviar o seu sobrinho, Cisenje, para estabelecer uma comunidade em território Lunda, na actual comuna de Mona Quimbundo, em Saurimo.⁶⁰ Mas os Lundas acusavam os Tchokwe de raptarem as suas mulheres. Os convidados, tratavam, assim, de aumentar o seu poder reprodutivo e a expansão da sua comunidade. Como consequência, os Lundas mataram Cisenje.⁶¹ Ndumba Tembo enviou um segundo Cisenje, acedendo a um novo pedido do Muatiânvua.⁶²

Thornton nota a política expansionista violenta dos Tchokwe e como a ideia do monarca Lunda — de promover a coexistência pací-

⁵⁷ *Voz da América* (2011).

⁵⁸ *Ibid.*

⁵⁹ *Idem* (2011a).

⁶⁰ Thornton (2020:318).

⁶¹ *Ibid.*

⁶² *Ibid.*

fica entre Lundas e Tchokwe — resultou na destruição do seu próprio reino a partir de 1866.⁶³ Com a expansão agressiva dos Tchokwe em terras Lundas e outros domínios, cresceu o poder independente de Ndumba Tembo. “Os meus domínios são tão grandes, que se estendem daqui a Catende e para o Norte até Quimbundu; nelles [neles] só eu governo. A mim tudo obedece” — assim descrevia Ndumba Tembo os seus domínios aos exploradores Capelo e Ivens.⁶⁴ Por volta de 1885, Ndumba Tembo, segundo Thornton, era considerado como chefe supremo entre os líderes Tchokwe.⁶⁵ Todavia, não governava um reino nem detinha um poder centralizado.

Esse clima de expansionismo violento é também descrito por Henrique de Carvalho, usado como a maior referência histórica pelos referidos chefes das duas alas do movimento secessionista. “São os Quiocos que, convencidos do enfraquecimento dos Lundas, se vingam agora, roubando-lhe as melhores mulheres, vendendo os rapazes menores e matando os velhos, e assim estão procurando fazer desaparecer o Estado do Muatiânvua, retalhando-o e distribuindo-o entre si.”⁶⁶

Coloca-se então uma questão básica sobre Jota Filipe Malakito, de 67 anos, natural da Lunda-Norte, antigo Capitão das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA). Se Ndumba Tembo, um Tchokwe, contribuiu sobremaneira para o fim do Reino Lunda, sobre o qual nunca exerceu qualquer tipo de poder para além do da destruição, como pode um alegado descendente seu, Tchokwe, reclamar para si o trono desse antigo reino pertencente aos Lundas?

Por sua vez, José Domingos Mateus “José Zeca Mutchima”, de 59 anos, natural do município de Saurimo, província da Lunda-Sul, apre-

⁶³ Ibid.

⁶⁴ Dias (s./d.:37).

⁶⁵ Ibid (317).

⁶⁶ Dias de Carvalho (1893:445).

senta-se na sua página do Facebook como um descendente de Pimbe Catewe — pelo lado paterno — e Mwatxiluangi, pelo lado materno, “ambos soberanos Lunda Tchokwe”.⁶⁷ Em entrevista à revista *Figuras e Negócios*, em 2018, declara ser da linhagem directa de Mwatchissengue wa Tembo, outra grande figura Tchokwe.⁶⁸

Dias cita o viajante alemão Max Buchner, que em 1879 registou três grandes titulares políticos Tchokwe, nomeadamente Ndumba Tembo, MwaMoxico e Mwatchissengue (conforme a grafia actual). “Triunvirato esse que ainda dominava politicamente todos os Cokwe do Nordeste Angolano na década de 1950”, refere Dias.⁶⁹

Conforme já se descreveu, coube a Mwatchissengue, no seu tratado com Henrique de Carvalho, reconhecer o Muatiânvua “como o senhor das terras da Lunda”, ficando este impedido de “intervir na administração dos povos Quiocos [Tchokwe]”.⁷⁰

6. Resumo

Não houve, portanto, nenhum reino Lunda-Tchokwe. Em finais do século XIX os Tchokwe invadiram os Lunda, terminando com o seu antigo reino. A partir daí, o que existe são construções ou reconstruções efectuadas pelo poder colonial a fim de garantir o seu domínio. Por sua vez, o anterior Reino Lunda não era uma unidade territorial uniforme, mas um compósito de estados e outras entidades com uma delimitação que variou no tempo e cujas relações entre si eram diversas e multifacetadas. Esse reino ou império, por sua vez, ocupava várias localidades hoje pertencentes a diferentes países africanos: Angola, República De-

⁶⁷ Cf. Página de José Zecamutchima no Facebook, <https://www.facebook.com/josemateuszecamutchima.zecamutchima>

⁶⁸ *Figuras & Negócios* (2018).

⁶⁹ Dias (s/d:37).

⁷⁰ Dias de Carvalho (1890:226).

mocrática do Congo e Zâmbia. Daqui resulta que não haja nenhuma unidade territorial de onde se possa, com toda a certeza, reivindicar um Reino Lunda independente ou o passado de um Reino Tchokwe.

A isto acresce que não se podem fazer extrapolações anacrónicas. Na década de 1960, Moisés Tshombé, filho de Mwata Yamvo, anterior rei de toda a Lunda, liderou a secessão do Katanga do Congo. Declarou unilateralmente a independência do Katanga, mas não englobou a Lunda angolana nessa província congoleza, onde se situa a antiga capital do Reino Lunda. Aliás, até contou com o apoio de Salazar e de Portugal nesse acto.⁷¹ Tshombé queria “um Catanga independente dentro de uma confederação do Congo”.⁷² E Portugal deu-lhe todo o apoio a partir de Angola, uma vez que o “posicionamento de Tshombé relativamente à questão de Angola constituiu, também, um forte incentivo para esta aproximação”.⁷³ Portanto, não passava pela cabeça de Tshombé, activo político congolês em processo de secessão, filho primogénito do rei Lunda e irmão de um subseqüente, invocar uma partição de Angola ou um renascimento Lunda. Não tem qualquer sentido o Muatiânvua da República Democrática do Congo (RDC) vir reclamar a anexação de territórios de Angola ou entronizar um sucessor seu neste lado.

Em termos de anacronismos históricos, vale a pena uma referência a um conhecido episódio da família real britânica — em 1714, o Rei Jorge I inaugurou uma dinastia reinante no Reino Unido denominada Hanover. Esta dinastia tinha origem num pequeno estado do norte da Alemanha. Os reis britânicos eram alemães. Jorge I nem inglês sabia falar. Mais tarde, a rainha Vitória criou outra dinastia chamada Saxe-Coburgo-Gotha, resultado da sua união — uma descendente directa

⁷¹ Velez, Rui (2010:54).

⁷² Ibid.

⁷³ Ibid. (70).

de um príncipe alemão — com outro príncipe alemão, Alberto. Ora, nunca a Alemanha reivindicou qualquer pretensão aos territórios do Reino Unido em virtude do facto de a sua família reinante ser germânica. Mais próximo de nós, temos o caso dos Lubas da RDC, que na verdade criaram a mais forte linhagem do Reino Lunda, através do casamento de Tchibinda Ilunga com Lueji. No entanto, não parece que por essa via também possam reclamar territórios em Angola.

Repetindo: a desagregação do Reino Lunda resultou da invasão Tchokwe e da ocupação portuguesa, que se consolidou nas primeiras décadas do século XX. Seguiu-se a guerra de libertação nacional nos anos 60 e 70, que originou um processo histórico complexo de coesão e miscigenação. Como consequência, hoje não existe uma diferenciação marcante entre Lundas e Tchokwe. Este facto representa uma nova realidade, correspondente ao desiderato da unidade nacional e da sã convivência entre os povos, com uma história e cultura intrincadas e nem sempre amistosas entre si. Quer isto dizer que a conjugação Lunda-Tchokwe é já uma história de sucesso que se desenvolveu dentro da história angolana e dentro do país chamado Angola, e não fora dele.

V

A correspondência para a manifestação

O Movimento do Protectorado Português Lunda-Tchokwe reivindica a independência de praticamente metade do território angolano. Trata-se de um total de 603,468 mil km² dos 1,2 milhões de km² do território nacional, englobando as províncias de Kuando-Kubango, Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico.

A 6 de Janeiro de 2021, o secretariado regional de Cafunfo do Movimento do Protectorado Português Lunda-Tchokwe endereçou uma carta ao administrador municipal do Cuango a comunicar a realização de uma “manifestação pacífica” no dia 30 de Janeiro de 2021, sábado, para exigir diálogo ao governo angolano e o estabelecimento da Autonomia Lunda-Tchokwe reclamada desde há 15 anos (2006-2021).

Na carta, assinada pelo secretário regional Zeca Muandjaji, o referido Movimento apresenta-se como tendo sido reconhecido de facto “nos termos do Ofício n.º 0257/ GAB. CHEFE CASA CIVIL/ PR/038/2018”.

Em resposta à informação de manifestação, endereçada pelo Movimento do Protectorado Português Lunda-Tchokwe a 14 de Janeiro, a administração municipal do Cuango considerou a pretensão como um acto “insensato”.

Representada pelo seu secretário-geral, Alberto Baião, a administração do Cuango apresentou três argumentos para inviabilizar a manifestação: os dois primeiros referem-se ao Estado de Calamidade Pública, plasmado no Decreto Presidencial n.º 10/21, de 8 de Janeiro, por força da pandemia de COVID-19.

A resposta indicava, como segundo ponto, a necessidade de cumprimento do disposto no n.º 1 do Artigo 27.º do referido decreto, “que interdita o ajuntamento na via pública com um número superior a dez (10) pessoas para a realização de actividades de qualquer natureza”.

Como terceiro ponto, o “Ofício n.º 0257/ GAB. CHEFE CASA CIVIL/PR/038/2018, a que a vossa carta faz menção, interpretando-o bem, não reconhece a existência da vossa organização e nem sequer autorizou a realização da manifestação de 2018”.

A administração municipal conclui que, “tendo em conta os factos já mencionados nos pontos anteriores (1.º, 2.º e 3.º), torna-se insensata a realização da manifestação solicitada”.

Repare-se que o Movimento usa a correspondência da Casa Civil do Presidente da República como um reconhecimento de facto. Na verdade, o ofício da presidência acusa a recepção da carta do Movimento, a 15 de Janeiro de 2018, sobre a pretensão de realizar uma manifestação a 24 de Fevereiro de 2018, “na Lunda-Tchokwe, para exigir diálogo e o estabelecimento da autonomia como a Escócia” [no Reino Unido].

A 30 de Abril de 2018, o autodenominado presidente do Reino Lunda-Tchokwe, José Domingos Mateus, mais conhecido por José Mateus Zecamutxima, escreveu novamente ao presidente da República, comunicando a realização de uma manifestação, marcada para 25 de Junho do mesmo ano. Exigia novamente diálogo para “o estabelecimento da autonomia do Reino Lunda-Tchokwe”.

“O direito inviolável e inalienável do povo Lunda-Tchokwe é a sua independência que estamos a trocar por autonomia, como a Escócia, que o governo do MPLA não deveria ignorar enquanto é cedo”, lê-se na missiva.

Para Rui Verde, é imperioso um esclarecimento acerca da invocação do reconhecimento de facto invocado pelo autodenominado Movimento do Protectorado Português Lunda-Tchokwe: “Há que referir liminarmente que tal reconhecimento nunca existiu nem podia ter existido. Há uma razão constitucional fundamental, que é a inadmissibilidade de movimentos ou acções que conduzam ao separatismo ou desmembramento do território.” De acordo com o jurista, esse Movimento seria sempre inconstitucional, como se viu acima, e o presidente da República ou qualquer outra autoridade estão proibidos de realizar qualquer reconhecimento. “Basta ver que a menção ‘Protectorado Português’ implica necessariamente desrespeito pela nação angolana e pela sua unidade. Sendo assim, a figura jurídica do reconhecimento de facto não tem cabimento. Há, sim, uma ilicitude permanente e inultrapassável, não sanável por acto público.”

Ademais, do ponto de vista da lei ordinária, não se entende exactamente qual a natureza jurídica que o autodenominado Movimento reivindica. Se for um partido político, para ser legal tem de percorrer uma série de trâmites no Tribunal Constitucional, o que não aconteceu. Se for uma associação, também existe um procedimento a ter lugar, sem o que a associação não se dá como tendo personalidade jurídica e validamente constituída.

Retornando ao ofício, este refere que “o presidente da República não é a entidade competente para tratar de matérias inerentes a manifestações públicas. Esta competência é do governador da província em cuja circunscrição territorial se pretende realizar a manifestação”.

“Todavia, importa referir que o motivo invocado para a realização da referida manifestação é contrário à Constituição da República de

Angola, pois Angola, nos termos do n.º 6 do artigo 5.º, é um estado unitário, cujo território é uno, indivisível, inviolável e inalienável”, assina Sandra Miranda, directora de gabinete do ministro de Estado e chefe da Casa Civil.

No dia 19 de Janeiro de 2021, alguns líderes locais do Movimento foram notificados para um encontro com as chefias das forças de defesa e segurança em Cafunfo. Nesse encontro, *mwana ngana* Txinjanga, do Bairro Txinjanga, informou que tinha abandonado o Movimento em 2018, “devido à anarquia”. Esta influente autoridade tradicional revela como Zeca Muandjaje, na qualidade de secretário regional do Movimento, negou ter assinado a carta dirigida à administração municipal do Cuango. “Quando as autoridades mostraram a carta, ele afirmou que a sua assinatura tinha sido falsificada pelos colegas e que apresentaria queixa”, assegura o soba. “Recusei assinar a acta da reunião, porque não sou nem do Movimento nem do MPLA. Sou *mwana ngana*, e retirei-me do encontro com o meu filho, Já Miguel”, remata.

Mantiveram-se no encontro Zeca Muandjaje e Filipe Charles. Nesse mesmo dia, Zeca Muandjaje apresentou queixa junto do SIC contra membros da sua organização, por alegada falsificação da sua assinatura. O infortúnio abateu-se sobre a família Muandjaje, com a morte do filho do então secretário regional, no dia da manifestação. Zeca Muandjaje faleceu de doença a 14 de Abril, passados dois meses e meio da morte do seu filho.

A. Detenções antecipadas

Como parte do plano operacional contra a aludida manifestação, as forças policiais detiveram, de 15 a 22 de Janeiro, um total de 27

supostos membros do MPPLT, nos municípios do Cuango e Capenda Camulemba, segundo um relatório do Governo Provincial da Lunda-Norte a que tivemos acesso.⁷⁴

No dia 15 de Janeiro, foram detidos três membros do MPPLT após a recusa das autoridades em autorizar a manifestação: Henrique Elinga, 58 anos, Paulo Jorge Kulinua, 53 anos, e Simão Muqueie, 60 anos. Foram julgados sumariamente e condenados pelo Tribunal Provincial da Lunda-Norte, a 19 de Janeiro.

O tribunal absolveu Simão Muqueie pelo factor idade e condenou Henrique Elinga a 30 dias de prisão convertidos em multa à razão de 40 kwanzas por dia. Paulo Kulinua teve a pena mais dura, com um mês de prisão efectiva e o pagamento de multa de 100 mil kwanzas. Pedia sobre os mesmos a acusação de reunião ilegal no Estado de Calamidade, com mais de 20 elementos. Paulo Kulinua é simultaneamente o secretário nacional adjunto para a mobilização e marketing do secretariado executivo do MPPLT e também adjunto de mobilização e marketing e coordenador das Autoridades Tradicionais no Cuango. Foi ele quem entregou na administração municipal a correspondência do MPPLT que informava sobre a realização da manifestação.

Para melhor exemplificar o *modus operandi* das forças de defesa e segurança (FDS), seguem-se os relatos das detenções de cinco cidadãos ocorridas a 25 e 28 de Janeiro.

1. O castigo de ajoelhar sobre pedras

Por volta das 6h00 do dia 25 de Janeiro, as FDS detiveram, no bairro A Luta Continua, os irmãos André Muzango, 62 anos, Joaquim

⁷⁴ Cf. Memorando sobre a Situação Socioeconómica da Lunda Norte, do Governo Provincial da Lunda Norte, de 23 de Abril de 2021.

Caputo, 57 anos, e Mulengue Alberto, 41 anos, assim como André Nelito Xava, um amigo. Os quatro estavam sentados debaixo de uma mangueira a conversar, junto à casa de Muzango.

“Dois agentes da Polícia Nacional [PN] e dez da Polícia de Guarda Fronteiras [PGF] começaram a espancar-nos ali mesmo, acusando-nos de sermos membros do Movimento do Protectorado”, revela Joaquim Caputo.

Já na 2.^a Esquadra, “os agentes forçaram-nos a ajoelhar sobre pedras e começaram a chicotear-nos com uma mangueira de botija de gás, chamavam-nos bandidos e diziam que nós é que estamos a estragar o país”, denuncia.

Segundo Caputo, enquanto os quatro detidos estavam ajoelhados, os agentes também os atingiam nas plantas dos pés com a mesma mangueira. Quando estavam com as mãos no ar, sempre ajoelhados, “batiam-nos com tábuas nas palmas das mãos”.

“Passámos o dia todo a ser chicoteados pelo inspector-chefe Kizua e o homem do SIC, Beto. O André Xava, que é deficiente físico nas duas pernas, agora mal consegue andar por causa da tortura”, lamenta Caputo.

No dia seguinte, os detidos foram transferidos para o Cuango, na sede municipal. “A própria polícia veio à cela comunicar-nos sobre os acontecimentos do dia 30 de Janeiro. Disseram-nos que foi um filme”, conta Caputo.

A 3 de Fevereiro, os detidos receberam os respectivos mandados de soltura, sob termo de identidade e residência.

2. O vizinho do kimbandeiro Agulha

No dia 15 de Janeiro, foram detidos três membros do Movimento, após a recusa das autoridades em autorizar a manifestação. Henrique Elinga, de 58 anos, Paulo Jorge Culinga, de 53 anos, e Simão

Muqueie, de 60 anos. A razão: reunião ilegal durante o Estado de Calamidade, com mais de 20 elementos. Só os três foram detidos. Os restantes escaparam.

Foram julgados sumariamente e condenados pelo Tribunal Provincial da Lunda-Norte, a 19 de Janeiro. Simão Muqueie foi absolvido pelo factor idade. Henrique Elinga foi condenado a 30 dias de prisão convertidos em multa à razão de 40 kwanzas por dia. Culinga, a um mês de prisão efectiva e pagamento de multa de cem mil kwanzas.

Já às 16h00 do dia 28 de Janeiro, efectivos policiais e do SIC detiveram, no Bairro da Antena, o curandeiro Agulha, um cidadão congolês suspeito de ser um dos preparadores da “botânica” (usada nos rituais de magia) para a manifestação. “Ele, com o seu poder mágico, desapareceu enquanto algemado e a caminho da esquadra”, afirmam várias testemunhas. “Facilitaram-lhe a fuga”, contesta fonte policial.

No dia seguinte, cinco efectivos das FDS entraram em casa de Ernesto Noris Caianvua, de 59 anos, um veterano da 2.^a Esquadra da Polícia Nacional em Cafunfo, no Bairro da Antena. Encontraram-no sentado no quintal, junto à palmeira.

“Expliquei aos agentes que o meu pai, um colega deles, tem sofrido de distúrbios mentais nos últimos dois anos e, por isso, tem estado em casa. Um dos agentes deu-lhe logo uma bofetada na boca e o meu pai começou a sangrar”, conta a filha, Rosa Noris Caianvua.

Por sua vez, Ernesto Noris Caianvua relata que a polícia o acusou “de estar a causar problemas na esquadra”. Diz ter levado “muita porrada”. Esteve detido durante quatro dias em Cafunfo e foi depois transferido para o Dundo, onde passou mais cinco dias na cela. Encontra-se sob termo de identidade e residência.

“Fui apresentado na televisão como sendo kimbandeiro, com as mixórdias que a polícia recolheu em casa do Agulha. Pegaram-me pe-

las calças para ficar à frente dos feitiços com o assistente do Agulha, que é congolês, e mais um indivíduo que não conheço”, diz.

Fonte policial ligada à operação alega que, dias antes, Noris Caianvua fez parte do grupo de concertação que se reunia em casa de Agulha.

VI

Medidas de prevenção das forças de defesa e segurança

Para o reforço da capacidade operacional da 2.^a Esquadra de Cafunfo, estimado em 60 efectivos, a 6.^a Unidade da Polícia de Guarda Fronteiras (PGF) contribuiu com 30 agentes. Por sua vez, a 75.^a Brigada de Infantaria, estacionada em Cafunfo, destacou o seu 1.º Batalhão, sob comando do tenente-coronel Vanda Mafo.

As forças de defesa e segurança entraram em estado de prevenção, a 50 por cento, no dia 25 de Janeiro. Em alguns pontos ao redor da zona principal de Cafunfo (a chamada vila), considerados como estratégicos, as forças de defesa e segurança destacaram efectivos para montar postos de alerta.

Para reforçar as medidas operacionais contra a realização da manifestação, a 29 de Janeiro, a 2.^a Esquadra de Cafunfo recebeu um pelotão da 8.^a Unidade de Polícia de Intervenção Rápida (UPIR), estacionada no Dundo, a sede do Governo Provincial da Lunda-Norte.

Os cerca de 22 efectivos, sob comando directo do 2.º comandante da 8.^a Unidade da PIR, superintendente Doutor, estacionaram na Esquadra Aduaneira e Fiscal, conhecida como Polícia Fiscal. Cabia a esse pelotão a tarefa de unidade de reserva e de dispersão antimotim. Nessa esquadra, normalmente atendida apenas por cinco efectivos, também estacionou um pelotão das FAA, com um total de 17 homens.

No mesmo dia, a 29 de Janeiro, as forças de defesa e segurança elevaram a cem por cento o estado de prevenção dos seus efectivos.

Como medida extrema, as referidas forças realizaram nesse dia uma passeata, de modo a demonstrarem as suas forças e os seus meios, com um total de oito viaturas. Com megafones, apelaram à população para que se mantivesse nas suas residências, proibindo a venda nos mercados e a adesão à manifestação, por esta não ter sido autorizada. Advertiam, segundo vários populares, que tais forças não se responsabilizariam pelas consequências advindas do incumprimento das suas ordens.

Ainda no mesmo dia, à noite, os agentes da PGF retiraram-se da 2.^a Esquadra e pernoitaram na sua oficina, conhecida como Arca de Noé. Os efectivos das FAA foram distribuídos pelos chamados pontos negros (postos de alerta).

No perímetro do hospital, dos bancos e das residências dos comandantes das forças de defesa e segurança, havia três barreiras montadas para impedir a entrada dos manifestantes. Uma quarta barreira tinha como objectivo salvaguardar a 2.^a Esquadra.

VII

Os preparativos para a manifestação

Um dos factores que estão na origem da violência detalhada nesta investigação é a firme crença, por parte de muitos participantes da marcha, de que estariam protegidos de qualquer agressão que viesse a ser perpetrada pelas forças de defesa e segurança, sendo imunes a ferimentos e à morte. Com base nos rituais mágicos realizados pelos organizadores e chefes do Movimento antes da manifestação, os manifestantes acreditaram que podiam confrontar as forças de defesa e segurança sem sofrer consequências.

As entrevistas citadas nas páginas 73, 75 e 76 demonstram as deficiências das forças de defesa e segurança. Ficou patente, das informações obtidas, a fuga de informação sobre o dispositivo de segurança e sobre a parca distribuição de balas reais às forças mobilizadas para impedir a marcha. No entanto, para os manifestantes que desconheciam que alguns dos seus chefes estava na posse de informações militares confidenciais, a explicação da sua eficácia inicial contra as forças de defesa estava nos rituais mágicos que tinham realizado previamente. O banho de sangue que se seguiu é atribuído, em parte, por muitos dos participantes, a uma suposta traição de um dos supervisores iniciais dos rituais de magia, o Samuquinji.

A 27 de Janeiro, segundo o camponês António Alberto Samusua, mais de 200 manifestantes, classificados como sendo “da linha

da frente do Movimento”, concentraram-se à beira do Rio Kandanje, próximo do bairro da Elevação.

Durante três dias seguidos, sob jejum, esse grupo observou uma série de rituais na sua chamada “base tradicional”. Outros manifestantes confirmam o início dessa actividade a 25 de Janeiro, mas com menos intensidade.

Conforme depoimentos de Samussuia, os rituais incluíam banhos “com preparação botânica” e jejum durante esse período. “Quem não cumpre com a *txijila*, morre.”

Mwana ngana Txinjanga, uma das principais autoridades tradicionais de Cafunfo e antigo membro do Movimento, define a *txijila* como o conjunto dos mandamentos a serem rigorosamente observados para a eficácia do tratamento mágico.

Ao terceiro dia, à noite, os manifestantes devidamente “banhados” concentraram-se nas traseiras do Complexo Escolar Dr. António Agostinho Neto, onde se juntaram a outros grupos provenientes de outros bairros.

A partir das 17h00 de 29 de Janeiro, diversos grupos de manifestantes começaram a chegar às traseiras do Complexo Escolar Dr. António Agostinho Neto, no bairro Bala-Bala. A marcha teve início defronte dessa escola.

O Complexo Escolar dista cerca de 400 metros da Esquadra Aduaneira e Fiscal, conhecida como a Esquadra da Polícia Fiscal (EPF). Foi nesta esquadra que começou a violência.

Para contextualização geográfica, o muro da esquadra marca o fim da rua onde se situa a escola. O edifício faz a intersecção entre a Rua da Escola (a Noroeste), também conhecida como Rua Agostinho Neto, e a Rua Principal (a sul), conhecida como Rua do Boss Kim, onde os manifestantes confrontaram a segunda barreira policial.

Durante toda a noite, conforme vários depoimentos recolhidos de pessoas que se encontravam no local da concentração, os manifestantes entoaram cânticos e entretiveram-se com uma roda de dança animada por mais de 20 mulheres, algumas das quais vestidas com *mulambas*. Trata-se de parca vestimenta que cobre apenas os órgãos genitais.

A dança estendeu-se pela madrugada. De seguida, os manifestantes entoaram orações cristãs. Depois deu-se o processo da “botânica”, como é conhecido o ritual de blindagem mágica dos manifestantes.

Os responsáveis da “botânica” perguntavam a cada um dos presentes qual era a sua motivação para participar na manifestação e, em função da resposta, seleccionavam os beneficiários, a quem era então colocado um pó na mão e na testa, à qual amarravam uma fita vermelha.

O primeiro pó é o *mucundo*, para supostamente dotar o utente de uma armadura invisível antibalas. O segundo pó, a *pemba*, pretende conferir destemor e coragem diante do perigo.

Segundo os anciãos, para que a magia funcione, é necessário observar a *txijila* – os mandamentos de proibição: abstinência sexual durante alguns dias, não comer certos alimentos, como carne de porco e seus derivados, etc.

Por sua vez, as mulheres, vestidas apenas com *mulambas*, devem ser posicionadas na primeira linha da manifestação, servindo como as guardiãs dos segredos da *txijila*.

Terminados os preparativos, com duração de meia hora, os líderes da marcha comunicaram aos presentes, via telefónica, terem recebido a informação de que “o satélite internacional já estava a filmar” e tinham de iniciar a marcha.

Apesar de todas as medidas de prevenção para impedir a realização da marcha, as forças de defesa e segurança afirmam que não detec-

taram a presença de tão significativo número de pessoas a pernoitar nas proximidades da Polícia Fiscal.

O grupo avançado, da linha da frente, empunhava paus, exibia danças tradicionais e movimentava-se como se estivesse a fazer desdobramentos militares, à esquerda e à direita. Alguns paus tinham a forma de bengalas ou pareciam armas, e eram as “armas de protecção”. Vários testemunhos confirmam o desfile de físgas, arcos e flechas, catanas, canjavites, facas de muela (espada), entre objectos corto-contundentes.

VIII

O confronto com a PIR e o ataque ao chefe de missão

“Às 4h30 da manhã, recebemos um telefonema da nossa liderança, em Luanda, com a orientação de que o satélite internacional já nos estava a filmar e o mundo acompanharia a nossa manifestação em directo. Logo, tínhamos de partir”, conta Xapassa Maluembe.

Então, organizados e preparados, os manifestantes surpreenderam as forças de defesa e segurança.

De acordo com vários depoimentos recolhidos junto de protagonistas das forças de defesa e segurança, estes previam o início da marcha apenas a partir das 7h00, conforme documento remetido à administração municipal do Cuango.

Por volta das 4h00, porém, essas forças tomaram conhecimento da concentração dos manifestantes junto ao Complexo Escolar n.º 111, numa zona onde não havia posto de alerta.

Os manifestantes marcharam, com cânticos, os 400 metros, no sentido sudeste, até à Esquadra da Polícia Fiscal, sem oposição.

De forma voluntária, alguns manifestantes acompanharam o autor deste relatório ao local e reconstituíram a sucessão de eventos.

A marcha avançou até 11 metros da Esquadra da Polícia Fiscal, onde se deu o primeiro confronto. Os 22 efectivos da 8.ª Unidade da Polícia de Intervenção Rápida (PIR), transportados em duas viaturas

policiais, viram-se envolvidos pelos manifestantes mal fizeram a curva da esquadra para tentar travar a marcha.

“Com a magia, conseguimos travar os dois carros”, acredita Alberto Samussuia.

Na linha da frente dos manifestantes, conforme relatos verificados e confirmados por alguns participantes, havia uma menina vestida de vermelho, descalça e com um balaio à cabeça, assim como algumas mulheres também com balaio à cabeça.

Logo que se deu o contacto, a multidão começou a arremessar pedras e, por sua vez, os agentes da PIR começaram a lançar gás lacrimogéneo e tiros com balas de borracha.

Há uma versão policial segundo a qual um dos manifestantes se aproximou de uma das viaturas com um bidon de gasolina e fósforos na mão. Os manifestantes entrevistados negam que tivessem levado combustível consigo.

Alegadamente, essa aproximação de alguém com combustível obrigou o motorista da primeira viatura a manobrar enquanto os efectivos desembarcavam. Foi nessa manobra que o carro embateu no chefe da missão, o inspector-chefe Alfredo Canando Domingos Hebo “23”, da 8.ª Unidade da PIR, quando este desembarcava. Com o ligeiro embate, Alfredo Hebo caiu, tendo sido imediatamente cercado e capturado pelos manifestantes.

Conforme imagens então captadas, os manifestantes desferiram cinco golpes de catana e foice na cabeça do inspector-chefe 23. Várias testemunhas indicam juntas, de forma unânime, o manifestante João Fernando como tendo sido o principal atacante. De acordo com vários testemunhos, João Fernando também cortou o pulso esquerdo de Julinho Julião, que se encontrava a seu lado. Fê-lo, explicam, ao apanhar balanço para desferir mais um golpe sobre o oficial da PIR..

Para além das catanadas na cabeça, os manifestantes esfaquearam o inspector-chefe 23 quatro vezes nas costas e duas nas nádegas. Deram-no como morto e abandonaram-no inanimado no chão, onde permaneceu por cerca de uma hora, de acordo com testemunhas locais. Até ao dia 15 de Junho, em algumas conversas telefónicas com três manifestantes ainda refugiados nas lavras, estes davam o inspector-chefe 23 como morto.

Causa perplexidade o facto de os operacionais da PIR, com toda a sua reputação de eficiência, terem deixado que o seu chefe fosse capturado. Ao contrário daquilo em que acreditam alguns manifestantes, a explicação não está nos seus poderes mágicos. A explicação racional parece ser que os agentes da PIR tinham sido municiados com meios não letais e proibidos de usar armas letais. “Neste choque, nenhum agente da PIR usou qualquer meio letal, mas apenas meios de dispersão, como gás lacrimogénico e balas de borracha”, confirma uma fonte.

As viaturas policiais retiraram-se então para a unidade dos bombeiros, junto da pista de aviação, do lado oposto à EPF. Ante o recuo da força da PIR, os manifestantes avançaram até à esquadra. Um dos agentes da PIR, na corrida para os bombeiros, deixou cair a arma (uma *Galil*). Arrombou a porta do gabinete do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), onde se escondeu. É nessa confusão, de forma sequencial, que se dá o segundo confronto, onde morreu o primeiro manifestante, Borges Mauanda, conforme descrito no capítulo seguinte.

Segundo a versão dos bombeiros presentes, a manifestação dividiu-se inicialmente em três grupos. O primeiro progrediu pela Rua do Boss Kim, o segundo dirigiu-se ao portão da esquadra e o terceiro foi em perseguição dos efectivos da PIR, que recuaram até aos bombeiros.

Os efectivos da PIR descarregaram sobre os manifestantes várias granadas de gás lacrimogénico, sem grande efeito, enquanto um dos bombeiros, conhecido como Cambalhota, pelejava contra os mesmos à pedrada.

Ironicamente, os bombeiros também tiveram de recuar para as tra-seiras da sua unidade, por não serem portadores de armas. “Somos bombeiros, mas não temos sequer um extintor de incêndio, que poderíamos ter usado para conter o avanço dos manifestantes”, lamenta uma fonte.

Com duas viaturas que a 2.^a Esquadra de Cafunfo colocou à disposição como força de reserva e dispersão, os efectivos da 8.^a Unidade da PIR rumaram à clínica médica de um projecto mineiro, para socorrerem o seu chefe.

Em vez de ter servido de unidade de reserva e de dispersão, o pelotão da 8.^a Unidade da PIR foi a primeira força a entrar em choque com os manifestantes e praticamente terminou aí a sua missão nos confrontos.

IX

A Morte de Borges Mauanda

Borges Carlos Mauanda, de 32 anos, natural do município do Lubalo, filho de Carlos Justino Mauanda e Júlia Somba, foi a segunda vítima da marcha e o primeiro manifestante a ser morto, junto à Esquadra da Polícia Fiscal.

Na reconstituição feita com alguns participantes, foi possível fixar o local da morte de Borges a menos de quatro metros da guarita da EPF, na esquina desta unidade.

Vários manifestantes corroboram a versão segundo a qual Borges foi atingido com um tiro na nuca, disparado a partir do quintal da EPF, quando tentavam marchar frente à esquadra. Alegam que o ataque ao inspetor-chefe 23 resultou da vingança pelo assassinato de Mauanda. Todavia, o apuramento dos factos afasta este nexos de causalidade pela sequência dos factos. Todos os protagonistas presentes no ataque ao inspetor-chefe da UPIR e na morte de Mauanda reiteram a localização sequencial dos dois eventos. Para esses protagonistas, o argumento da vingança justifica cabalmente e legitima a violência perpetrada pelo seu grupo.

Há uma outra versão a considerar por algumas testemunhas oculares. “Um dos manifestantes tentou atingir um agente disperso da Unidade da PIR e em fuga. Este esquivou-se, e o *poku ya muela* abriu a cabeça do colega [Borges Mauanda] que se encontrava do seu lado esquerdo, tipo tigela, e os miolos saltaram.” Um cidadão devidamente identificado

conta como viu o seu colega, também identificado, a recolher os miolos de Mauanda num saco de plástico. Deitou-os numa pequena lixeira a poucos metros, do outro lado da rua da unidade policial.

Há uma fotografia do cadáver de Borges, com a fita vermelha amarrada à cabeça, que submetemos à análise de dois médicos legistas internacionais e um especialista angolano, todos desconhecidos uns dos outros. Os três são unânimes em considerar que uma única fotografia, tirada de um único ângulo, é prova insuficiente para se determinar a causa do ferimento fatal.

Segundo o médico legista internacional, especializado em casos de tortura e mortes extrajudiciais, o malgrado Borges Mauanda “parece ter sido atingido, à queima-roupa, com um tiro na nuca e a bala rompeu a parte frontal”. Duvida que a configuração da ferida seja de um objecto corto-contundente.

Por sua vez, o especialista angolano nota a ferida avulsiva, tão grande, na testa do malgrado. O bordo, que se abre no meio da testa, descai, cobre e ultrapassa a orelha esquerda “apresenta cristalização do sangue e dos tecidos, estes já enrijecidos”. “Por um dos bordos, a ferida parece mais ter sido causada por corte de um objecto contundente, como uma catana. Parece ser resultado de algo corto-contundente. Não parece ser um tiro, a menos que seja de uma arma de alta velocidade”, analisa o especialista angolano.

O terceiro, com experiência militar, aventa a possibilidade de ter sido um golpe corto-contundente. “Se foi a tiro, tem de ser de uma arma de alta velocidade, disparada à queima-roupa, que teria tal impacto para remover parte da pele como se vê na foto. Normalmente, o tiro de arma (incluindo de uma submetralhadora) produziria uma pequena ferida, do tamanho da bala à saída.”

A contradição do Pai

Carlos Mauanda inicialmente afirma que se encontrava a dormir quando o seu filho saiu de casa para a manifestação. Refuta a versão segundo a qual o seu filho morreu vítima de um golpe amigo.

“Os colegas explicaram que o Borges foi atingido com um tiro na cabeça, junto à Polícia Fiscal, quando tentava passar a barreira policial”, afirma. Porém, o depoimento de Carlos Mauanda cai por terra quando confrontado com os vários depoimentos recolhidos entre os participantes.

À volta da sua casa, nas traseiras da Escola n.º 111, pernoitaram dezenas de manifestantes, que o tinham como uma figura importante na organização e mobilização do evento. “O Pai do Borges estava presente na manifestação. Ele tem desconfiança e por isso omite a sua participação”, confirma Angelino Samutondo.

“O pai do Borges assistiu à morte do filho. Foi ele quem primeiro segurou a arma do PIR deixada cair frente à esquadra e tentou entregá-la. Eu recusei”, explica Xapassa Maluembe. Segundo Angelino Samutondo, “o pai do Borges disse para que ninguém usasse a arma e lamentava ‘ai o meu filho’”.

Passado algum tempo, Carlos Mauanda retrata-se. Confirma ter estado presente na manifestação e no local da morte do filho. Explica que se encontrava junto ao portão da EPF quando um sobrinho lhe comunicou que, metros atrás de si, o seu filho fora atingido mortalmente com um tiro. “Fomos instruídos pela direcção do Movimento para não lhe prestar esclarecimentos sobre o sucedido”, revela. E mais não diz.

Todavia, a 7 de Julho, perto de dez participantes, incluindo Carlos Mauanda, reuniram-se na zona de Txizanga para conferência de dados com o auxiliar do autor. Foram unânimes em reconhecer que iniciaram o confronto com a 8.^a Unidade da PIR, apedrejando-os, enquanto um grupo rompeu a barreira.

Reiteraram a versão segundo a qual um agente da PIR, “estrecito e pequeno”, conhecido da juventude local, protagonizou o disparo contra o Borges, a partir da esquadra murada e cercada com arame farpado. No mesmo grupo, alguns participantes apresentaram outra versão, segundo a qual o disparo terá sido feito fora da esquadra, tendo o agente procurado refúgio na esquadra.

Dois agentes policiais que se encontravam na esquadra negam que tenha havido disparos letais a partir do muro. Um disparo efectuado a partir da esquadra afastaria a hipótese de ser à queima-roupa, porque há um anexo no canto da esquadra que faz a esquina em questão. Não tem janelas para o exterior. Explicam terem concentrado o lançamento de granadas de gás lacrimogéneo no portão, onde estavam aglomerados manifestantes que tentavam forçar a sua entrada. “Ninguém saiu ou entrou na esquadra durante essa confusão. Não havia como”, relatam.

Angelino Sacapita, que se encontrava ao lado do malgrado, declara ter arremessado pedras, assim como outros, “contra o PIR que disparou contra o Borges e ele fugiu para dentro da esquadra”. Os conferencistas afirmam, em sintonia, que tentaram romper o portão da esquadra “para nos vingarmos”, mas sem sucesso, devido à intensidade do gás lacrimogéneo lançado para os repelir.

O pai do malgrado acusa as autoridades de não terem permitido à família aceder ao corpo para um funeral condigno. No fim da manifestação, um grupo de sete membros da sua família, incluindo o sobrinho Jackson Manuel Monteiro, tentou retirar o corpo da morgue e proceder ao enterro.

Segundo Jackson Monteiro, “o SIC baixou uma ordem segundo a qual o corpo só poderia ser entregue a um familiar directo, como o pai ou mãe, e mediante assinatura de um termo de responsabilidade”. “Nós, familiares, levámos a fotocópia do bilhete de identidade do pai,

que se encontrava ausente, mas o hospital não permitiu a retirada do corpo”, refere. “A polícia estava à minha procura. Tive de fugir durante uma semana. Muitos fugiram para as matas”, conta Carlos Mauanda. “No mês de Fevereiro [não se lembra do dia] falei com o procurador municipal. Expliquei que era meu interesse receber o corpo do meu filho para o enterrar. O procurador respondeu-me que o seu corpo já não vai aparecer”, desabafa Carlos Mauanda.

Fonte hospitalar garante que o corpo foi entregue à família, à excepção de um cidadão congolês que mereceu um enterro administrativo efectuado pelo Serviço de Investigação Criminal (SIC) e cuja campa está devidamente identificada.

Júlia Somba é parca nas palavras e custa-lhe falar sobre o seu filho. “Exijo os direitos pelos quais o meu filho morreu. Queremos o bem de todos. Não há como pagarem pela vida do meu filho, mas seria bom ver as pessoas em Cafunfo a viver melhor.” Borges deixou órfãos quatro filhos.

X

Confronto na barreira do Boss Kim

A primeira coluna de manifestantes, comandada pelo “capitão” Henriques Camuimba, passou pela Esquadra da Polícia Fiscal sem oposição e marchou por 1,1 quilómetro (a noroeste), pela Rua do Boss Kim. Passados poucos metros das antigas instalações do Boss Kim, junto à ravina, a PGF tinha montado uma barreira composta por cerca de dez agentes, apoiados por duas motorizadas todo-o-terreno (de quatro rodas cada).

Segundo um manifestante da primeira coluna, César Mussaleno, algumas forças de defesa e segurança (FDS), que se tinham dispersado no confronto junto à Polícia Fiscal, reagruparam-se e seguiram os manifestantes com forte tiroteio. De acordo com este depoimento, a primeira coluna dividiu-se em dois grupos: “O primeiro grupo, do qual fiz parte, continuou a marcha. O segundo parou e regressou para confrontar a polícia que disparava atrás de nós.”

Pedro Miguel Camulembo Bondo, antigo soldado das Forças Armadas Angolanas (FAA) e protagonista do lado dos manifestantes, de 45 anos, natural de Malanje, relata o que se passou nessa barreira: “Ouvi falar muito que a manifestação envolveria uma demonstração de poder dos irmãos Kambuta e das milícias congolosas Kamina Sapo. Sempre tive curiosidade em saber mais sobre os irmãos Kambuta.”⁷⁵

⁷⁵ Na mitologia da guerra contra o colonialismo português, os irmãos kambuta eram

“Pensei, se a manifestação for boa, contribuirei. Juntei-me, às 5h00, à primeira coluna, pouco antes das antigas instalações do Boss Kim [a 1 km da EPF]. Os manifestantes da primeira linha tinham canjavites, físgas, flechas e paus desenhados tipo armas e faziam gestos de manobras militares a cantar, ora como se estivessem a disparar, ora a tomar posições defensivas.”

Segundo o ex-militar, os tiros disparados contra o grupo de avanço dos manifestantes “não atingiram ninguém na barreira do Boss Kim. Os manifestantes baixavam-se, pegavam em terra e atiravam-na para o ar a cantar e, assim, deram corrida aos policiais que se encontravam nessa barreira”.

Chegados a este ponto da narrativa, entra em jogo o mundo do realismo mágico, encarado de forma naturalizada. “Entoando cânticos, baixávamos, atirávamos terra ao ar e assim corríamos com a tropa”, entusiasma-se Nelito Natxiqueia, do grupo de avanço. César Mussaleno é categórico em afirmar que “também rompemos essa barreira”.

O camponês Kavula Manuel, também protagonista dos eventos, explica a sua versão: “Quando os tiros se intensificaram junto ao Boss Kim, os que tinham a boa preparação botânica começaram a voar e a desaparecer diante dos polícias. Eu tinha a minha própria botânica e nada me aconteceu. Também voei.”

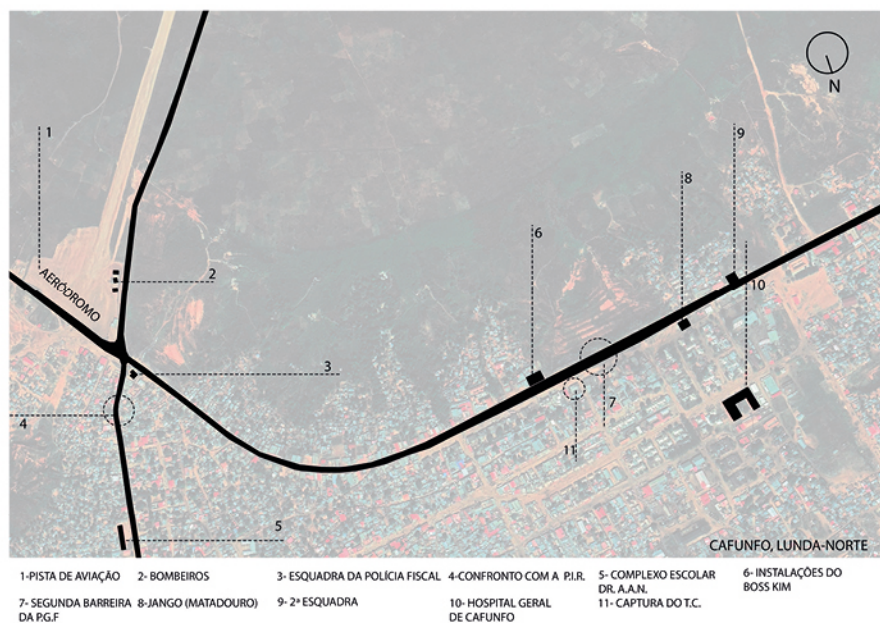
Segundo um agente envolvido na operação, alguns dos seus colegas deram vários tiros para o ar e contra os manifestantes, para impedirem a sua progressão, mas sem sucesso. Por não ter autorização superior para falar, mantemos a sua identidade sob anonimato.

uma espécie de guerrilheiros “invisíveis” da União dos Povos de Angola (UPA), de baixa estatura, que com o seu poder mágico tinham a capacidade de voar e de se transformar.

O agente afirma que o recuo dos seus colegas se deveu a dois factores. Primeiro, “o tiroteio não tinha efeito contra os manifestantes e tinham sido distribuídas poucas munições”. Segundo, “a maioria dos agentes envolvidos na operação não tinha recebido balas, para se reduzir o risco de letalidade. Tinham as armas apenas para intimidar os manifestantes”.

Todos os manifestantes presentes na primeira coluna com quem conversámos individualmente corroboram a afirmação segundo a qual, enquanto avançavam, não houve vítimas no confronto com as FDS na barreira junto ao Boss Kim.

Uma vez destroçada a segunda barreira, a primeira coluna de manifestantes continuou a marcha por mais 400 metros até à terceira barreira, junto ao Jango, que minutos depois se transformaria no matadouro dos manifestantes. A parte traseira do Jango dá para a rua do Boss Kim e precede a estação de serviço Ecos do Leste e a loja da UNITEL.



Mapa ilustrado por d.lado.b.

XI

A captura do tenente-coronel Vanda Mafo

Na reconstituição dos factos no terreno, com protagonistas voluntários, fomos até ao local onde ocorreu, de forma sequencial, a terceira vítima.

No recuo, alguns agentes da Polícia de Guarda Fronteiras (PGF) acorreram à esquadra policial para informar sobre o ataque dos manifestantes ao tenente-coronel Vanda Mafo, comandante do 1.º Batalhão da 52.ª Brigada das FAA, então estacionada em Cafunfo.

“O tenente-coronel tentou acalmar os manifestantes”, relata a fonte. “Como nos ordenaram para não darmos tiros, recuámos e deixámos o tenente-coronel”, explica outro protagonista.

O agente da PGF envolvido na operação explica que o tenente-coronel Vanda Mafo, ante o recuo dos efectivos que compunham a barreira junto ao Boss Kim, decidiu avançar com as mãos no ar para acalmar os manifestantes. “Na verdade, ele estava doente, mas tinha de cumprir com a missão. Ele também estava próximo da sua casa, onde tem a sua família.” A sua rua é uma das transversais que dá para a rua do Hospital Regional de Cafunfo.

“Os agentes que recuavam avisaram-no para recuar também, mas ele insistiu nisso e na ordem para não se efectuarem disparos contra os manifestantes. Por conta dessa ordem, a polícia retirou-se e deixou-o

praticamente sozinho. Foi atingido com uma pedra de fisga na testa, caiu e perdeu os sentidos. Caiu próximo da casa do delegado do Serviço de Inteligência e Segurança de Estado (SINSE). Pouco depois demos conta de que o tenente-coronel estava a ser atacado e um dos manifestantes fez um disparo, já na rua dos comandantes”, conta a mesma testemunha.

Um agente da ordem pública pegou numa das duas motorizadas da PGF e dirigiu-se ao local do ataque para resgatar o tenente-coronel, acompanhado de forças reagrupadas e municiaadas.

“Encontrei-o a ser assassinado. Já lhe tinham assestado três golpes de *poku ya muela* na cabeça e já lhe tinham cortado vários dedos nas duas mãos. Ainda tentei procurar pelos dedos no chão. Ele estava deitado de bruços. Quando o levantei vi sair fumo da sua farda. Os atacantes deixaram no terreno uma garrafa com gasolina. Levei-o no meu colo e, na motorizada, conduzi-o ao hospital”, revela o agente. O hospital dista pouco mais de cem metros, na rua seguinte.

“Na tropa, na frente de combate, ou você mata ou morre. É uma questão de rapidez. Vimos que o primeiro chefe [inspector-chefe 23] já tinha sido atacado e o segundo [tenente-coronel Vanda Mafo] também, então, era preciso tomar medidas.”

Com o avanço dos manifestantes até ao Jango, segundo testemunhos de vários agentes, as chefias militares e policiais concentraram-se frente à agência do Banco BAI, situada entre a Polícia Judiciária Militar e o Hospital Regional de Cafunfo. Por sua vez, o hospital está defronte da Rua dos Comandantes e a pouco mais de cem metros do Jango.

O comandante da PGF não conseguiu sair de casa, no epicentro da confrontação entre os manifestantes e o último cordão de segurança.

Das conversas mantidas individualmente com vários agentes policiais em serviço nesse dia, e ora transferidos para outras localidades,

destaca-se a eficácia dos líderes da manifestação. Havia um núcleo de inteligência dedicado à recolha de informação sobre o dispositivo operacional das forças de defesa e segurança.

“Os líderes da manifestação sabiam de antemão que a polícia de ordem pública não tinha munições. Só as FAA e alguns elementos da PGF tinham munições nas armas.” Com o ataque ao tenente-coronel, argumentam, procedeu-se à distribuição de balas entre todos os efectivos que haviam recuado e os que se encontravam na última barreira.

Há um antecedente que permite uma leitura mais profunda sobre a relação dos manifestantes com a 2.^a Esquadra, que é além do mais o principal símbolo do poder do Estado na localidade.

A 9 de Fevereiro de 2012, centenas de manifestantes do Movimento do Protectorado dirigiram-se à esquadra, às primeiras horas da manhã, para libertar um dos seus líderes locais, Caetano. Segundo vários relatos, este havia sido detido junto ao portão da referida unidade policial, aonde se deslocara para ostentar a bandeira do Movimento.

Entretanto, enquanto eram arremessadas pedras contra a esquadra, um efectivo dos bombeiros desarmado, Henrique Yambissa, foi atingido no rosto. Os manifestantes espancaram-no, até que foi resgatado, com forte tiroteio, pelos colegas. Outros dois ficaram feridos na acção, nomeadamente o agente bombeiro Domingos Chimba, que teve o nariz e um dedo da mão direita fracturados. Já o agente da Polícia Fiscal Costa Adriano sofreu uma contusão na articulação do braço esquerdo. Sete manifestantes foram detidos neste confronto.

XII

A última barreira e o matadouro

A segunda barreira da PGF, desarticulada com a progressão dos manifestantes, encontrava-se a 400 metros do Jango. Por sua vez, a 2.^a Esquadra da Polícia Nacional, a única de ordem pública em Cafunfo, encontra-se abaixo do Jango, a pouco mais de 300 metros, na continuação da mesma rua do Boss Kim.

O Jango é a primeira estrutura no garfo entre a rua que dá pelo mesmo nome e a do Boss Kim. A parte traseira do Jango dista 1,5 quilómetros (a sudeste) da Esquadra da Polícia Fiscal, na mesma rua directa do Boss Kim. A parte frontal do Jango situa-se numa pequena rua, no centro da antiga vila mineira, construída no período colonial. Esta é paralela à rua do Hospital Regional de Cafunfo e ambas estão ligadas por uma transversal, conhecida como Rua do Elinho, e por duas travessas, conhecidas como Rua da Casa Protocolar e Rua dos Comandantes. Nessa última, residem os comandantes da 52.^a Brigada (na altura, 75.^a Brigada), da 6.^a Unidade da PGF, etc. O Jango situa-se em frente à travessa dos comandantes.

Um dos agentes na última barreira argumenta que o avanço destemido dos manifestantes se deveu “à informação de inteligência de que grande parte das nossas armas não tinha munições”. No entanto, sublinha, o grupo não previu o retorno dos efectivos das FAA que haviam sido posicionados em zonas estratégicas de grande afluência dos

manifestantes, como o bairro da Elevação e outros pontos onde, em circunstâncias habituais, estes se concentrariam e protestariam.

Com a notícia do ataque ao tenente-coronel, os efectivos das FAA que se encontravam em postos distantes desceram. “Passada meia hora, com a notícia do ataque ao tenente-coronel, os soldados da FAA vieram em nosso socorro e abasteceram-nos de munições. Um grupo de agentes da PGF veio com lança-granadas, mas rapidamente os comandantes lhes confiscaram as munições”, relata o mesmo agente.

Segundo o seu testemunho, um dos oficiais da PGF acreditou que os manifestantes fossem imbatíveis, à prova de balas, e desatou aos gritos, à medida que estes tentavam progredir pela rua dos comandantes sob tiroteio.

A. Magia contra magia

Em seguida, o agente em questão revela ter sido o autor individual do ritual destinado a contrapor a crença dos manifestantes no suposto poder mágico de imunidade contra as balas.

“Todos pisamos na terra, cada um tem a sua tradição. Peguei na minha arma, atirei-a ao chão. Saltei a arma algumas vezes. Passei areia no cano da arma, cuspi lá dentro e fiz uma invocação: ‘Se todos nós viemos da terra e à terra voltaremos, aqui não serei derrotado’”, conta.

De seguida, “retirei as balas do carregador e coloquei uma bala especial, preparada de acordo com a tradição, que eu tinha no bolso”, desvenda. “Na tradição, eu pratiquei o *lukassa*, o ritual para destruir a blindagem. Aqui já não houve complicação”.

O protagonista relata que “o manifestante armado deu mais três tiros, frente à casa do comandante da PGF, enquanto os outros aguar-

davam à distância. Ele [manifestante armado] cometeu o erro de olhar para trás para pedir aos outros manifestantes para avançarem, que o caminho estava limpo. Atingi-o com um tiro na perna”.

As informações recolhidas, junto dos manifestantes da primeira coluna, sobre o portador da arma indicam tratar-se de Mutunda Catxambi. “Quando ele [Catxambi] começou a recuar a coxear, os outros manifestantes perceberam que já não tinham blindagem e muitos começaram a fugir”, explica o atirador.

“Eu tinha dois carregadores. O meu colega não tinha munições e praticamente ficou mudo de susto durante essa operação. Ficou quieto ao meu lado”, continua. O interlocutor descreve ainda ter atingido, com um tiro na perna, a mulher que levava, à cabeça “a panela de barro da tradição onde caíam as balas disparadas contra os manifestantes”. A panela caiu, partiu-se e a ginguba nela contida espalhou-se pelo chão. “Aí, os manifestantes já não tinham qualquer protecção botânica”, acredita.

“Com a preparação botânica não se deve atirar contra a cabeça de um indivíduo, onde a blindagem é maior. Se a bala cai na panela de barro, então a arma fica neutralizada. Deixa de ter uso. Por isso atirei contra as pernas”, enfatiza o atirador.

Qual ficção, conta ainda ter disparado contra um conhecido líder local. “Olhámo-nos e, quando disparei contra ele, o mais velho [devidamente identificado] transformou-se em gato e fugiu. Mas ele abriu o caminho para a fuga de muitos manifestantes.”

“Hoje, qualquer guerra em Angola deveria ficar-se pelas palavras e ideias. Depois de tantos anos de combate, não deveríamos viver novamente situações de confronto sangrento, de armas na mão. É muito triste”, lamenta o atirador.

António Samussuia é um dos manifestantes que, com a primeira coluna, atingiu a área do Jango. Segundo ele, à excepção de Borges,

as mortes directas durante o acto de manifestação ocorreram junto ao Jango (um restaurante com esse formato). “Na fuga, saltei sobre quatro cadáveres”, revela. “Com mais 20 manifestantes, manobrámos até às ravinas”, enumera.

Por sua vez, o ex-militar das FAA, Pedro Miguel Camulembo, afirma convictamente que fez parte de um grupo protegido pela magia na fuga. “Voámos e caímos a 500 metros do local dos tiros, depois da ravina. Dali, desaparecemos em segurança”, acredita.

De forma elucidativa, há um vídeo, filmado a partir da primeira residência do lado direito da Rua dos Comandantes (a partir do Jango). A terceira casa é a do comandante da PGF, onde vários cidadãos foram atingidos. Vê-se claramente um grupo de dezenas de manifestantes a ser disperso a tiros. Os manifestantes reagrupam-se, após forte tiroteio e, de forma compacta, tentam prosseguir a marcha pela Rua dos Comandantes. Empunham a bandeira do MPPLT. Uma saraivada de tiros, a matar, põe-nos a correr novamente e no chão ficam dois atingidos pelas costas. Os manifestantes correm na direcção contrária dos tiros e são alvejados.

Frente à casa do comandante da PGF, alguns manifestantes são atingidos e outros são para lá arrastados, conforme imagens captadas por agentes que participaram da acção. No local, há vários feridos a tiro. Ouve-se a voz de um agente que se dirige a um dos feridos: “Filho da puta, tem de lhe acabar com a vida, cão de merda!” Há outros impropérios pelo meio.

No mesmo vídeo, é patente a presença de três soldados das FAA. Um deles insulta o ferido que é pontapeado pelo comandante policial. “Vai para a puta que o pariu, rabo da tua tia!”, entre outras fealdades da língua portuguesa. Um morto é um morto. Não se rebela, não protesta, não reage. Os feridos são atormentados com impropérios.

B. Mortos e feridos no hospital

Qual é o número total de vítimas, entre mortos e feridos, dos acontecimentos de 30 de Janeiro?

Em cinco meses de investigações, junto de muitos protagonistas dos acontecimentos, podemos apenas apresentar os casos confirmados e esperar que, com a publicação do presente relatório, outros participantes se disponham a revelar publicamente as informações em falta.

Para já, foi possível confirmar que os manifestantes mortos no Jango, assim como os feridos que não conseguiram escapar, foram transportados para o hospital. Para tal, contactámos e cruzámos informação de testemunhas residentes à volta do hospital, guardas privados de segurança, fontes hospitalares, manifestantes e membros das FDS.

A narrativa estabelece que, por volta das 6h00, as FDS procederam ao transporte de três cadáveres e quatro feridos para o quintal do hospital. A mesma viatura, consta, regressou minutos mais tarde com mais dois mortos. Seguiu-se a informação de um soldado das FAA segundo a qual um dos feridos, prostrado frente à casa do comandante da Polícia, tinha acabado de falecer. A viatura transportou esta quinta vítima mortal. O sexto cadáver a ser transportado foi o de Borges Mauanda, o primeiro manifestante a ser morto junto à Esquadra da Polícia Fiscal.

“Depois de 40 minutos apareceu um comandante da Polícia furioso, que iniciou a recolha de todos os telemóveis digitais que estavam nas mãos dos agentes policiais e das FAA”, conta uma fonte. “Esse comandante repreendeu a tropa por ter exposto os corpos e os feridos no quintal do hospital em vez de os colocar na morgue e os feridos no Banco de Urgência”, testemunha.

Por causa da assistência ao tenente-coronel, aí internado, o médico da 75.^a Brigada, identificado apenas por Napoleão, prestou também cuidados médicos aos manifestantes.

Por volta das 18h00, a mesma viatura regressou à morgue com mais dois cadáveres, segundo várias fontes, totalizando oito vítimas mortais. Essa informação, entretanto, é refutada por um oficial da Polícia Nacional que acompanhou a operação.

Refere ele que só às 21h00 os efectivos da PN retornaram ao hospital para colocar os corpos nas gavetas da morgue. Por falta de combustível, só a essa hora o gerador do hospital terá entrado em funcionamento.

Cruzámos a lista de mortos oficialmente anunciados com as informações por nós confirmadas através da recolha de depoimentos e visitas às famílias dos malogrados. Temos, assim, uma lista de 13 mortos. Para além de não ser definitiva, essa lista pode conter um ou outro caso de duplicação, por registo de nomes diferentes. Conseguimos verificar a diferença de nomes, na lista oficial e nos dados por nós recolhidos junto de familiares, nos casos de Borges Carlos Mauanda e Juca Avelino Muacumbi.

Abstemo-nos de comentar as listas que tiveram ampla circulação e algum eco em certa imprensa internacional, segundo as quais teria havido dezenas de mortos, além de corpos atirados ao Rio Cuango. A experiência dos vários relatórios por nós produzidos, permite-nos saber que é sempre possível seguir o rasto de corpos atirados ao rio.⁷⁶

Tivemos o cuidado de visitar, de forma extensiva e aberta, os bairros que mais contribuíram com manifestantes, para identificar mortos e feridos. Por falta de guia, faltou-nos visitar os municípios de Caungula e Lubalo, de onde partiram dezenas de apoiantes da marcha.

⁷⁶ Marques (2011:99-100).

C. Mortos confirmados

1. “Ele só gritou uma vez: ‘Ai, apanhei um tiro!’”

Mingo Muatxite, 52 anos, natural do Lubalo, camponês, residente no bairro da Elevação.

Carlitos Rodrigues, de 45 anos, também natural do Lubalo, e o seu sobrinho Gonçalves Samuanheque testemunharam a morte do seu conterrâneo e amigo, Mingo Muatxite, com um tiro, quando os três empreendiam a fuga solidária pela ravina, nas imediações das antigas instalações do Boss Kim.

“O Mingo morreu ali mesmo onde apanhou o tiro do lado direito do peito. Eu e o meu sobrinho ainda o segurámos. Ele só gritou uma vez: ‘Ai, apanhei um tiro!’ Morreu e deixámo-lo ali mesmo porque os tiros eram demais”, explica.

De forma contextual, Carlitos Rodrigues narra como os três manifestantes eram parte de um grupo de 34 elementos, do bairro da Elevação, que se juntou à concentração nas traseiras do Complexo Escolar n.º 111 Dr. A. A. Neto na noite anterior à manifestação.

Antes de partirem, conta, o grupo de 34 elementos reuniu-se numa casa onde procedeu a um ritual de magia, “para dar coragem às pessoas”.

“Os líderes tradicionais presentes diziam, como palavra de ordem, que “a terra não se discute, luta-se por ela e se conquista”.

Esse grupo juntou-se a outros nas traseiras da Escola n.º 111, onde pernoitaram ao relento. Havia grupos de manifestantes espalhados por vários quintais (sem demarcação física), conforme visita ao local. “Havia cerca de 22 mulheres, no terreno onde nos concentrámos, a cantar e a dançar durante toda a noite”, garante.

Como membro da primeira linha do Movimento, Carlito Rodrigues informa ter sido incumbido de acordar os participantes, às 4h00.

Na sua versão, a fita vermelha, distribuída a participantes seleccionados, era uma senha para distinguir os líderes: “Eu também tinha uma fita à cabeça, era para distinguirmos os nossos membros da linha da frente.”

“Antes de sairmos, rezámos”, acrescenta.

O interlocutor reconhece que alguns manifestantes tinham consigo armas brancas: “Levámos o *poku ya muela* para nos defendermos.”

A marcha foi acompanhada de cânticos, com a animação de muquíxi: “Há vários tipos de muquíxi. Há para a circuncisão e há para a guerra, com o objectivo de neutralizar o inimigo. O muquíxi vai à frente, armado com *poku ya muela*, ou outro tipo de arma branca. Levámos paus da tradição, e os manifestantes dançavam como se estivessem a manobrar com as armas.”

No seu depoimento, o jovem afirma que os três amigos, ora reportados, integraram a primeira coluna que passou a Polícia Fiscal sem obstáculos. E conta como, na marcha, bastava aos manifestantes prostrarem-se de joelhos “pegar em areia e atirá-la para cima para fazer fugir a tropa. Acontecia uma espécie de ventania e os polícias tinham de fugir, a correr”.

Segundo os amigos, Mingo Muatxite deixou órfãos sete filhos.

2. Morto nos bambus

Juca Avelino Muacumbi, 48 anos, natural do Cuango

Vanusa Baptista conta que o marido saiu de casa, no bairro Neves Bendinha, às 5h00 da manhã e, sozinho, foi juntar-se aos manifestantes. Horas depois recebeu a notícia da sua morte. Durante três dias, a família procurou pelo corpo.

Juca Avelino foi encontrado morto, com um tiro no peito, por entre os bambus que servem de barreira contra a ravina na rua do Boss Kim. As pessoas que o encontraram comunicaram à polícia. Esta, por sua vez, levou o corpo, já em estado de decomposição, para a morgue e, sem mais delongas, entregou-o à família para o enterro na mesma hora.

Deixou órfãos oito filhos. “A miséria e o problema das ravinas leva as pessoas a se manifestarem”, afirma o primogénito do malogrado, José António, de 21 anos.

3. “Ele gritava, não me matem como um animal”

Adilson Francisco Dala, 26 anos, filho de Francisco Dala e Maria Mendes, natural de Caungula.

Nelito Paulo Natxiqueia afirma ter visto Adilson Dala ser alvejado na perna direita pelas forças policiais na fuga da zona do Jango.

“Vimos o Adilson a ser pisoteado na cara por um polícia. Ele gritava não me matem como um animal. Um dos polícias respondeu-lhe ‘você é um animal e tem de morrer aqui’. Morreu mesmo ali.”

4. O manifestante de arma na mão

Mutunda Catxambi, 35 anos, natural do município de Caungula, camponês.

Por volta das 19h30 do dia 29 de Janeiro, Mutunda Catxambi, conhecido como “Mamboji”, por aparentemente ter sido efectivo dessa empresa privada de segurança, e o seu sobrinho César Mussaleno, de 32 anos, fizeram parte do grupo de manifestantes que deixou o bairro da Elevação para pernoitar nas traseiras da Escola Dr. Agostinho Neto.

César Mussaleno fala, de forma fugaz, do ritual “dos homens da corte”, por volta das 4h00 da manhã, com a distribuição das fitas vermelhas para amarrarem à cabeça, “antes de iniciarmos a marcha”.

“Avançámos e a polícia fez disparos para o ar. Os nossos companheiros começaram a atirar pedras e a polícia recuou”, continua. Menciona ainda o ataque ao chefe de missão da 8.^a Unidade da PIR e a morte de Borges, mas sem pormenorizar.

Passado meio quilómetro, já na conhecida Rua do Boss Kim, César Mussaleno relata que as forças de defesa e segurança, então dispersas no confronto junto à Polícia Fiscal, reagruparam-se e seguiram-nos com forte tiroteio.

“Dividimo-nos em dois grupos. Um parou e foi confrontar a polícia que disparava atrás de nós. Eu continuei com o primeiro grupo. Junto às antigas instalações do Boss Kim, encontrámos outra barreira, da PGF”, descreve. Segundo ele, “também rompemos essa barreira” com o ritual de atirar areia para o ar.

Depois dessa barreira, afirma a mesma testemunha, “o Mutunda recebeu a arma [*Galil*] da PIR que o [João] Fernando levava para atacar a polícia”. Trata-se da arma que foi deixada cair, na corrida, pelo agente que se refugiou nas instalações dos Bombeiros.

“O Mutunda foi atingido na perna. Ainda o transportámos até às proximidades do hospital, onde acabou por morrer.” O hospital situa-se a pouco mais de cem metros do local do incidente.

César Mussaleno diz ter escapado ileso. Mutunda deixou órfãos sete filhos. A sua família não teve acesso ao corpo e, por isso, não realizou cerimónias fúnebres. “A família tinha medo”, diz.

5. Um tiro na cabeça

Alfredo Kavunga, 40 anos, natural de Caungula, camponês.

No dia 29 de Janeiro, logo pelas primeiras horas da manhã, Paula Muaquinza dirigiu-se à lavra, para a sua jornada diária de trabalho. No regresso a casa, tomou conhecimento da saída do seu marido, Alfredo Kavunga, pouco antes, por volta das 15h00, para a concentração dos manifestantes.

A 31 de Janeiro, por volta da 1h00, Paula Muaquinza informa ter recebido em sua casa uma criança, que trazia mensagem de colegas do seu marido no movimento que organizou a manifestação. “A criança informou-me, segundo a mensagem dos que lhe enviaram, que o meu marido foi morto nas imediações do Jango, com um tiro na cabeça”.

Passados quatro dias, a família recebeu o corpo de Alfredo Kavunga e enterrou-o de seguida.

O malogrado deixou órfãos seis filhos.

6. Morto no hospital

Kavunga David conta que o seu irmão, David Matondo, de 47 anos, natural de Cafunfo, saiu de casa muito cedo, no bairro da Elevação para se juntar à manifestação.

“Ele era membro do Movimento do Protectorado. Soubemos apenas que ele foi atingido com um tiro na coxa direita, junto ao Banco BIC.

O irmão transmite o relato de testemunhas segundo as quais David Matondo terá sido torturado por militares, com coronhadas de armas, no local onde caiu. “Os soldados levaram-no para o hospital, onde acabou por morrer”, conta.

De acordo com o interlocutor, a família obteve o corpo e procedeu ao enterro do seu ente querido. O camponês David Matondo deixou órfãos seis filhos.

Lista de vítimas mortais

A lista de mortos, que abaixo publicamos, inclui os sete cidadãos oficialmente confirmados como mortos.

| | | Idade | Naturalidade | |
|----|---------------------------|-------|--------------|--------------------------|
| 1 | Adilson Francisco Dala | 26 | Caungula | |
| 2 | Alfredo Kavunga | 40 | Lubalo | |
| 3 | Borges Carlos Mauanda | 32 | Lubalo | Tiro ou catana na cabeça |
| 4 | David Matondo | 47 | Cuango | Coxa direita |
| 5 | Dinis Simba | | | |
| 6 | Emanuel Zango José Zeca | 19 | | Tiro no abdómen |
| 7 | Juca Avelino Muacumbi | 48 | Cuango | |
| 8 | Julinho Lázaro | | | |
| 9 | Júlio Elias | | | |
| 10 | Mingo Muatxite | 52 | Lubalo | Tiro no peito |
| 11 | Mukwenda Tomás Luwampishi | | | |
| 12 | Mutunda Catxambi | 36 | Caungula | |
| 13 | Suwete | | | |

D. Feridos confirmados

1. O “voador” com excesso de peso

Cauiuine Mwatxilungo, 47 anos, natural do município de Caungula, camponês; Muhongo Mwatxivi, 45 anos, natural de Caungula; Eduardo Mwatxinguange, 60 anos, natural de Caungula, todos residentes no Bairro Quicango.

“Eu sou do Movimento. Lutamos pela autonomia”, apresenta-se o nosso interlocutor.

Mwatxilungo revela ter dispensado os rituais de magia organizados pelo Movimento do Protectorado Lunda-Tchokwe, por ter confiado nos seus próprios dotes. “Eu dormi numa área sozinho. Tinha a minha própria preparação botânica”, afirma.

“Quando o manifestante [Borges] foi morto, nós já tínhamos ultrapassado a Polícia Fiscal. Pela *txijila*, já não podíamos olhar para trás. Tínhamos de continuar”, conta.

E prossegue: “A 2.^a e 3.^a colunas avançaram até à barreira do Boss Kim. Aqui o fogo da polícia era intenso. Para nos protegermos das balas, atirávamos areia para o ar e avançávamos a cantar. Eu tinha a protecção da botânica e também tinha uma pomba que, na tradição, chamamos de *liembe*.”

Frente ao Jango, tentou avançar pela Rua dos Comandantes, tendo-se juntado ao primeiro grupo, a chamada linha da frente. Conforme o seu testemunho, foi nessa rua que encontraram a morte.

“Havia um polícia que tinha a sua magia. Ele fez o ritual de atirar a arma ao chão, saltou-a de um lado para o outro, cuspiu no cano e passou entre as pernas. Conseguiu desfazer a nossa botânica”, justifica Mwatxilungo.

Mwatxilungo exhibe a cicatriz junto ao joelho esquerdo, consequência de um dos tiros após o ritual do agente. “Quando a bala me tocou eu gritei: ‘bala quem te mandou tocar-me, *museka ya wakuacha*?’ Assim, a bala fez apenas um raspão no meu joelho.”

Ao seu lado, conforme testemunha, uma bala atravessou a nádega direita do seu vizinho Muhongo Mwatxivi. Outro vizinho, Eduardo Mwatxinguange, caiu com uma bala que lhe atingiu a panturrilha esquerda.

“Com o *liembe*, consegui socorrer os dois vizinhos que me ladeavam. Voámos os três mas, por causa do excesso de peso, não conseguimos ir muito longe. Voámos até ao Rio Nossa [a pouco mais de dois quilómetros].”

Refere terem ficado escondidos até ao anoitecer, caminhando depois até ao bairro da Mwana Cafunfo. “Por causa do excesso de peso, já não podia usar a pomba, o *liembe*. Então, tive de carregar o Muhongo às costas durante vários quilómetros.”

De manhã cedo, os três feridos recorreram a um indivíduo que fazia serviço de táxi. Este transportou-os até ao município de Caungula.

Passaram três meses nessa localidade, após o incidente, e os vizinhos de Mwatxilungo lá permanecem. “O Muhongo, o que levou o tiro na nádega, até hoje está sempre deitado. Não se consegue sentar.”

O sobrevivente aproveita a ocasião para dizer como o movimento tem feito colectas regulares de dinheiro junto dos camponeses para o financiamento das suas actividades. “Eu sempre contribuí com o pouco que ganho.”

“Não vale a pena. Lamentamos as mortes. Eu já não opto pelo Movimento. Mas vai continuar, já com os *mwana nganas*. Eu já não.”

“A marcha daria uma volta e terminaria na Elevação, no *mizou* onde sentam os *mwana nganas*, para apresentar o relatório.”

2. Quando os manifestantes voam, a polícia vê fumo

Moisés Kavula, 22 anos, natural do município de Caungula residente no Bairro da Terra Nova.

Kavula Manuel indica ter feito parte do grupo de mais de 50 manifestantes provenientes do bairro da Terra Nova, que também pernoitou nas traseiras da Escola Dr. Agostinho Neto. O seu sobrinho Moisés Kavula fazia parte do grupo.

“Partimos do ponto de concentração por volta das 5h00. Encontrámos uma barreira de duas viaturas junto à esquadra da Polícia Fiscal. Eu estava no meio dos manifestantes e não vi como o nosso homem [Borges] morreu. Mas vi como o chefe da PIR foi capturado”, descreve o jovem. Revela que, ao lado do inspector-chefe 23, “estavam quatro agentes da PIR que tentaram protegê-lo com disparos, mas tiveram de recuar com a fúria dos manifestantes que avançaram contra eles”.

Havia manifestantes a exigir a morte do comandante. Outros não queriam, mas atingiram-no com uma catana na nuca e outra na cabeça.

Os efectivos da PIR e da Polícia, na barreira, haviam recuado para junto dos bombeiros (a pouco mais de cem metros do local).

Os disparos intensificaram-se junto ao Boss Kim. “Os que tinham a boa preparação botânica começaram a voar em direcção à segunda barreira, da PGF (Polícia de Guarda Fiscal). Eu também voei”, acredita a testemunha.

Kavula Manuel descreve como os agentes da PGF retiraram a correr, à medida que os manifestantes avançavam com os seus cânticos, *muquixes* e uma parafernália de rituais.

Já no Jango, Kavula Manuel diz ter encontrado um dispositivo militar superior e com “botânica”: “Quem tinha a sua botânica soube como sair ileso do tiroteio. Mesmo junto ao jango, o meu sobrinho Moisés Kavula apanhou um tiro que lhe fracturou o fémur esquerdo”, revela.

“Eu e os irmãos recolhemo-lo e fomos escondê-lo em casa de um familiar nos arredores. Às duas da manhã do dia seguinte, a família foi buscá-lo secretamente e evacuaram-no para o Congo, atravessando as matas do Marco 28, nas proximidades do posto fronteiriço de Samejano.

“Foi o sofrimento que nos levou a nos juntarmos a esta causa. Aliados ou não a uma causa errada, matam-nos sempre. Aqui acabam

com a nossa vida, com ou sem manifestação”, desabafa. “A motivação é a miséria e o sofrimento. Qualquer movimento que apareça a prometer mudanças é para apoiar.”

Por sua vez, Kavula Manuel refugiou-se durante dois meses no Bairro Wabwa, onde permaneceu escondido.

José Satxulumuca, de 45 anos, natural de Caungula e camponês residente no Bairro da Terra Nova, corrobora as declarações de Kavula Manuel.

“Nós saímos do bairro juntos e estivemos juntos durante toda a manifestação. Só na fuga nos separámos. Eu fugi pelo Cassule Kwenda, até à vila do Cuango [num percurso a pé de mais de 50 quilómetros]”, nota.

“Fiquei escondido durante três meses. Quando soubemos da presença do Sr. Rafael Marques em Cafunfo, decidimos regressar”, assegura.

“Eu não tinha a botânica. Confio em Deus apenas. No grupo não havia mulheres nuas, como uns dizem. Onde pernoitámos, havia 23 mulheres ao todo, mas receberam ordens para regressarem a casa antes da manifestação. Fomos mobilizados como membros do Protectorado porque nos disseram que era a melhor forma de reclamarmos os nossos direitos. Nós somos do Protectorado.”

3. “Na Rua dos Comandantes começaram os disparos intensos e as mortes”

António Victorino, 46 anos, natural de Caungula, camponês, afirma ter saído de casa, no bairro do Bala-Bala, pouco antes das 5h00, pela sua proximidade da Esquadra Fiscal e Aduaneira.

De acordo com o seu depoimento, juntou-se à marcha já no momento de choque com a PIR. “Ouvi apenas os tiros e vi a polícia a recuar”, resume.

Fala da barreira no Boss Kim, com as motas de quatro rodas. “Os polícias começaram a disparar contra os manifestantes, mas nós continuámos a avançar contra as balas e eles a recuarem”, assegura.

Progrediu com o grupo até ao Jango. “Curvámos para a rua dos comandantes. Ali começaram os disparos intensos e as mortes.”

“Na fuga, apanhei um tiro nas costas, defronte às bombas de combustível [a seguir ao Jango]. Saltei a vala de drenagem. Corri até à cantina do Mbambi e entrei num quintal. Escondi-me nos bambus e lá permaneci das 7h00 às 17h00. Algumas senhoras do quintal viram o meu rasto de sangue e comunicaram à Polícia”, revela.

“A polícia recolheu-me e levou-me para o hospital. Já lá dentro, um grupo de três agentes da PGF foi buscar-me. Queriam matar-me”, denuncia. “Um soldado das FAA, que ali estava, defendeu-me. Disse que, como paciente do hospital, não permitiria que ninguém me levasse dali.”

António Victorino esteve internado durante dois dias. Foi transferido para o Dundo com os outros feridos. Esteve internado durante um mês e meio.

Após receber alta hospitalar, agentes do Serviço de Investigação Criminal conduziram-no até ao município de Caungula e deram-lhe 15 mil kwanzas para apanhar o táxi de regresso a Cafunfo.

4. “Escondido na vala”

Angelino Mukehe Sebastião, 36 anos, natural do município do Lubalo, camponês, fez parte da concentração que pernoitou nas traseiras do Complexo Escolar Dr. António Agostinho Neto.

Marchavam entoando cânticos. No tiroteio na zona do Jango, uma bala trespassou o lado direito de Angelino Sebastião.

“Permaneci dois dias escondido na vala do Boss Kim”, conta o ferido, que se escapuliu do tiroteio atirando-se à ravina. Esta é paralela à Rua do Boss Kim, e em alguns pontos tem bastante vegetação de bambus, plantados há anos para combater a erosão dos solos.

Angelino Sebastião passou mais alguns dias na mata, depois de ser socorrido por cidadãos que procuravam sobreviventes na ravina. Conta que foi um curandeiro quem lhe tratou os ferimentos.

5. Dois tiros e dois dias escondido sem assistência

Xacole Cazanguie, 50 anos

Ngunza Kulissoho, de 55 anos, narra, de forma parca, como chegou ao Jango com Xacole Cazanguie, ambos residentes no bairro da Elevação.

Explica que o seu grupo avançado tentou, pela segunda vez, progredir pela Rua dos Comandantes. As FDS reagiram com outra sarivada de tiros, desta vez direccionados aos alvos, como confirma a testemunha.

“O Xacole Cazanguie apanhou dois tiros. Um no abdómen e outro na coxa esquerda”, descreve.

“Recuámos e fugimos pela ravina. O Xacole ficou ali mesmo durante dois dias, escondido e sem assistência, até ser encontrado por dois soldados que o reconheceram durante uma vistoria à área”, relata. De acordo com Ngunza Kulissoho, os soldados telefonaram à esposa, removeram o ferido do local e entregaram-no à família.

“As pessoas [manifestantes] estavam a confiar na magia nessa marcha. Não sei como. Isso da preparação do homem à prova de balas pode existir na tradição, mas na prática não funciona”, duvida o cidadão.

6. Tratamento tradicional para o tiro na coluna

João Muatxite, 48 anos, residente no bairro da Elevação.

Zeca Samuel indica que João Muatxite foi alvejado na coluna, na fuga do Jango. “Desde então, encontra-se a receber tratamento tradicional no bairro Sacatsunga.”

Lista de feridos

| | Nome | Idade | Naturalidade | Ferimento a tiro |
|----|---------------------------|-------|--------------|--------------------------|
| 1 | Adriano Txilionga | 41 | Lubalo | perna direita |
| 2 | Angelino Mukehe Sebastião | 36 | Lubalo | |
| 3 | António Vitorino | 46 | Caungula | abdómen |
| 4 | Cauiuine Mwatxilungo | 47 | Caungula | joelho esquerdo |
| 5 | Castro Caxita | 40 | Caungula | braço esquerdo |
| 6 | Dinis Muassamba | 55 | Caungula | tornozelo direito |
| 5 | Eduardo | 39 | Caungula | perna |
| 7 | Eduardo Mwatxinguange | 60 | Caungula | |
| 8 | Fernando Rogério | 29 | Uíge | anca direita |
| 9 | Gomes Yamokucla | 44 | Cuílo | coluna vertebral |
| 10 | João Muatxite | 48 | | coluna vertebral |
| 11 | Joel Yami Kuami | 39 | Lubalo | braço direito |
| 12 | Moisés Kavula | 22 | Caungula | fémur esquerdo |
| 13 | Muhongo Mwatxivi | 45 | Caungula | nádega direita |
| 14 | Silva Caíta | 52 | Lunda-Sul | joelho |
| 15 | Simba Domingos, | 17 | Caungula | abdómen e braço esquerdo |
| 16 | Xacole Cazanguic | 50 | | abdómen e coxa esquerda |

Mais feridos, sobre os quais não dispomos de dados:

17. Stela Caxala, 20 anos
18. David António, 44 anos
19. Figueiredo Muaba, 44 anos
20. Eduardo Estêvão

E. A vítima infantil

Garcia Benvindo, de 9 anos, natural de Luanda, filho de Marcelina André Palanca e de Benvindo António Kizua.

O irmão mais velho de Garcia Benvindo, Romeu Benvindo, de 19 anos, relata o sucedido. Por volta das 9h00, “estava no quintal a servir o mata-bicho, pão com chá, para os meus irmãos menores. Éramos cinco no total. O Garcia queria logo o chá e eu disse-lhe que estava a açúcarar. Nesse momento, alguém bateu ao portão. A minha mãe (dentro de casa) disse-nos para não abrirmos. Ouvimos um tiro e corremos para dentro de casa. Ali vimos o Garcia a sangrar. Tinha sido atingido”.

Mal a família saiu de casa para levar a criança ao hospital, o vizinho do lado explicou-lhes ter visto o soldado das FAA que efectuou o disparo contra o portão e a direcção em que seguiu.

Romeu Benvindo conta que a sua família encontrou “muitos militares” armados à volta e no hospital.

“Os militares não acreditaram que a criança tinha sido alvejada por um colega deles. O chefe deles [não identificado] ordenou a um cabo que fosse a nossa casa verificar o que tínhamos contado. Regressámos a casa com o cabo. Foi ele quem nos deu os detalhes de como a bala atravessou o portão de ferro e um balde vazio, bateu na parede e atingiu a perna do Garcia, já sem força.”

A directora do hospital disse que era necessário esperar por uma ambulância para transferir a criança para Malanje. Durante mais de uma semana, a criança esteve internada sem qualquer intervenção cirúrgica para a remoção da bala.

A direcção do hospital afirmou reiteradamente que havia que aguardar pela visita das autoridades locais, que tratariam da cirurgia, trariam roupas e brinquedos para a criança. Nessa altura, a criança encontrava-se internada na mesma sala que os manifestantes feridos e alguns pacientes com doenças infecto-contagiosas.

Passadas quatro semanas de internamento, Garcia Benvindo recebeu alta sem ter efectuado a cirurgia para a remoção da bala, apenas curativos.

F. Desaparecidos

1. Pedro Tximona André, 33 anos; André Pedro Joaquim, 22 anos; Sebastião Muamueno.

Os primos e o vizinho encontravam-se no garimpo de diamantes quando ouviram falar na manifestação, de acordo com depoimentos do pai de André Joaquim. André Pedro Tximona diz que o seu filho, o sobrinho e o vizinho Muamueno, regressaram a casa, no bairro da Elevação, a 29 de Janeiro. No mesmo dia, por volta das 16 horas, os três seguiram para o ponto de concentração dos manifestantes que pernoitaram junto à Escola.

“Nenhum dos três regressou a casa. Ficámos com receio de ir à esquadra policial ou ao hospital para saber do destino deles”, lamenta o pai de um dos manifestantes desaparecidos. “Até à data, nenhum dos participantes ou organizadores da manifestação veio informar-nos sobre o que terá acontecido aos três amigos.”

2. **Simão Pedro** e os irmãos **André Fernando** e **Lucas André**, todos acima dos 40 anos, residentes no bairro da Elevação.

O irmão de Simão Pedro, Lito Simão, informa que os três membros da mesma família saíram de casa três dias antes da manifestação para se prepararem para a marcha de 30 de Janeiro.

“Eles foram às matas preparar-se em termos de estratégias e não “botanicamente”. Saíram de casa sem catana, faca ou outro tipo de armas. Saíram assim, tipo crianças na barriga”, ilustra Simão Lito.

Simão Pedro e Lito são sobrinhos dos irmãos André Fernando e Lucas André.

Desde então, segundo Simão Lito, os três continuam desaparecidos e nenhum membro do MPPLT lhes prestou qualquer informação sobre o paradeiro dos seus ente queridos.

XIII

Depoimentos contextuais

1. “Não havia medo nem valorização da vida.”

Xapassa Manuel Maluembe, 54 anos, natural do município do Lubalo, camponês, residente no bairro Bala-Bala.

Na sua qualidade de membro destacado, Xapassa Maluembe descreve de que forma o Movimento iniciou os preparativos da manifestação, a partir do dia 10 de Janeiro.

Desvenda que o recurso aos rituais de magia, discretamente referida como “a botânica”, teve início a partir de 17 de Janeiro: “Quando iniciaram as detenções dos homens do Movimento, começamos a preocupar-nos com a botânica, para prevenir mais danos e proteger os nossos membros.”

Revela ainda que todos os preparativos com a “botânica” foram sabotados por um dos seus mais influentes mestres, Samuquinji. Até ao dia 27 de Janeiro, tinham “o segredo da botânica para a manifestação bem amarrado”. Alegadamente, nesse dia, num dos quintais junto à casa do malogrado Borges Mauanda, o citado Samuquinji “deu de comer carne de porco a alguns destacados membros do Movimento, sem estes saberem, para anular a amarração”. O porco, *uhulu*, como afirma Maluembe, representa a maldição nos rituais de magia, e o consumo da sua carne e derivados é estritamente proibido para quem recebe tal tratamento mágico.

Maluembe descreve também, como segundo “crime”, o episódio em que o grupo de manifestantes matou duas galinhas antes da marcha, porque estavam com fome. Muitos manifestantes foram então obrigados a cumprir um jejum de três dias.

“Deviam ter evitado matar as galinhas, para não vermos o sangue do homem.” Em terceiro lugar, o camponês afirma que os manifestantes violaram o princípio do ritual, de luta pacífica, ao terem derramado o sangue do inspetor-chefe. “A botânica, para ter efeito, recomendava a não-violência”, argumenta.

Quando se deu a concentração, segundo Xapassa, os manifestantes foram informados, por via telefónica, pelos líderes do Movimento, de que “o satélite já nos estava a filmar e tínhamos de manter a unidade e avançar, porque o mundo estava a ver e a acompanhar-nos”.

O interlocutor reconhece a inexistência de qualquer programação de filmagem por satélite. “Isso era uma estratégia de motivação, por telefone, dos chefes do Movimento.”

Xapassa Maluembe defende a versão da morte de Borges Mauanda a tiro, por um agente da PIR. “O homem que disparou o tiro, quando o Borges fazia a curva da unidade, estava no quintal da esquadra e atingiu-o na nuca.” Confirma a presença do pai do malogrado na manifestação, junto do filho, durante o sucedido.

“O pai do Borges Mauanda assistiu à morte do filho. Foi ele quem primeiro segurou a arma do PIR deixada cair frente à esquadra e tentou entregar-ma. Eu recusei”, explica Xapassa Maluembe.

De seguida, descreve a barreira no Boss Kim, reforçada pelas duas motas de quatro rodas da PGF [Polícia de Guarda Fronteira] e por soldados das FAA [Forças Armadas Angolanas].

“Mandaram-nos parar, recusámos e continuámos. A polícia fez disparos, sem alvejar ninguém, e recuou. Aqui, o Henriques [Camuimba] estava à frente”, conta.

Explica que os membros do MPPLT, que formavam a primeira linha da marcha e exibiam movimentos de natureza militar, com paus e outros objectos, recriavam o ritual *muyombo*, “que nada tem a ver com a guerra”.

Já no Jango, com o primeiro grupo de manifestantes, Xapassa Maluembe afirma que o “capitão” Henriques teve notícia de um manifestante morto na travessa das casas protocolar e do comandante da 2.^a Esquadra.

“Ele saiu do grupo para ir ver e desguarneceu o grupo avançado. Quando regressou à primeira linha, já três manifestantes tinham sido atingidos a tiro [na travessa seguinte, conhecida como a Rua dos Comandantes]”, avança o camponês.

Maluembe tenta explicar a persistência do grupo de manifestantes em prosseguir a marcha na Rua dos Comandantes, quando havia várias outras alternativas para se chegar à rua do Hospital Regional de Cafunfo. “Queríamos subir até ao hospital e depois regressarmos ao ponto de início da manifestação. Se conseguíssemos, teria sido uma grande vitória do Movimento”, justifica.

A coberto da “botânica”, Maluembe narra ter orientado a fuga de mais 14 manifestantes, até à estação de captação de água, onde permaneceram escondidos até às 14h00 do mesmo dia. Confessa o alívio de ter saído ileso, assim como os seus protegidos.

Por sua vez, “o Henriques manteve-se no terreno a proteger o maior número possível de manifestantes e também escapou ileso, conduzindo, em segurança, um grupo com dezenas de manifestantes”.

“Só tive noção do valor da vida depois de regressar a casa, em segurança. Quando nos juntámos para a concentração, não havia medo nem valorização da vida”, concluiu.

Maluembe relata que os “líderes [do Movimento] disseram aos manifestantes que a carta [de comunicação da marcha] tinha sido aceite pela Presidência da República. Se os líderes tivessem mostrado a verdadeira resposta da administração municipal do Cuango, muitos membros não teriam saído à rua”.

“Temos de decidir qual é o futuro do Movimento”, assevera o camponês. “Continuarei como membro. Não devemos lutar pela independência, mas por benefícios económicos e sociais para a nossa população”, conclui.

2. “O governo só promete e não cumpre.”

António Alberto Samussuia, 47 anos, natural de Cafunfo, camponês.

O camponês discorre sobre a sua participação proactiva no Movimento, considerando-a o resultado de três factores. Primeiro, a ideia propagada na região das Lundas acerca de grandes melhorias em termos socioeconómicos e de infra-estruturas em várias partes do país, por oposição a um aparente retrocesso no Leste, sobretudo em Cafunfo. Segundo, “o governo só promete e não cumpre. Aqui só vemos o avanço das ravinas, a ausência de empregos e a miséria”. Terceiro, algumas autoridades tradicionais, aliadas aos líderes políticos do Movimento, têm sido eficientes na mobilização de vários segmentos da população de Cafunfo para a exigência de autonomia da região do Leste, tomada como solução para os problemas ora aflorados.

António Samussuia providencia a mais vívida explicação dos três dias de preparação final da manifestação.

De acordo com o seu depoimento, os “mais-velhos” (líderes tradicionais e do Movimento) já anteviam mortes com a manifestação, por conta das medidas de prevenção das forças de defesa e segurança para impedir a sua realização.

Como medida de escape ao dispositivo de repressão, os manifestantes da linha da frente, calculados em mais de duzentos, iniciaram a concentração a 25 de Janeiro, na margem do Rio Kandanje, na proximidade do Bairro Elevação.

“Nós tínhamos a nossa base [tradicional] junto ao rio e iniciámos a preparação com as forças da tradição”, conta Samussuia.

A preparação incluía banhos rituais, “com preparação botânica” e jejum durante três dias. “Quem não cumpre com as *txijilas* morre.”

Sob comando directo de Henriques, referido como o capitão, o camponês explica que os presentes aguardaram. Ao terceiro dia, à noite, os manifestantes devidamente banhados concentraram-se, então, nas traseiras do Complexo Escolar Dr. António Agostinho Neto.

Sobre o ritual realizado uma hora antes do início da marcha, Samussuia esclarece que as fitas vermelhas, distribuídas a manifestantes seleccionados, “eram senhas de bravura, de motivação para o não recuo”.

E acrescenta: “O pó branco colocado na mão e na testa do escolhido é que é o *mucundo*. Trata-se da blindagem do indivíduo para a protecção contra as balas. O outro pó branco, a *pemba*, era para o avanço destemido diante do fogo.”

Só os manifestantes que participaram dos banhos tiveram direito a receber a *pemba*. Ambos, *pemba* e *mucundo*, são preparados a partir de raízes extraídas à beira dos rios locais, conforme explica Samussuia.

Sobre a presença das mulheres para animar os manifestantes com danças, Samussuia apresenta uma versão fantástica: “Aquelas não eram mulheres do povo. São mulheres da tradição, vestidas de *mulambas*. Alguns, com o espírito da tradição, viam-nas a dançar. Os inocentes não se apercebiam da presença dessas mulheres da tradição.”

Acredita também que, no primeiro confronto com a 8.^a Unidade da PIR, a magia venceu: “Duas viaturas da PIR vieram bloquear a

nossa marcha. Com a magia, conseguimos imobilizar uma das viaturas e, com aquela força toda, os homens da PIR tiveram de recuar para a unidade dos bombeiros, junto à pista de aviação.”

“Nós formámos os manifestantes em quatro colunas. No cruzamento da EPF [Esquadra da Polícia Fiscal], junto ao seu quintal, outro grupo juntou-se a nós e prosseguimos a marcha.”

Descreve, com orgulho, como o seu grupo também “rompeu” a barreira no Boss Kim.

Com a primeira coluna, atingiu a área do Jango. Afirma que, à excepção de Borges Mauanda, as mortes directas durante o acto de manifestação ocorreram junto a esse ponto de referência. “Na fuga, saltei quatro cadáveres”, revela o camponês. “Com mais vinte manifestantes, manobrámos até às ravinas”, conclui.

António Samussuia atribui a tragédia à falta de magia mais poderosa para o sucesso: “Com a potência ‘botânica’ que o Samuquinji acrescentaria, nós teríamos garantido a vitória. Mas ele traiu-nos e foi vender a nossa estratégia ao outro lado.”

3. “A nossa intenção era matar um deles lá dentro.”

Adolfo Xamutela, 45 anos, natural do município de Caungula, camponês, residente no bairro da Elevação.

Tendo aderido ao Movimento, cujo comando atribui aos *mwana nganas* [sobas], Xamutela explica que os membros têm de obedecer às ordens sem as questionar: “É a lei.”

Fala sobre os preparativos com rituais mágicos, iniciados a 25 de Janeiro, na margem do Rio Kandanje. “Tínhamos de cumprir. Éramos mais de duzentos acampados. Alguns entravam e saíam. Nem todos permaneceram na concentração até ao dia 29.”

Sobre as *txijilas*, refere que muitos não as seguiam à risca. A proibição absoluta, que ninguém deveria violar sob qualquer circunstância, afirma, era “a abstinência sexual”.

Confirma o confronto com a força de dispersão da 8.^a Unidade da PIR antes das 5h00 da manhã, quando marchavam em direcção à EPF, 11 metros antes de chegarem à referida unidade.

Xamutela tenta justificar o ataque ao inspector-chefe 23 como uma retaliação pela morte de Borges Mauanda. (Até ao dia 27 de Junho, quando conversámos por via telefónica, o camponês dava o inspector-chefe 23 como morto.)

Prossegue, indicando o local, confirmado nas várias reconstituições, onde o primeiro manifestante foi morto, na esquina da EPF, a poucos passos da guarita.

Explica que o seu colega João Fernando feriu o seu próprio companheiro, Julinho Julião, ao tentar assestar a catana na cabeça do chefe de missão da PIR: “Atingiu a mão esquerda do Julinho, que estava atrás de si.”

“A partir daí, o João [Fernando], pegou na arma da PIR e levou consigo”, conta.

Justifica, então, “a frustração causada pela morte de Borges [Mauanda]” e o acto consequente. “A partir daí, tentámos arrancar o portão da esquadra. Queríamos invadir a esquadra. Houve disparos para o ar e atiraram muito tóxico [gás lacrimogéneo] contra nós. Se eles [pólicas] não tivessem tanto tóxico, nós teríamos tomado a esquadra.”

Segundo o seu depoimento, o recuo e a desistência do grupo de choque, composto por cerca de cinquenta homens, de invadir a esquadra deveu-se ao efeito do gás lacrimogéneo lançado contra os manifestantes. “A nossa intenção era matar um deles [agente policial] lá dentro”, afirma sem rodeios.

Xamutela diz ter testemunhado a passagem da arma de João Fernando para o Mamboji [Mutunda Catxambi], quando quatro agentes da PGF, apoiados por duas motorizadas (de quatro rodas), inicialmente, tentaram impedir o avanço dos manifestantes junto à seita religiosa Vem Ver. A marcha já tinha avançado mais de 700 metros a partir da Esquadra da Polícia Fiscal.

Os motoqueiros bateram em retirada e juntaram-se à barreira no Boss Kim.

“Rompida” essa barreira, descreve Xamutela, o grupo de choque dividiu-se em dois. “Eu fui com o grupo que atacou o tenente-coronel. Ele vinha para pacificar-nos, com as mãos ao ar para nos acalmar. Atingimo-lo primeiro com uma pedra de fisga e ele caiu. Com a fúria das mortes no Jango, atacámos o tenente-coronel e capturámos a sua pistola”, justifica.

De acordo com várias reconstituições e através do cruzamento de informação dos próprios manifestantes, conclui-se que as mortes no Jango tiveram lugar depois do ataque ao comandante militar.

“Quando vimos o tenente-coronel caído, pensámos que ele tivesse morrido e o abandonámos. Pusemo-nos a correr. Houve algo da tradição que nos protegeu na fuga”, acredita o camponês.

Xamutela mostra alívio por terem escapado ilesos todos os membros do seu grupo que participaram do ataque ao tenente-coronel. Entre eles encontravam-se Carlitos Sacufa Cajiji e Moisés Catxambi, cujos depoimentos, mais resumidos, abaixo se descrevem.

4. “Quem morreu, morreu. A luta continua.”

Carlitos Sacufa Cajiji, 54 anos, natural do município do Cuilo, residente no bairro da Pracinha.

Após a morte de Borges Mauanda, alguns manifestantes ponderaram abortar a marcha. Cajiji foi um dos que se opuseram. “Cumprir ser-

viço militar na 43.^a Brigada de Infantaria das FAPLA. Não devíamos temer. Quando um soldado cai, os outros continuam a lutar”, certifica.

“Recebemos orientação dos nossos chefes segundo a qual quem morreu, morreu, como na guerra. E era preciso avançar, avançar mesmo contra os disparos.”

Cajiji insiste que a violência partiu das autoridades e que os manifestantes apenas reagiram. “Já havia premeditação por parte da autoridade do Estado para a violência contra nós. Apenas respondemos.”

Segundo Cajiji, uma vez chegados à zona do Jango, tanto o grupo de choque como os restantes manifestantes ali chegados procuraram dividir-se em vários grupos para, desse modo, marcharem pelas quatro últimas ruas e travessas, entre a Rua do Boss Kim e a Rua do Hospital Regional de Cafunfo.

5. “É uma pura mentira.”

Moisés Catxambi, 64 anos, natural do município de Caungula, camponês, residente no bairro da Elevação.

“Vi o PGF a fazer o ritual. Primeiro, acertou um tiro no Mamboji [Mutunda Catxambi], a seguir disparou contra o Zango [Emanuel Zango José Zeca], que empunhava a bandeira, na rua dos comandantes”, explica.

Moisés Catxambi nega que, entre os manifestantes, houvesse alguém com um recipiente de combustível para atear fogo a uma casa da rua dos comandantes ou com outro objectivo: “É pura mentira.”

“Em todas as manifestações, levamos sempre esses instrumentos, como canjavite, poku ya muela, físgas. Um de nós vai à frente com uma pedra forrada na mão. É uma orientação dos mwana nganas. Podemos usar esses instrumentos para nossa defesa, em caso de violência”, descreve.

Segundo este depoimento, “o objectivo principal dos camponeses que se juntaram ao Movimento é a reclamação dos seus direitos”. Sobre as reivindicações do referido Movimento pela autonomia ou independência, diz: “Os mwana nganas explicam-nos que, com a independência, não haverá mais sofrimento na nossa parte.”

“Tudo é possível. Podemos ganhar essa independência”, sonha Catxambi.

O camponês confirma que todos os membros do seu grupo são ex-militantes do Partido de Renovação Social (PRS), que, com o seu ocaso na região das Lundas, criou um vazio político no seio da população que não se revê nem no partido no poder, o MPLA, nem no maior partido da oposição, a UNITA.

“A maioria dos membros do Movimento pertenceu ao PRS. Eles venderam o nosso voto ao MPLA. Eis a razão da nossa saída.”

Catxambi confirma, em nome do seu grupo, que todos os meses religiosamente contribuem cada um com 1000 kwanzas mensais, destinados aos cofres do MPPLT – Movimento do Protectorado Português Lunda-Tchokwe.

6. “Tenho nove filhos que choram por matabicho.”

António Paulo, 47 anos, natural do município de Caungula, camponês, residente no bairro da Elevação.

“Tenho nove filhos que choram por mata-bicho [pequeno-almoço] todos os dias. Juntei-me à marcha para exprimir o nosso sofrimento. Aqui [em Cafunfo] não temos água, luz ou empregos. As nossas riquezas em diamantes são para benefício dos outros apenas”, desabafa o camponês.

A seguir, afirma ser um seguidor fiel e obediente às normas do Movimento. Encontrava-se, há dias, na lavra, quando soube da marcha e regressou a casa para tomar parte nas movimentações.

Refere ter evitado qualquer “preparação botânica”, por fé própria. Afirma ter saído de casa às 4h30, no bairro da Elevação, caminhando sozinho para o ponto de concentração, junto à Escola n.º 111.

“Fiz parte da primeira linha da marcha. Levámos algumas armas tradicionais, como o poku ya muela e canjavites, que, com uma boa “preparação botânica”, pode causar dano nas tropas. Não levámos AKs nem barras de mina”, especifica.

7. Os diamantes da pobreza

Castro Carlitos, 23 anos, natural de Cafunfo

“Por volta das 5h00, juntei-me à manifestação junto à escola [Dr. António Agostinho Neto]. Eu estava no meio do grupo. Não vi o que se passou na Polícia Fiscal. Só quando chegámos ao Boss Kim é que fomos confrontados com um tiroteio de verdade. Mais à frente, na área do Jango, vi dois mais velhos da Elevação a serem atingidos, um com um tiro na mão esquerda e outro na perna.”

E prossegue: “Angola é una e indivisível. Não acredito na autonomia das Lundas.”

“Participei motivado pelos problemas sociais que enfrentamos aqui, como o desemprego, a falta de água e luz, escolas e saúde pública, quando sabemos que esta terra produz muita riqueza, em diamantes.”

8. O crente de fita vermelha

João António, 38 anos, natural do município de Caungula, camponês, residente no bairro da Elevação.

Este camponês conta ter pernoitado nas traseiras da Escola n.º 111, onde mulheres dançaram a noite toda.

Durante o ritual, já de madrugada, “meti a fita vermelha, sem saber o seu significado. Sou crente da IMA e, por isso, não misturo a religião com as coisas da tradição”.

Explica ter chegado à Igreja Cambembe, situada cerca de 300 metros antes da já conhecida barreira do Boss Kim, e o que lá aconteceu: “Aqui encontrámos duas motas [de quatro rodas] da PGF, que começou com disparos para nos dispersar. Desafiámos os tiros. Pegávamos em areia e atirávamos para o ar, porque lutamos pela nossa terra.”

No entanto, o manifestante afirma ter desistido de continuar na marcha, tão logo os agentes da PGF recuaram e se reagruparam junto às antigas instalações do Boss Kim.

“Passei oito dias escondido na minha lavra. Quando a situação acalmou, regressei a casa”, conclui.

9. “Não façam isso.”

Nelito Paulo Natxiqueia, 30 anos, natural de Cafunfo.

“Antes da manifestação, o Movimento endereçou uma carta à Presidência, que autorizou a sua realização. Quem nos deu essa informação foi o Fernando Muaco [ideólogo do MPPLT em Cafunfo]”, afirma o jovem.

“Eu, o Pedrito Vença, o Osvaldo Camutele, o Joaquinito Muasanza e o Ngunga Manucho saímos de casa, no bairro Antena, por volta das 4h00. Fomos até à Igreja Evangélica dos Irmãos de Angola (IEIA), onde nos juntámos a um grupo de mais de 80 manifestantes. Dali fomos sair em frente à Escola Dr. Agostinho Neto, onde engrosámos o grupo que aí pernoitou. Iniciámos a marcha precisamente às 5h05. Vi a hora no meu telefone.”

“Continuámos a marcha. Ao passarmos pela Igreja, deparamos com duas motorizadas, de quatro rodas cada, levando agentes da PGF. Avançámos, eles manobraram e recuaram.”

E prossegue: “Junto à zona da ravina (junto das antigas instalações do Boss Kim), uma barreira mista de polícias, FAA e PGF, começou a disparar contra nós. Entoando cânticos, baixávamo-nos, atirávamos terra ao ar e demos corrida às tropas.”

Junto à casa do mais velho Cambando, as forças mataram um activista com um tiro na cabeça, praticamente à queima-roupa.”

“Eu gritava ‘não façam isso’. Aí, começámos a recuar. O grupo de avanço dos manifestantes capturou o tenente-coronel que estava ali a comandar as tropas. Ao recuar, ele caiu na vala, apanharam-no e desarmaram-no. A sua pistola foi jogada para ali perto.”

10. “Em Cafunfo, ter emprego é ter magia.”

Angelino Samutondo, 36 anos, natural do município do Cuan-go, residente no bairro Bala-Bala.

Samutondo passou a noite de 29 de Janeiro nas traseiras da Escola Dr. Agostinho Neto, como a maioria dos participantes da marcha. Esclarece, à partida, não ser membro do Movimento, e explica as suas motivações:

“Participei da manifestação por causa da minha frustração. Sou técnico médio de contabilidade e gestão, e não consigo emprego aqui em Cafunfo desde 2011. Aqui, ter emprego é o mesmo que ter magia”, reclama este cidadão.

“Chegámos à Polícia Fiscal a cantar em tchokwe: ‘Podem bater-nos, podem matar-nos, as riquezas são dos Tchokwe. Não vamos parar.’”

“Houve tiros, e um deles atingiu o Borges [Mauanda]. Levámos o seu corpo até à Esquadra da PF, apedrejando os agentes e militares que, entretanto, recuavam. Atiraram-nos gás lacrimogéneo”, prossegue.

Na opinião de Samutondo, muitos jovens em Cafunfo apoiam o MPPLT motivados pelo desemprego e pelas frustrações económico-

-sociais. “Aqui, nesta terra rica em diamantes, matabichar, almoçar e jantar é um milagre. É muita frustração”, desabafa.

Na mesma linha de argumentação, diz: “O alto nível de analfabetismo nessa zona contribui para a mobilização através de crenças em poderes mágicos.” E exemplifica com a roda de dança animada por mulheres, num dos espaços abertos onde os manifestantes pernoitaram: além das mulheres vestidas de panos e lenços, “havia quatro ou cinco vestidas com *mulambas*, peles de animais, que cobrem apenas os órgãos genitais e os seios”. “Animaram a roda de dança até às 4h00. Depois, fizemos a oração.”

Samutondo descreve ainda que, depois da oração cristã, os responsáveis da “botânica” começaram a distribuir as fitas vermelhas e o pó branco. Perguntavam a cada um qual era a sua motivação para participar na manifestação. Em função da resposta, colocavam nessa pessoa um pó na mão e na testa, e depois amarravam-lhe a fita na testa.

“Então, nessa altura, os líderes comunicaram-nos, via telefone, que o satélite já estava a filmar e que tínhamos de caminhar para a marcha. Acho que é o satélite da ‘botânica’”, ironiza.

O grupo avançado, da linha da frente, empunhava uns paus, fazia danças tradicionais e movimentava-se como se estivesse a fazer desdobramentos militares, à esquerda e à direita. Alguns paus tinham a forma de bengalas e eram as “armas de protecção”.

“Nós, que não tínhamos qualquer protecção botânica, estávamos muito atrás.”

E conclui: “Já vi manifestações em que a polícia disparava e atirava gás lacrimogéneo, e nada acontecia. Desta vez, deu tudo errado. Na última barreira, o fogo era tipo guerra. Descemos pelas ravinas, atravessámos o Rio Pic, passámos pelo bairro da Mwana Cafunfo e fomos até ao bairro Alberto, onde permanecemos escondidos até ao dia 5 de Maio.”

11. “Só vi quatro manifestantes com catanas.”

Oswaldo Camutele, nascido a 15 de Junho de 1994, em Cafunfo, filho de Horácio Pinto Francisco e de Domingas Chapala Camuteba; treinador do Futebol Clube Domanpi das Antenas, equipa do gira-bairro local.

O treinador de futebol saiu de casa às 4h30, conforme o seu depoimento, na companhia de Nelito Natxiqieia e outros. “Quando chegámos ao local da concentração, junto à escola, as fitas vermelhas já tinham sido distribuídas.”

De acordo com o seu depoimento, dadas as detenções ocorridas nos dias anteriores, “algumas pessoas decidiram levar as suas catanas para a manifestação”. E explica: “Só vi quatro manifestantes com catanas, já no meio da manifestação.”

Na segunda barreira policial, junto às antigas instalações do Boss Kim, “os manifestantes conseguiram dispersar mais de dez agentes da PGF [Polícia de Guarda Fronteira], fortemente armados”, explica.

“Encontrámos a terceira e última barreira, junto ao Jango, com a presença da PGF e das FAA. Foi nessa barreira que as forças de defesa e segurança atiraram a matar. A maioria dos manifestantes mortos caiu aqui, enquanto alguns sobreviveram até às ravinas”, relata Camutele.

“Eu tinha convidado o meu irmão menor, Henriques, para participar da manifestação. Ele recusou. Disse-me que não estava preparado. Foi a sorte dele”, reconhece.

12. Entre a religião e a magia

Baptista Manuel Mwatxambi, 48 anos, natural do município do Lubalo, residente no bairro Bala-Bala.

A 29 de Janeiro, um grupo de oito religiosos juntou-se à concentração que pernitoou na margem do Rio Kandanje, na zona baixa, a

cerca de dez minutos das traseiras da Escola n.º 111, onde a maioria dos manifestantes passou a noite.

“Como religiosos, pernoitámos a rezar e a entoar cânticos de louvor a Deus. Nós vimos os outros manifestantes a fazer rituais de magia. Somos todos do Movimento. O objectivo é comum e cada um mantém a sua crença”, afirma Mwatxambi.

O cidadão lembra a chamada telefónica feita por volta das 4h30, pela liderança do Movimento, a comunicar que o “satélite internacional já tinha começado a filmar o local de concentração e que o mundo acompanharia a marcha”.

“Chegámos até à barreira do Boss Kim. Como já havia tiros, eu e mais nove pessoas abandonámos a marcha, ilesos. Desde então, passámos a residir nas nossas lavras até à data presente”, relata.

Baptista Mwatxambi salienta que tem contribuído, por meio dos frutos do seu trabalho como carvoeiro, com 1000 a 1500 kwanzas mensais para os cofres do Movimento. Até Abril passado, nota, pagava contribuições semanais de 500 kwanzas ao financeiro do núcleo do Bala-Bala.

“Agora vou cuidar apenas dos meus filhos. Já não vou ao Movimento”, conclui.

13. Tentativa de invasão da Esquadra da Polícia Fiscal

Zeca Samuel, 54 anos, natural do município de Caungula, residente no bairro da Elevação.

Tendo pernoitado na margem do Rio Kandanje, na zona mais baixa do ponto de concentração, relata o que viu. À roda de um pau colocado para o efeito, “os escolhidos para o ritual dançavam antes de receberem a pamba na testa e, na mão direita, a *utata*”.

Argumenta que é difícil usar o *mucundo* tal como alguns dos seus colegas explicaram, porque serve de maldição contra os adversários. Garante ter sido apenas distribuída a *pamba* , como pó de protecção individual.

“Por volta das 4h30, os líderes apontaram para uma estrela no céu e disseram-nos que era o satélite, que já estava a filmar-nos e a transmitir para o mundo a nossa luta. Tínhamos de iniciar a marcha”, conta.

Desde a marcha, Zeca Samuel tem estado praticamente refugiado na sua lavra, por medo. Julga que o inspector-chefe 23 morreu no ataque perpetrado pelos seus colegas.

Relaciona a morte de Borges Mauanda com o ataque à Esquadra da Polícia Fiscal.

“Atacámos a esquadra por fúria. Gritávamos que, se matam um de nós, têm de matar os outros também. Tentámos forçar a abertura do portão da esquadra para entrarmos, mas os disparos do ‘tóxico’ [gás lacrimogéneo] fizeram-nos recuar”, declara.

De acordo com o testemunho do próprio, o grupo de Zeca Samuel juntou-se ao avançado já perto das antigas instalações do Boss Kim, onde deu por terminada a sua participação na marcha, por causa do tiroteio dos agentes da PGF que ali formaram uma barreira.

“Não posso especificar como fugi dali, mas um dia explico como as pessoas voam”, garante.

Alega ainda que a perda de vidas e os ferimentos de membros do Movimento se deveram a um acto de traição: “No dia 27 de Janeiro, depois de alguns rituais, o Samuquinji matou um porco para anular o efeito da nossa preparação mágica. Muitos colegas comeram porco, tendo violado a *txijila* ”, crê.

Desde há dois anos que Zeca Samuel paga mensalmente uma quota variável de 1000 a 2000 kwanzas.

“Disseram-nos que, com a manifestação, acabaríamos com o nosso sofrimento. Teríamos paz e alegria, mas saímos de lá só com tristezas”, remata. “Passei duas semanas escondido na lavra. Desde então, fui a Cafunfo por cinco dias. Agora vivo permanentemente na minha lavra.”

14. Fé na causa

Júlio Satxiamba, 47 anos, natural do município do Cuango, residente na vila de Cafunfo.

Por volta das 17h00 do dia 29 de Janeiro, Satxiamba juntou-se à concentração, na margem do Rio Kandanje, com mais quatro amigos.

“Apreciámos os rituais praticados em grupo antes do início da marcha. Eu, pela minha fé, não participei.”

Tendo passado pela EPF com a primeira coluna, também este cidadão detalha como quatro agentes da PGF que se faziam transportar em motas tentaram impedir a progressão da marcha, a cerca de 400 metros da barreira do Boss Kim, com disparos para o ar, sem causar vítimas. “Avançámos sem parar e eles recuaram para a barreira.”

De acordo com este depoimento, após desarticular a barreira do Boss Kim, o grupo avançado dividiu-se em dois na caminhada para o Jango. “Um grupo foi atacar o tenente-coronel e eu segui com o que foi directamente para o Jango, com o Mutunda à frente. Ele levava a arma da Polícia [Galil]”, explica.

“Eu vi o polícia a fazer o ritual, para desfazer a ‘botânica’ dos manifestantes, assim como testemunhei quando ele atingiu o Mutunda com dois tiros. Mesmo assim, corremos juntos em direcção aos bambus, mas ele caiu antes de lá chegar”, descreve Satxiamba.

Relata também que os manifestantes não se concentraram com armas, mas fizeram uso da Galil deixada cair pelo agente da PIR e da

AK capturada ao tenente-coronel. “Quando nos envolvemos na violência, já não houve tempo para pensarmos bem”, reconhece.

Saiu ileso do Jango e refere que, durante a sua fuga precipitada, apenas viu dois feridos, incluindo Mutunda Catxambi.

“Há três anos que contribuo mensalmente com 1000 kwanzas para as actividades do Movimento, do qual faço parte. Se a situação mudar, vamos parar a luta. Se não, preferimos morrer lutando do que com a fome e o sofrimento”, avisa.

15. “Cumprir a marcha até ao fim.”

Tony Camanda, 31 anos, natural de Cafunfo, residente no bairro da Antena.

“Recebi a comunicação sobre a manifestação pela independência das Lundas e juntei-me a ela por volta das 5h00. Não tive medo. Estava a marchar pela terra. Queria reclamar a devolução das nossas terras.”

Tony Camanda descreve a cena em que alguns participantes da linha da frente “apelaram ao fim da manifestação, quando receberam a notícia da morte do Borges [Mauanda]”.

“Os responsáveis da marcha diziam-nos ‘quem morreu, morreu’. O objectivo era cumprir a marcha até ao fim. Encorajavam-nos a continuar e a não olhar para trás, principalmente o Henriques”, explica.

Após terem ultrapassado a barreira no Boss Kim, Tony Camanda refere ter-se juntado ao grupo avançado, que teria entre 40 a 50 elementos, enquanto mais dezenas seguiam no segundo grupo: “Depois de termos rompido a barreira no Boss Kim, o tenente-coronel veio na nossa direcção, com as mãos ao ar, a implorar por calma. O nosso grupo dividiu-se em dois. Um foi atacar o tenente-coronel e eu prossegui com o outro.”

Chegados ao Jango, o jovem refere que o grupo tentou forçar passagem pela rua dos comandantes, para chegar ao hospital. “Não sabíamos que era a rua das casas dos comandantes. Essas casas foram deixadas pela Endiama”, desvaloriza.

“Vi um dos manifestantes [Mutunda Catxambi] de arma na mão, a comandar-nos para subirmos por essa rua dos dirigentes, mas não o vi a disparar, no meio da confusão”, acrescenta.

“Não conseguimos avançar. Ao fazermos o primeiro recuo, a polícia matou dois manifestantes. Os outros tentaram avançar mais uma vez, enquanto eu e mais nove manifestantes fugimos pelas ravinas junto ao Boss Kim. Escapámos ilesos.”

O jovem argumenta que a posse e exibição de armas por parte dos manifestantes – a Galil da PIR e a AK do tenente-coronel –, na rua dos comandantes, “era pacífica”.

“A intenção era devolvê-las ou deixá-las em algum lugar seguro, tão logo a situação acalmasse”, esclarece.

16. “Estamos proibidos de dar informações e nomes.”

Alberto Isaac Mateus, 25 anos, natural do município do Cuan-go, camponês, residente no bairro da Elevação.

O jovem menciona ter dormido em sua casa, ter-se juntado à marcha e ter participado no confronto com a força de dispersão da 8.^a UPIR, que se fazia transportar em duas viaturas.

“Quando chegámos frente à Esquadra da Polícia Fiscal, empurrámos o portão para entrarmos. Os tiros fizeram-nos recuar”, revela. Justifica esta tentativa com a morte de Borges Mauanda. “Eu vi quando ele caiu, a poucos passos da guarita da esquadra. Não vi quem disparou”, acrescenta.

Mateus afirma ter prosseguido com o grupo até à barreira no Boss Kim. “Com o tiroteio que houve nessa barreira, preferi, com mais alguns amigos, desistir da marcha. Descemos pela ravina e fugimos para as nossas lavras.”

Mostrando receio, o camponês explica a razão: “Estamos proibidos de dar informações e nomes pelos mais-velhos do Movimento. Há muitas famílias aqui nas lavras que nos controlam. Não podemos falar à vontade sobre o que se passou no dia 30 ou sobre o Movimento.”

“Vivo há cinco meses na lavra, desde o dia da manifestação. Estou com um grupo de sete amigos. Temos todos medo, da polícia e do Movimento. Não conseguimos estar com as nossas famílias”, lamenta.

O jovem diz acreditar na independência das Lundas: “Porque não temos nada a fazer ou a perder.” Por isso, contribui religiosamente com 1000 kwanzas mensais para os cofres do MPPLT. “Não recebo nada em troca. Acho certo”, finaliza.

XIV

Arbitrariedades pós-manifestação

1. O logístico dos garimpeiros

A 29 de Janeiro, Silva Cambanje, 59 anos, regressou a Cafunfo, proveniente do garimpo de diamantes na área do Tximbulage, na outra margem do Rio Cuango, no município de Xá-Muteba.

Conta ter regressado para comprar mantimentos em falta para a continuação da actividade de garimpo. Fazia parte de um grupo de dez garimpeiros, tendo os outros permanecido no local de trabalho.

Por volta das 9h00 do dia 30 de Janeiro, agentes da Polícia Nacional detiveram o referido cidadão à porta da sua casa, no bairro Independente. “Disseram-me apenas: “Tu és tchokwe, não te deixamos mais.””, conta.

Os agentes conduziram-no até junto da loja da UNITEL, “onde havia alguns corpos no chão”.

“Um dos agentes começou a espancar-me com o cano da pistola na cabeça e feriu-me. Um soldado das FAA impediu que o agente me continuasse a bater e a ameaçar-me de morte”, explica.

“Conduziram-me à esquadra, onde fui recebido à pancada, com o lado da catana nas costas. Surraram-me durante meia hora. Ficaram com os 40 mil kwanzas que eu tinha levado para comprar mantimentos.”

“Reconheci o oficial Kizua, que ordenava que me espancassem bem e dizia que eu era kimbandeiro.”

A 2 de Fevereiro, este garimpeiro foi transferido para o Dundo, onde esteve detido durante mais quatro dias. “Como eu sangrava muito, decidiram libertar-me” sob termo de identidade e residência.

Silva Cambanje tem de apresentar-se regularmente à polícia, queixa-se de dores causadas pela tortura e não compreende a suspeita que sobre si recai.

2. Espancamento e ameaças de fuzilamento contra camponês

Na tarde de 3 de Fevereiro, Cristóvão Nguza Mutunda, de 55 anos, regressava da lavra, nas cercanias do bairro Mwana Cafunfo. Uma patrulha mista, de três soldados das FAA e dois agentes da PGF, interpelou-o com pancadaria imediata, porque circulava com uma catana.

Segundo depoimentos recolhidos junto do camponês, um dos soldados, com a baioneta fixa no cano da arma, desferiu-lhe um golpe na testa. Continuando a violência, os efectivos militares e de guarda fronteira quebraram dois dedos da mão esquerda da vítima. Um dos elementos das autoridades pegou na catana e desferiu um golpe no pé direito de Cristóvão Mutunda, que apesar disso foi rápido a recolher o pé e ficou apenas com um arranhão.

Um agente da Polícia Nacional interveio contra a violência. Não sem antes proferirem ameaças de fuzilamento contra o camponês, acabaram por abandoná-lo estendido, a sangrar.

Cristóvão Mutunda garante que, no dia da manifestação, se encontrava a cuidar da sua lavra e nada tem a ver com o Movimento do Protectorado.

Para fazer valer os seus direitos, dirigiu-se à 2.^a Esquadra Policial de Cafunfo para, junto do Serviço Municipal de Investigação Criminal, apresentar queixa. Para seu espanto, ao indicar a sua naturalidade,

o município vizinho de Caungula, foi “corrido da esquadra como sendo do grupo de confusionistas”.

3. De catana na mão, leva tiro

Às 6h00 de 4 de Fevereiro, o garimpeiro Ramiro Alfredo, de 35 anos, saiu de casa, no bairro Ngulué, junto ao quartel da 75.^a Brigada de Infantaria Motorizada, para a labuta. Como é habitual, levava a sua catana à mão. Um dos soldados da brigada atingiu-o com um tiro no pé esquerdo, sem qualquer interpelação verbal.

Ramiro Alfredo garante não ter participado na manifestação e nunca ter feito parte do Movimento do Protectorado.

4. Dormia com diamantes na boca

Cassule da Costa relata que, no dia 7 de Fevereiro, agentes do SIC e da Polícia Nacional detiveram-no, pouco depois das 4h00, em casa.

“O meu filho Zacarias, de 28 anos, também foi detido, assim como o meu inquilino e mais três adolescentes que dormiam juntos”, conta.

“Fomos algemados, espancados e pisoteados na cabeça no acto de detenção. Na esquadra, levámos muita porrada, filmaram-nos e tiraram-nos fotos”, denuncia.

Revela, então, que o seu filho Zacarias tinha regressado do garimpo na noite anterior, com três diamantes pequenos [sengas]. “O meu filho dormiu com os diamantes na boca e, quando a polícia o encontrou a dormir, ele não teve tempo de escondê-los”, lamenta.

Afirma que os agentes justificaram as detenções como sendo uma operação contra membros do Movimento do Protectorado. “Depois de me acusarem verbalmente, libertaram-me e às crianças também, sem mais explicações. Ficaram com os diamantes do Zacarias, a quem

acusaram de ser informador do Movimento. O meu filho ficou muito maltratado”, denuncia o pai.

5. Morto com a cebola na mão

A 8 de Fevereiro, um militar da 75.^a Brigada das FAA, destacada em Cafunfo, matou Garcia João Zeca Mutxima, de 27 anos, natural do município de Caungula, com um tiro na cabeça.

O malogrado, conforme depoimentos recolhidos junto de testemunhas oculares e familiares, havia comprado uma cebola numa cantina, a 35 passos da sua residência, no bairro Valódia. Foi atingido no regresso, a 15 passos de casa, sem ter tido qualquer interacção com o militar.

A 3.^a Divisão de Infantaria da Região Militar Leste reconheceu que Mutxima foi “vítima de disparos produzidos na via pública, em Cafunfo, pelo militar identificado no processo-crime em posse do SIC/Cafunfo”.

Com efeito, procedeu, a 11 de Fevereiro, à entrega de uma urna, no valor de 180 mil kwanzas, à família, e mais 220 mil kwanzas “destinados a outras despesas”. Assinou o acto de entrega o tenente-coronel Agostinho Máquina.

6. Quando os passageiros disparam

Por volta das 18h00, ao abrir a porta do seu quintal, Lino António Fernandes, de 27 anos, natural do município do Lubalo, viu dois militares passageiros em dois mototáxis. As motorizadas iam na sua direcção, “e um dos militares começou a fazer disparos com AK, para atingir as pessoas, tipo nos filmes. Apanhei um tiro no pé direito”, denuncia o jovem.

XV

O poder da magia

Os relatos sobre o uso de rituais de magia, na preparação e durante os acontecimentos de 30 Janeiro, são reveladores de uma prática de mobilização e controlo de massas, de incitação à violência e de tomada de poder político através de uma justificação tradicional.

Sobre a magia e o oculto, particularmente em África, há uma grande controvérsia nos debates académicos, que oscilam entre as visões conceptualmente eurocêntricas, a sua existência real ou imaginária, e as manipulações dos seus protagonistas no contexto da modernidade em África.

Mwana ngana Txinjanga diferencia a magia do feitiço. Atribui, à primeira, propriedades benévolas de protecção individual, desde que não envolva sangue, e ao segundo, o poder de matar.

Moore e Sanders argumentam que as práticas do oculto e da magia “não representam um retorno a práticas ‘tradicionais’ nem são um sinal de atraso ou de falta de progresso”. Para ambos, trata-se de manifestações modernas de incertezas, inquietações morais e recompensas desiguais⁷⁷.

A ausência de autoridade política e de responsabilidade social do Estado em Cafunfo, mais do que em qualquer outra região, franqueia as portas para que essas incertezas e inquietações morais – causadas

por esta mesma ausência – dêem lugar à radicalização das massas, que vêem no oculto um elemento congregador e unitário. A invisibilidade que a magia oferece, imaginária ou não, é usada como um elemento moderno de formação de células de clandestinidade, suportado pela estruturação de um sistema securitário.

De forma resumida, o relatório cita Alberto Isaac Mateus, que, desde os acontecimentos de 30 de Janeiro, vive na mata com vários companheiros, sendo submetidos a um sistema de vigia e censura permanentes, conforme testemunho do próprio, que aqui voltamos a citar: “Estamos proibidos de dar informações e nomes pelos mais-velhos do Movimento. Há muitas famílias aqui nas lavras que nos controlam. Não podemos falar à vontade sobre o que se passou no dia 30 ou sobre o Movimento.”

O presente relatório não é um estudo etnográfico sobre o uso de rituais de magia em Cafunfo enquanto evidência de uma ideologia de resistência à autoridade do Estado. A incursão na literatura académica sobre o assunto visa apenas contextualizar tal prática, não como um caso isolado, mas como um acessório instrumental no confronto moderno do poder estabelecido.

Uma melhor ilustração da paridade e do uso conveniente da tradição e da modernidade globalizada é a imagem do satélite. A ordem final para a marcha, depois da administração da *pemba*, da distribuição das fitas vermelhas e da oração cristã, é a comunicação, por via telefónica, do chefe ora invisível, a anunciar que o “satélite” já estava a filmar e o mundo a acompanhar. Trata-se da apropriação da imagem de um elemento tecnológico moderno para a articulação de um discurso que, diante da violência, cria a ilusão de um mundo a acompanhar em directo a marcha do MPPLT e ciosa da protecção dos direitos humanos. É a magia da comunicação! Para alguns camponeses, esse satélite significa o poder ulterior da “botânica” dos chefes do Movimento.

Resumimos assim o conceito de magia ou oculto, e somente com vista ao seu enquadramento neste relatório, como a crença e manipulação de poderes sobrenaturais que apela a “forças invisíveis para influenciar eventos”⁷⁸.

“As actividades mágicas são uma forma de ganhar alívio e convicção, talvez para assegurar que todos os possíveis tenham sido feitos para ter controlo, obter sucesso e minimizar riscos”, argumenta Moro.⁷⁹

Recordamos a descrição de António Samussuia sobre o acampamento de mais de 200 manifestantes durante três dias, na margem do Rio Kandanje, para um ritual de banhos com poção mágica. Esse ritual foi acompanhado de jejum pelo mesmo período e a observância de *txijila*, os mandamentos de proibição, como parte dos preparativos para a manifestação. Os rituais estenderam-se pela noite de 29 de Janeiro e a madrugada do dia seguinte, incluindo a passagem de *pemba* aos membros da “linha da frente”. Durkheim sugere que a crença é mais fundamental do que a razão “porque acima de tudo é um ímpeto para a acção”.⁸⁰

Por conta dessa “alegada” blindagem providenciada pelos rituais mágicos, os participantes sentiam-se com extraordinários poderes para confrontar, com violência, as forças de defesa e segurança.

Alguns participantes citam a magia como fonte de empoderamento para a sua defesa contra a repressão policial. Também a mencionam como um instrumento para a agressão contra a polícia e para a vitória. Há ainda o argumento de que os seus propósitos fracassaram por conta da suposta traição de um poderoso curandeiro. Em momento algum os testemunhos recolhidos revelam a noção de que o empoderamento

⁷⁸ Ler mais em Jolly et. Al (s/d).

⁷⁹ Moro (2017).

⁸⁰ Durkheim (1965:479).

mágico não justifica, do ponto de vista legal, quaisquer acções violentas, quer da parte dos manifestantes quer da parte das forças de defesa e segurança.

O discurso político, então, tem de responder a questões sobre consequências jurídicas e sociais, enquanto o oculto providencia respostas sobrenaturais. É nesse ponto que reside o valor da crença no oculto: retira o sentido de razão às massas e dota-as de uma coragem irracional para o confronto da autoridade do Estado, em defesa de uma causa que mal compreendem.

O Movimento do Protectorado Português Lunda-Tchokwe reivindica a independência de praticamente metade do território angolano. Trata-se de um total de 603 468 mil km², dos 1,2 milhões de km² do território angolano, englobando as províncias do Kuando-Kubango, Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico.

As implicações políticas da magia na configuração de sentimentos de poder e impotência são tratadas por Geschiere⁸¹, para quem o oculto ou a magia “oferece meios obscuros para a obtenção de poder, mas ao mesmo tempo reflecte sobre um grande sentimento de impotência. Serve especialmente para esconder as fontes de poder”.⁸²

Com estes rituais, os chefes do MPPLT consolidaram o seu poder junto das massas, em Cafunfo, sujeitadas a um sistema rigoroso de quotização monetária para o seu próprio sustento. Por sua vez, a impotência das massas perante a autoridade e/ou a ausência do Estado conduziu-as à submissão a uma nova autoridade que, com a promessa de terra e independência, as manipula e controla, explorando o medo do oculto. Por sua vez, esse medo passa a ser indistinto da coerção física contra aqueles que ousam questionar as ordens das chefias do

⁸¹ Geschiere (1997:8-9)

⁸² Ibid.

Movimento. Testemunhámos isso com as graves ameaças sofridas por alguns dos voluntários a quem demos voz, como Nelito Natxiqueia. Até o seu pai foi ameaçado sobre as consequências, quer ocultas quer de violência directa, caso Nelito Natxiqueia continuasse a prestar depoimento sobre os acontecimentos de 30 de Janeiro.

A determinada altura, o secretário-geral do MPPLT, Fernando Muaco, passou a gerir, em Cafunfo, uma extraordinária rede de informadores, de intrigas, desinformação e calúnias, com suporte das redes sociais, políticos da oposição e activistas sociais, para impedir a todo o custo a continuidade desta investigação.

Em circunstância alguma as comunidades locais encontram alívio ou esperança no MPPLT, como um eventual interlocutor na abordagem dos seus problemas socioeconómicos quotidianos junto da autoridade do Estado. Em última instância, as massas arregimentadas perdem duplamente: primeiro, como comunidades excluídas dos benefícios da autoridade do Estado; segundo, ao serem usadas como arma de arremesso contra essa mesma autoridade e como contribuintes financeiros do Movimento.

Como explicado no capítulo IV, uma tal reivindicação é insustentável na argumentação político-jurídica do MPPLT. Ademais, o Movimento, nas manifestações que tem organizado ao longo dos anos, simplesmente ignora as reivindicações elementares da população sobre a falta de empregos, o estado das estradas, a questão das ravinas, etc.

Na falta de um discurso político sustentável e convincente para mobilizar as populações locais, o MPPLT tem-se socorrido de algumas autoridades tradicionais para conferirem uma aura de legitimidade ancestral à sua luta.

Assim, sob supervisão do regedor MwaCapenda Camulemba, detido à data de publicação deste relatório, os rituais de magia ocuparam um lugar instrumental na mobilização de massas, sobretudo de

camponeses, como um comando do poder tradicional contra a ordem político-constitucional. Com esse poder, MwaCapenda Camulemba passou a ser reverenciado, no seio da hierarquia do Movimento, como o “primeiro-ministro”.

Como antecâmara para o uso extraordinário do poder tradicional do oculto na ocupação do espaço político em Cafunfo, basta analisar o papel de MwaCapenda Camulemba na campanha de recolha de feitiço por este chefiada em 2016, e sobre a qual reportámos.⁸³

“Centenas de pessoas acorreram às ruas, em ajuntamentos, para testemunharem a comitiva de cerca de dez quimbandeiros, acompanhados de um operador de vídeo, um fotógrafo e outros ajudantes, que adentravam pelas residências dos suspeitos de feitiçaria. Parecia um circo, animado pela nudez de alguns quimbandas, pelos rituais e por cenas de pancadaria contra os supostos feiticeiros, que a seguir eram exibidos nus e postos assim a circular pelas artérias de Cafunfo, montados em motorizadas.”⁸⁴

Todos os sobas acusados de feitiçaria pertenciam ao MPLA, o partido no poder. Essa campanha, aos olhos das comunidades locais, constituiu um duro golpe à legitimidade e autoridade dos sobas conotados com o MPLA, e que foram exibidos nus e sujeitos a actos públicos de violência.⁸⁵ A campanha também serviu como pretexto para uma manifestação “espontânea” antigovernamental, a primeira em três anos. A anterior, de 15 de Junho de 2013, juntou mais de 15 mil cidadãos, e as FAA tiveram de intervir para reprimi-la.

“As pessoas aproveitaram que seguiam os quimbandas [durante a campanha] para fazer manifestação. Aquilo era manifestação”, denunciou, na altura, o soba Alfredo Funete.⁸⁶

⁸³ Marques (2016).

⁸⁴ Ibid.

⁸⁵ Ibid.

⁸⁶ Ibid.

MwaCapenda Camulemba vangloriava-se de, pessoalmente, ter assistido à retirada “do feitiço na casa do soba Muhoxi, do soba Malanje e de um pastor da Igreja Protestante, o soba Mwana Kiese. Os feitiços deles estão aqui comigo, eram para matar pessoas e são todas do MPLA”.⁸⁷

Com o discurso público da luta contra a feitiçaria, recorrendo ao soba Samalata, conhecido como o “general dos feiteceiros”, o regedor preparou terreno para um triunfo político diante das massas. Reiterou que os sobas visados “são todos do comité do MPLA. É no comité que estão a maioria dos feiteceiros, por isso o MPLA está a protestar e o seu administrador mandou suspender a campanha”.

Mais de cem jovens ameaçaram realizar manifestações de protesto, caso o administrador do Cuango mantivesse a suspensão definitiva da campanha contra o feitiço. Argumentavam, na sua petição, que “neste município [Cuango] o feitiço mata mais que uma arma de fogo”.⁸⁸

Em termos comparativos, sobre o uso da magia em processos de resistência e violência política, destaca-se a descrição de Green sobre como, nos anos 40 e 50, o Movimento de resistência queniano Mau Mau se preocupava mais “com as formas práticas e pragmáticas de poder”, no seu recurso à magia, do que com o seu simbolismo. Cita os rituais de juramento, “pela terra e liberdade”, como elaborados para a criação da unidade e como pré-requisito para os actos de resistência ao colonialismo britânico, entre os Gikuyu que mobilizava.⁸⁹

Já Schubert, no seu estudo sobre a guerrilha de Museveni no Uganda, nos anos 80, descreve o uso da magia à prova de balas pelos camponeses que se juntavam à luta como meio de superar ou reprimir os seus medos de morrerem ou serem feridos” em combate⁹⁰.

⁸⁷ Ibid.

⁸⁸ Ibid.

⁸⁹ Green (1990:76).

⁹⁰ Schubert (2006:108)

A estratégia adoptada por MwaCapenda Camulemba, de punir alegados feiticeiros para perseguir uma agenda política de vingança relembra um conhecido episódio da guerra civil. Em 1983, o então líder da UNITA, Jonas Savimbi, iniciou uma campanha de terror por suspeitar de oposição interna no seu quartel-general da Jamba. Assim, ordenou que se queimassem na fogueira mulheres vivas acusadas de feitiçaria.⁹¹ Além da função instrumental do terror, Heywood dá o exemplo da queima das “bruxas” para argumentar que “a decisão, por parte de Savimbi, de incorporar crenças e rituais do passado Ovimbundu contribuiu para legitimar o seu papel como um dos arquitectos do nacionalismo moderno angolano”.⁹² Um outro elemento não menos importante na problematização do uso do oculto é a crença individual de quem se acha dotado de poderes sobrenaturais de protecção. Temos, assim, o exemplo dos voadores, como Cauinuine Mwatxilungo e Kavula Manuel, detentores, nas suas próprias palavras, de magias individuais que lhes conferem o poder de voar face ao perigo: “Quando os tiros intensificaram junto ao Boss Kim, os que tinham a boa preparação ‘botânica’ começaram a voar e a desaparecer diante dos polícias. Eu tinha a minha própria ‘botânica’ e nada me aconteceu. Também voci.”

Por sua vez, Cauinuine Mwatxilungo orgulha-se de ter também a sua própria “preparação botânica” e de ter dispensado o ritual colectivo. Numa vívida descrição do sucedido, afirma como conseguiu, com a sua pomba mágica (*liembe*), salvar dois colegas. “Com o *liembe* consegui socorrer os dois vizinhos que me ladeavam. Voámos os três, mas, por causa do excesso de peso, não conseguimos ir muito longe. Voámos até ao Rio Nossa [a pouco mais de 2 km].”

⁹¹ Chiwale (2008:270); Malaquias (2019).

⁹² Heywood (1998:166).

Em *Kupilikula*, West retrata, na região de Mueda, em Moçambique, a crença sobre feiticeiros que fabricam helicópteros, voam e realizam ataques contra as suas vítimas. Do lado oposto, cita os curandeiros que fabricam minas aéreas para destruir essas tecnologias do mundo oculto, que o comum dos cidadãos não tem capacidade de ver.⁹³

Revisita, nessa mesma região, os conflitos da Frelimo, na guerrilha dos anos 70, contra os *vamitela*, que distribuíam substâncias mágicas às populações locais para torná-las invulneráveis às armas de fogo.⁹⁴

Para além da sua habilidade de voador, Mwatxilungo demonstra como a crença no sobrenatural assenta numa explicação que exclui a racionalidade das consequências de tal acto. Lévi-Strauss elabora a forma como a magia procura significados e respostas, encaixando juntos eventos e experiências, que dispõe e reorganiza de forma determinista.⁹⁵

António Samussuia atribui a tragédia da marcha, à partida, à falta de magia mais poderosa para o sucesso. “Com a potência ‘botânica’ que o Samuquinji acrescentaria, nós teríamos garantido a vitória. Mas ele traiu-nos e foi vender a nossa estratégia ao outro lado”, acredita.

Já Mwatxilungo transfere a responsabilidade para o agente policial que também se tinha investido de poderes mágicos e “destruiu” a “botânica” do Movimento. “Havia um polícia que tinha a sua magia. Ele fez o ritual de atirar a arma ao chão, saltou-a de um lado para o outro, cuspiu no cano e passou entre as pernas. Conseguiu desfazer a nossa ‘botânica’.”

Com esta descrição, pondera-se sobre o agente das forças de defesa e segurança que, com a quebra da cadeia de comando, recorre aos seus tempos de guerra, executa o seu próprio ritual de magia, mas usa a sua experiência de combate para atingir os seus alvos.

⁹³ West (2006:85-6).

⁹⁴ Ibid. (233).

⁹⁵ Lévi-Strauss (1972:22).

Mwana ngana Txinjanga recorda-se também do seu tempo de guerra, enquanto comandante da 1.^a Companhia da 95.^a Brigada, que operou na zona Leste do país. “Mesmo na tropa, fazíamos o *txizau* [rituais de banhos] e com várias *txijilas*, como não comer carne de porco, fazer abstinência sexual ou não tirar, sem permissão, algo que pertença à população. Quem desobedecesse, era o primeiro a morrer”, recorda. “No Movimento do Protectorado Português Lunda-Tchokwe também é assim. Na altura em que eu era membro, realizámos quatro ou cinco manifestações com muitas *txijilas*. O cumprimento era rigoroso e não houve mortes.”

O que os sistemas de crenças religiosas e científicas constroem, nos processos de estabelecimento, reconfiguração, consolidação ou contestação de determinada ordem social, é a arquitectura da classificação que, para Durkheim-Mauss (1969:8), implica uma ordem hierárquica. O controlo dessa hierarquia é o que determina o curso dos eventos, o domínio da realidade, a relevância das acções e a aparência da racionalidade.

XVI

As responsabilidades estruturais do governo e do MPLA

Uma análise sobre a situação das Lundas fica incompleta sem uma referência às responsabilidades do governo. Na realidade, está em causa a responsabilidade do MPLA em todo o processo histórico, uma vez que, desde a independência, em 1975, é o único partido que detém o poder em Angola. Essas responsabilidades pautam-se, essencialmente, pelas omissões. Enumeramos três.

A omissão da história

A política do MPLA pautou-se, durante muitos anos, por um a-historicismo perturbante. O conceito essencial do partido que orientou a política governamental foi o de ignorar ou manipular a história de Angola. A recriação e o controlo de narrativas históricas em muito contribuíram para que o MPLA detivesse absoluto domínio sobre a consciência nacional.

O tratamento pobre da história de Angola é uma das características dominantes da política intelectual do MPLA. Como bem nota a historiadora Maria da Conceição Neto, temos de “reconhecer o óbvio: [há uma] ausência de sínteses da história de Angola (exceptuando sínteses parcelares, como as que Jill Dias ([sobre o período de] 1825-1890) e Aida Freudenthal ([sobre o período de] 1890-1930) redigi-

ram há 20 anos para a *Nova História da Expansão Portuguesa*).⁹⁶ A estas referências adicionaríamos a obra de Douglas Wheeler e René Pélissier, assim como a de David Birmingham que, embora curtas, são boas aproximações à história de Angola.

Finalmente, tivemos recentemente o trabalho do luso-angolano Alberto Oliveira Pinto, que se vai tornando uma espécie de livro único da história de Angola. Mas, como afirma Neto, “são os graves desequilíbrios no tratamento dado a diferentes períodos, regiões e temas que impedem esta obra de ser ‘abrangente’ ou ‘exaustiva’ (...), ou de ser apresentada como uma súpula da investigação contemporânea sobre história de Angola”.⁹⁷

Existiu por parte das autoridades políticas uma fuga à história, que foi substituída pela propaganda e pelas narrativas determinísticas do marxismo-leninismo. Mais tarde, essa fuga foi propulsionada pela incúria e incapacidade de conhecer o seu próprio povo, na sua diversidade, para o servir. O objectivo central das políticas de Estado não era o desenvolvimento humano e o bem-estar das populações em geral, mas a pilhagem do país para a criação de uma casta neocolonial.

Ultimamente, nota-se maior produção intelectual de estudos e actas de Congressos mais detalhados e com novo vigor de aprendizagem sobre a história. Todavia, esse esforço pouco se tem repercutido nas mentalidades políticas e partidárias. Este a-historicismo é uma das causas da confusão de reinos, tradições e culturas que prepondera nas Lundas e que tivemos oportunidade de verificar. Por exemplo, Cafunfo nunca foi um reino nem um potentado, mas tem uma rainha oficialmente reconhecida pelas autoridades do Estado. Havia, sim, uma importante tributária, Mwene Cafunfo, que na realidade actual corresponde ao título de soba principal.

⁹⁶ Neto (2019:182).

⁹⁷ Ibid.

A omissão da atenção

A segunda omissão refere-se ao desprezo e desatenção que o governo dedicou desde sempre às Lundas. Não rompeu com uma certa prática colonial, que via as Lundas como terra de diamantes e praticamente as entregou ao domínio majestático da Diamang e suas associadas. Com a independência, o governo e o partido que o suporta seguiu a mesma política.

Na época colonial, as companhias que dominaram as Lundas representaram o chamado imperialismo barato. Beatriz Serrazina explica como:

“(...) a concessão de poderes soberanos a empresas de capitais privados permitia às nações europeias evitar consideráveis despesas na administração dos seus territórios além-mar e delegar o ‘trabalho sujo’ – conquista territorial e contenção de avanços por parte de outras potências coloniais, sujeição das populações, construção de infra-estruturas básicas – a entidades menos sujeitas à opinião pública “doméstica” que recaía sobre as instituições do Estado.”⁹⁸

Este modelo passou para a Angola independente: as companhias foram outras, mas os processos mantiveram-se essencialmente iguais. Com uma diferença significativa: a política do Estado independente assentou no abandono das responsabilidades sociais, nomeadamente em áreas como a construção de infra-estruturas básicas e a provisão de condições essenciais para a subsistência das populações. Passou a ser pior.

A realidade das Lundas confundiu-se permanentemente com a das companhias de diamantes, que aí actuaram com verdadeiros exércitos privados impondo as suas leis. Nota-se também como os compradores de diamantes — sobretudo estrangeiros, aí estabelecidos com a protecção de altos governantes e altas patentes — potenciaram um quadro de violência e absoluta exploração da mão-de-obra local.

⁹⁸ Serrazina (s/d:2).

A omissão da educação

Finalmente é importante reconhecer a falta de investimento material e humano na educação nas Lundas e inverter esse panorama. Alguns dos piores indicadores referentes à alfabetização em Angola encontram-se nas Lundas, fazendo coincidir pobreza extrema com iliteracia extrema.⁹⁹

Temos então uma população impreparada, sem conhecimentos básicos, facilmente mobilizada por mitos ou invenções meramente suscitadas pelo desejo de promover a instrumentalização com objectivos inconfessáveis. Um plano de educação amplo, com a participação das autoridades tradicionais, deveria ser lançado com vista a promover a alfabetização de adultos, além da educação abrangente das crianças, de forma que a falta de educação não continue a manter as populações extremamente vulneráveis a todas as formas de manipulação, como acontece agora.

⁹⁹ Ministério da Educação (2014).

XVII

Conclusões e recomendações

Ignorância, miséria, negligência e incompetência políticas são a argamassa para a radicalização sangrenta a que se assistiu em Cafunfo, aproveitada por políticas de intransigência, cujos resultados só podem ser funestos.

Apurámos e confirmámos, dadas como mortas, um total de 13 cidadãos. Há também o registo confirmado de 16 feridos e 6 desaparecidos. Estes números não são conclusivos. Manifestantes provenientes de bairros distantes de Cafunfo e dos municípios de Caungula e Lubalo retornaram com alguns feridos, o que torna difícil uma contabilização rigorosa.

É também um facto óbvio que a situação estava extremamente tensa antes do 31 de Janeiro, e assim permanece.

Foram tomadas medidas imediatas ao nível das forças de defesa e segurança. Procedeu-se à transferência dos efectivos policiais da 2.^a Esquadra em Cafunfo para outras localidades da província, assim como da 75.^a Brigada de Infantaria. Em Julho, efectivou-se a desmilitarização da localidade com a transferência da 52.^a Brigada de Infantaria. Essas medidas, paliativas, só podem ter algum efeito para a estabilidade e a sã convivência entre as autoridades e as comunidades se forem acompanhadas de medidas políticas sérias e solucionadoras dos problemas que estão na base das tensões e dos conflitos na região.

As causas fundamentais dos confrontos violentos estão bem identificadas. São os elementos estruturais geradores de pobreza, o obscurantismo, o desconhecimento. Elenca-se também a negligência e a falta de acompanhamento por parte dos poderes públicos e entidades relevantes privadas para a melhoria das condições socioeconómicas de Cafunfo e, por extensão, da região.

A zona do Cafunfo encontra-se numa situação típica de círculo vicioso da pobreza, que é causado por mecanismos de auto-reforço. As famílias de Cafunfo, presas no círculo da pobreza, têm recursos limitados ou nenhuns recursos, e é-lhes completamente impossível quebrar esse círculo.¹⁰⁰

Nestes termos, é fundamental intervir rápida e profundamente em Cafunfo (e em toda a região das Lundas), através de uma parceria entre o Estado, as sociedades mineiras e as comunidades locais, para quebrar esse círculo de miséria e promover um desenvolvimento integral da região. A intervenção não deve visar apenas o desenvolvimento económico, mas sim ambicionar o desenvolvimento humano, que implica instituir melhores condições sanitárias, de educação e psicológicas, a par dos necessários aspectos económicos.¹⁰¹

O Estado, em parceria com as companhias mineiras que operam na região e os representantes das comunidades locais, tem de preparar um Plano Integrado de Desenvolvimento das Lundas assente em três pilares: crescimento económico auto-sustentado, educação e saúde. Esse Plano tem de resultar de uma maciça intervenção, financiada com os proventos dos recursos naturais existentes na região.

¹⁰⁰ Narayan *et al.* (2018).

¹⁰¹ Pick e Sirkin (2010).

Prioridades do Plano Integrado de Desenvolvimento das Lundas

A primeira prioridade material é a reabilitação e asfaltagem da via entre Cafunfo e Cuango. A existência de vias de comunicação adequadas é uma questão de sobrevivência para as populações.

Ravinas

É urgentemente necessária uma intervenção generalizada para resolver o problema das ravinas, que coloca a vida das populações em perigo. Existem 17 grandes ravinas na região. As autoridades provinciais e centrais praticamente nada têm feito para debelar os seus efeitos ambientais e socioeconómicos devastadores para as comunidades locais. No entanto, há soluções que, para além de serem de baixo custo, podem gerar emprego e sustentabilidade económica. O académico João Seródio, antigo secretário de Estado do Ambiente, equipara a ravina a um cancro, que deve ser tratado através da prevenção.

“Temos de garantir que as acções que aceleram as ravinas sejam evitadas”, afirma. A título de exemplo, Seródio menciona a destruição do sistema radicular (de raízes) que faz a retenção das areias, com a desflorestação, e refere-se a Angola como a “campeã mundial” dos fogos selvagens que têm destruído o ecossistema de forma alarmante. Na região, há ainda a destruição ambiental causada pela desenfreada exploração diamantífera, sem planos de protecção ambiental.

“O sistema radicular congrega partículas à sua volta, como cola, para agarrar a terra. Em zonas arenosas, como a região de Cafunfo, as terras não têm fixação possível”, explica. Como solução prática para o problema, João Seródio propõe a criação de um sistema radicular para a retenção de águas e de terras.

“O café robusta é a melhor planta para cobrir as ravinas”, aconselha. E ilustra a sua ideia com imagens das terras íngremes da Gabela, na

província do Kwanza-Sul, fixadas pelo sistema radicular do café. João Seródio explica que, para além do seu extraordinário sistema radicular, as plantas de café crescem de forma rápida, existindo actualmente em Angola excedente de plantas no Instituto do Café. Trata-se, para João Seródio, de uma solução com a dupla vantagem de proteger os solos e de gerar rendimentos para as comunidades locais.

Em relação à protecção dos solos, fala de como um projecto desta natureza pode ajudar na retenção das terras arrastadas até às ravinas, para travar o ímpeto das águas. “É necessário proceder ao desvio das águas para lagos de contenção em zonas mais planas, através da mecânica dos fluidos. Ou seja, travar o ímpeto das águas com acções mecânicas. Temos aqui uma ideia simples, de solução exequível e financiável em kwanzas”, conclui o académico. Lembra, no entanto, que qualquer solução depende sempre da vontade política.

Industrialização, educação e diálogo

Ainda em termos materiais, há que referir a necessidade de retomar a construção de parques industriais como pólos de desenvolvimento sustentado local. É imperativo que as empresas mineiras concretizem as suas promessas de responsabilidade social. Neste momento, no Cuango não existe nenhum projecto destinado ao desenvolvimento das comunidades.

Além disso, as empresas mineiras devem ter as suas direcções no local onde laboram e aí pagar os respectivos impostos. É fundamental promover um círculo virtuoso de permanência empresarial: exploram os diamantes locais, contratam trabalho local e pagam impostos localmente, contribuindo para desenvolvimento da região. O investimento estrangeiro é muito bem-vindo, desde que promova o crescimento sustentado da terra.

Contudo, é na educação que a seu tempo estará a oportunidade de desenvolver cidadãos por inteiro. O modelo de desenvolvimento local assente na educação tem de ser sustentado por um diálogo com a comunidade.

Além da educação, é fundamental criar um mecanismo institucional de diálogo entre as várias forças presentes na província. Tem de ser criado um Conselho do Desenvolvimento Sustentado das Lundas em que participem as autoridades do Estado, as autoridades locais e representantes das companhias de diamantes e demais intervenientes no processo de exploração. Este Conselho teria como função servir de plataforma de diálogo para o lançamento das condições básicas nas Lundas em termos de saneamento básico, educação, saúde, participação da comunidade nos lucros, poluição e impacto ambiental, segurança e ordem pública. Não seria um órgão executivo, mas um local de discussão, conversa e sobretudo de descompressão das tensões que hoje ali se vivem.

Nestes termos, um novo modelo de desenvolvimento das Lundas tem de assentar simultaneamente em pressupostos de mercado e humanistas, realçando-se a necessidade de reforçar imediatamente a capacidade dos cidadãos locais, dotando-os de níveis adequados de saúde e educação e permitindo-lhes integrar o processo produtivo de forma autónoma e produtiva.

O desenvolvimento sustentado, livre e humano é o caminho para abandonar o modelo de pobreza, violência e morte que tem predominado nas Lundas.

Elevação de Cafunfo a município

A par do Plano Integrado de Desenvolvimento das Lundas, é preciso enquadrar Cafunfo numa circunscrição administrativa própria. A inexistência de estruturas de poder local em Cafunfo impede que se

estabeleçam mecanismos de diálogo e de resolução de problemas entre a população e o poder político. O poder político tem de se aproximar da população de Cafunfo.

Cafunfo deve ser elevado a município, a autarquia local por excelência prevista na Constituição Angolana (artigo 5.º e 218.º, n.º 1 da CRA).

Essa será uma maneira eficaz de reduzir os choques constantes entre as forças policiais e as populações. Caso contrário, Cafunfo continuará a ser uma terra de ninguém, em que só a polícia e o exército têm presença permanente junto das populações. E em parte nenhuma do mundo, a menos que se esteja em estado de guerra, são a polícia e o exército quem cuida de assuntos político-administrativos.

Além do mais, Cafunfo precisa de ter um procurador local, que represente a Procuradoria-Geral da República, à qual cabe o papel fundamental de garantir a paz social, ao dar vazão a casos de justiça. Deve ser iniciado o processo legal para tornar Cafunfo num município e dotá-lo das instituições de justiça adequadas para a resolução imediata de conflitos.

Bibliografia

The Editors of Encyclopaedia (s/d). "Lunda empire". *Encyclopedia Britannica*, August 9. <https://www.britannica.com/place/Lunda-empire> (último acesso a 2 de Agosto de 2021).

Bastin, Marie-Louise (1982). *La Sculpture Tshokwe*. A. et F. Chaffin.

Bustin, Edouard (1975). *Lunda Under Belgian Rule: The Politics of Ethnicity*. Harvard University Press.

Chiwale, Samuel (2008). *Cruzei-me com a História*. Lisboa: Sextante.

Craven, Mathew (2005). "What Happened to Unequal Treaties? The Continuities of Informal Empire". *Nordic Journal of International Law* 74: 335-382.

Cruz, Duarte Ivo (2016). *Portugal na Conferência de Berlim*. Coimbra: Almedina.

De Boeck, Filip (1993). "Symbolic and Diachronic Study of Inter-Cultural Therapeutic and Divinatory Roles Among Aluund ('Lunda') and Chokwe in the Upper Kwaango (South Western Zaire)". *Afrika Focus*, Vol. 9, Nr. 1-2, pp.73-104. <https://pdfs.semanticscholar.org/bec3/b1f789b9d64a-fa87236c636c66f90485118e.pdf> (último acesso a 2 de Agosto de 2021).

Dias de Carvalho, Henrique Augusto (1890). *A Lunda, ou os Estados do Muatiânvua: Domínios da Soberania de Portugal*. Adolpho Modesto & C.^a Impressores.

___ (1892). *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*. Vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional.

___ (1893). *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*. Vol. III. Lisboa: Tipographia do Jornal Colónias Portuguesas.

___ (1894). *Expedição Portuguesa ao Muatiânvua: Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*. Vol. IV. Lisboa: Tipographia do Jornal Colónias Portuguesas.

Dias, Jill (s/d). “Caçadores, Artesãos, Comerciantes, Guerreiros: Os Cokwe em Perspectiva Histórica. Faculdade das Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7896.pdf> (último acesso a 2 de Agosto de 2021).

Distrito da Lunda (1973). Distrito da Lunda: Breves Notas. Lunda, Setembro.

Durkheim, Emile (1965). *The Elementary Forms of the Religious Life*. Macmillan Publishing.

Eisenhammer, Stephen (2018). “Exclusive: Angola’s top diamond mine says underpricing has cost it almost \$500 million”. *Reuters*, Junho 11. <https://www.reuters.com/article/us-angola-diamonds-exclusive/exclusive-angolas-top-diamond-mine-says-underpricing-has-cost-it-almost-500-million-idUSKBN1J7273> (último acesso a 2 de Agosto de 2021).

Figuras & Negócios (2018). “Zecamutchima, Presidente do Movimento do Protectorado da Lunda Tchokwe”. 30 de Julho. <http://www.figurasenegocios.co.ao/content.aspx?zecamutchimapresidentedomovimentodoprotectoradodalundatchokwe> (último acesso a 2 de Agosto de 2021).

Geschiere, Peter (1997). *The Modernity of Witchcraft: Politics and the Occult in Postcolonial Africa*. Charlottesville: University of Virginia Press.

Green, Maia (1990). “Mau Mau Oathing Rituals and Political Ideology in Kenya: A Re-Analysis”. *Africa: Journal of the International African*

Institute, 60(1), 69-87. <http://www.jstor.org/stable/1160427>. (último acesso a 2 de Agosto de 2021).

Heywood, Linda. 'Towards an understanding of modern political ideology in Africa: the case of the Ovimbundu of Angola.' *The Journal of Modern African Studies* 36(1) 1998: 139-167.

Instituto Nacional de Estatística (2019). "Pobreza Multidimensional nos Municípios de Angola". INE. https://ophi.org.uk/wp-content/uploads/Angola_PM_2020.pdf

Jolly, Karen Louise et al. (s/d). "Magic". *Encyclopedia Britannica*. <https://www.britannica.com/topic/magic-supernatural-phenomenon> (último acesso a 2 de Agosto de 2021).

Malaquias, Florbela Catarina (2019). *Heroínas Da Dignidade*. Luanda: Book Link.

Marques, Rafael, e Campos, Rui Falcão de (2005). *Lundas: As Pedras da Morte*. Luanda: edição de autor.

Marques, Rafael (2006). "Operação Kissonde: Os Diamantes da Humilhação e da Miséria". *Jornal do Cuango*.

___ (2008). *A Colheita da Fome nas Áreas Diamantíferas*. Edição do autor (*online*).

___ (2011). *Diamantes de Sangue: Corrupção e Tortura em Angola*. Lisboa: Tinta-da-china.

___ (2016). "A Campanha de Recolha de Feitiço e a Violência em Cafunfo". *Maka Angola*, 11.02.16. <https://www.makaangola.org/2016/02/a-campanha-de-recolha-de-feitico-e-a-violencia-em-cafunfo/> (último acesso a 2 de Agosto de 2021).

Miller, Joseph C. (1969). *Cokwe Expansion*. Madison: University of Wisconsin Press.

___ (1979). "Kings, Lists, and History in Kasanje". vol. 6, 1979, pp.

51–96. *JSTOR*, www.jstor.org/stable/3171741 (último acesso a 2 de Agosto de 2021).

Ministério da Educação (2014). *Relatório de Monitorização Sobre Educação para Todos*. Luanda: UNESCO.

Moro, Pamela A. (2017). “Witchcraft, Sorcery, and Magic”. *The International Encyclopedia of Anthropology*, H. Callan (Ed.). <https://doi.org/10.1002/9781118924396.wbiea1915> (último acesso a 2 de Agosto de 2021).

Moore, Henrietta L. e Sanders, Todd (2004). “Magical Interpretations and Material Realities: an Introduction”. *Magical Interpretations, Material Realities: Modernity, witchcraft and the occult in postcolonial Africa*. Moore, Henrietta L. e Sanders, Todd (ed.). Routledge.

Narayan, Ambare *et al.* (2018). *Fair Progress? Economic Mobility Across Generations Around the World. Equity and Development*. Washington, DC: World Bank.

<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/28428> (último acesso a 2 de Agosto de 2021).

Neto, Maria da Conceição (1994). “África e Democracia Política”, *Jango*, n.º 12, Luanda.

Neto, Maria da Conceição (2012). “Protectorados, História e Ficção”, *Novo Jornal* (Luanda) n.º 673, 19 de Fevereiro.

Neto, Maria da Conceição (2019). “História de Angola da Pré-História ao Início do Século XXI, de Alberto Oliveira Pinto”. *Análise Social*, liv (1.º), 2019 (n.º 230), pp. 181-185.

Palmeirim, Manuela (1998). “Identidade e heróis civilizadores: ‘l’Empire lunda’ e os aruwund do Congo”. Comunicação apresentada na Universidade do Minho, em Junho de 1998, no âmbito da 1.ª Jornada de Antropologia intitulada «Modernidades, etnicidades, identidades», 2.

Pick, S. e Sirkin, J. (2010). *Breaking the Poverty Cycle: The Human Basis for Sustainable Development*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Público (2001). “Objectivo é ‘Desmobilizar a Mentalidade de Guerra’: Campanha contra a guerra em Angola é lançada hoje em Lisboa”. *Público*, 24 de Outubro de 2001. <https://www.publico.pt/2001/10/24/mundo/noticia/campanha-contra-a-guerra-em-angola-e-lancada-hoje-em-lisboa-46471> (último acesso a 2 de Agosto de 2021).

Rolão, Paulo (2019). “A missão esquecida do explorador Henrique de Carvalho”, *National Geographic Portugal*. Disponível em <https://nationalgeographic.pt/historia/grandes-reportagens/992-a-missao-esquecida-de-henrique-de-carvalho> (último acesso a 2 de Agosto de 2021).

Santos Silva, Sónia (2019). “O Percurso Histórico do Estabelecimento das Fronteiras em Angola”. *Fronteiras: Revista de História*, vol. 21, n.º 37, pp. 126-151.

Schubert, Frank (2006). “‘Guerrillas Don’t Die Easily’: Everyday Life in Wartime and the Guerrilla Myth in the National Resistance Army in Uganda, 1981–1986”. *International Review of Social History*, April, Vol. 51, No. 1, pp. 93-111. www.jstor.com/stable/44582931 (último acesso a 2 de Agosto de 2021).

Serrazina, Beatriz (s/d). “Hard legacies: as companhias coloniais e a modernidade urbana em África”. https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n20/documentos/2_Beatriz_Serrazina.pdf (último acesso a 2 de Agosto de 2021).

The Brussels Times (2015). “Omega Diamonds: the whistle blower appeals against the plea deal”, 6 de Janeiro. <https://www.brusselstimes.com/news/belgium-all-news/justice-belgium/30957/omega-diamonds-the-whistle-blower-appeals-against-the-plea-deal/> (último acesso a 2 de Agosto de 2021).

Carvajal, Doreen (2013). “Following the Murky Trail Left by Diamonds and Cash”. *The New York Times*, 14 de Dezembro. <https://www.nytimes.com/2013/12/15/world/europe/following-the-murky-trail-left-by-diamonds-and-cash.html>

Thornton, John K. (2020) *A History of West Central Africa to 1850*. Cambridge: Cambridge University Press.

Vansina, Jan (1998). “Government in Kasai before the Lunda”. *The International Journal of African Historical Studies*, 31(1), 1-22. doi:10.2307/220882

Vansina, Jan (1963). “The Foundation of the Kingdom of Kasanje”. *The Journal of African History*, Vol. 4, n.º 3, pp. 355-374, Cambridge: Cambridge University Press. <http://www.jstor.org/stable/180028> (último acesso a 2 de Agosto de 2021). Vansina, Jan (2004). *How Societies are born: Governance in West Central Africa*. Charlottesville: University of Virginia Press.

Velez, Rui (2010). *Salazar e Tchombé: O Apoio de Portugal ao Catanga (1961-1967)*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Voz da América (2011). “J. Filipe Malakito destituído da Comissão do Protectorado da Lunda”. 15 de Abril <https://www.voaportugues.com/a/article-04-15-2011-angola-Lunda-malakito-voa-news-com-119932804/1260025.html> (último acesso a 2 de Agosto de 2021).

___ (2011a). “Crise Abala Movimento das Lundas”. 22 de Abril. <https://www.voaportugues.com/a/article-04-21-2011-lundasangola-voa-news-120366979/1260065.html> (último acesso a 2 de Agosto de 2021).

West, Harry G. (2006) *Kupilikula: O Poder Invisível em Mueda, Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Agradecimentos

A prestimosa e aberta colaboração de vários protagonistas da marcha de 30 de Janeiro, assim como de familiares de vítimas, para o esclarecimento da verdade material merece mais do que o nosso agradecimento. Reconhecemos a sua coragem. Esperemos que tanto as comunidades como as autoridades locais e centrais os acolham e protejam na busca de soluções para os problemas ora reportados. É na verdade, na solidariedade e na luta pelo bem comum, juntando sinergias e inteligências, que construiremos um país melhor para todos.

O Fragoso Salvador Xanuma “Binocas” foi incansável nas suas diligências de apoio às nossas investigações, nas conversas com protagonistas e familiares de vítimas. Também serviu de intérprete.

Já Vasco António cuidou da logística diária durante as estadas em Cafunfo.

Álvaro Sobrinho disponibilizou-nos uma viatura para a realização deste e outros trabalhos e cedeu-nos um espaço para a realização das actividades do Centro de Estudos Ufolo para a Boa Governação. Dois outros compatriotas, sob anonimato, contribuíram solidariamente com fundos para que nada nos faltasse.

O National Endowment for Democracy, através da bolsa de criação que nos concede para operacionalizar o Maka Angola, permitiu-

-nos um período sabático de vários meses, para nos dedicarmos exclusivamente a este trabalho.

São muitos os cidadãos que contribuíram para esta investigação, incluindo oficiais, agentes das forças de defesa e segurança e activistas em Cafunfo.

Uma palavra de agradecimento é extensiva ao Dr. Rui Verde que, de forma voluntária, procedeu à revisão jurídica do relatório.

Bem-haja a Inês Hugon e a Madalena Alfaia, pela excelente edição deste trabalho e pela dedicação de muitos anos.

Ao MCK, companheiro de jornadas pelo país e com quem muitas outras terei ainda a percorrer.

SOBRE O AUTOR

Rafael Marques de Morais é presidente de direcção do Centro de Estudos Ufolo para a Boa Governação e fundador do portal de investigação Maka Angola.

Tem vários relatórios publicados sobre a situação dos direitos humanos em Angola: "Lundas: As Pedras da Morte" (2005); "Operação Kissonde: Os Diamantes da Miséria e da Humilhação" (2006); "A Colheita da Fome nas Áreas Diamantíferas" (2008); o livro Diamantes de Sangue: Tortura e Corrupção em Angola (2011); e "O Campo da Morte: Relatório sobre Execuções Sumárias em Angola" (2017).

Licenciou-se em Antropologia e Jornalismo pela Goldsmiths, Universidade de Londres, e é mestre em Estudos Africanos pela Universidade de Oxford.

Pelo seu trabalho como jornalista e defensor dos direitos humanos, recebeu oito prestigiados prémios internacionais, incluindo Herói Mundial de Imprensa, do International Press Institute.

SOBRE O CENTRO DE ESTUDOS UFOLO

UFOLO – Centro de Estudos para a Boa Governação é uma associação sem fins lucrativos, apartidária e não-governamental, organizada com base nos princípios democráticos, nos termos da Lei. Sediado em Luanda, tem como objecto social a realização de actividades em prol da cidadania e da dignidade da pessoa humana, bem como do desenvolvimento económico e social de Angola.

SOBRE O MAKANGOLA

O Maka Angola é um portal dedicado à luta contra a corrupção e à defesa da democracia em Angola.

Angola é dotada de imensuráveis riquezas naturais. Mas estas riquezas são uma maldição para a maioria dos angolanos, que continuam a viver na miséria. Ao longo de décadas, a população tem sido espoliada e malgovernada pelos seus próprios líderes. É para resolver essa grande maka que este portal existe há doze anos.